CRISTIANE BEATRIZ DAHMER COUTO

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE INDÍGENA ÑANDEVA-GUARANI DA RESERVA PORTO LINDO NO MUNICÍPIO DE JAPORÃ - MS.

LONDRINA - PR
2007

CRISTIANE BEATRIZ DAHMER COUTO

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE INDÍGENA ÑANDEVA-GUARANI DA RESERVA PORTO LINDO NO MUNICÍPIO DE JAPORÃ - MS.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria Luiza Macedo Abbud.

LONDRINA - PR

2007

COUTO, Cristiane Beatriz Dahmer.

História da Implantação da Educação Escolar Indígena na Comunidade Ñandeva-Guarani da Reserva Porto Lindo no Município de Japorã – MS/ COUTO, Cristiane Beatriz Dahmer. – Londrina, PR, 2007.

Orientadora: Drª Maria Luiza Macedo Abbud.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina.

CRISTIANE BEATRIZ DAHMER COUTO

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE INDÍGENA ÑANDEVA-GUARANI DA RESERVA PORTO LINDO NO MUNICÍPIO DE JAPORÃ - MS.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria Luiza Macedo Abbud.

COMISSÂO EXAMINADORA

Profª Drª Maria Luiza Macedo Abbud
Universidade Estadual de londrina

Profº Dr Marcos Jorge
Universidade estadual de Londrina

Profª Drª Beatriz dos Santos Landa
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Londrina, 03 de Abril de 2007.

A Deus, ao meu esposo, aos meus pais, a minhas irmãs... Companheiros de todas as horas...

AGRADECIMENTOS

A Profª Drª Maria Luiza Macedo Abbud, pela paciência, confiança, sabedoria e carinho em todas as etapas deste trabalho.

Ao meu esposo Thiago, por conta dos bailes perdidos, dos passeios não realizados, do lazer não vivido e que soube me compreender, me amar, me motivar e me sustentar nos momentos de fraqueza e insegurança.

Ao meu Pai Nélio por me ensinar a sonhar, a minha Mãe Marli pela dedicação, carinho e preocupação, a minha irmã Claudia pela amizade e força em todas as horas, a minha irmã Carline por todos os favores prestados com tanto carinho, ao meu cunhado Dirceu pelo companheirismo de sempre.

A minha sogra Ilma pelas orações, pelo carinho e dedicação e ao meu sogro Edmilson pela preocupação e vibração.

A minha amiga Luzia e seu esposo Alberto pela paciência, carinho, força e motivação.

A minhas amigas Alessandra, Ana Francisca, Valéria, Elenir, Claudia, Sáuria e Beatriz pela motivação e vibração em relação a esta jornada.

Ao meu amigo Sebastião de Souza pela força.

Ao Reverendo Rubens Francisco Carneiro pela paciência, carinho e dedicação com que sempre me recebeu.

Aos profissionais entrevistados os professores Valdomiro Ortiz, Venâncio Cáceres, Paulo Franjote, Reverendo Benedito Troques e Reverendo Rubens Carneiro pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

Ao professor Luis Pereira e a Assessora Técnica Carmem Scherwinski Pereira pelas informações e documentos fornecidos para a realização desta pesquisa.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

Aos que não impediram a finalização deste estudo.

“Quando você tem uma meta, o que era um obstáculo passa a ser uma etapa de um de seus planos”.

Gerhard Erich Boehme

COUTO, Cristiane Beatriz Dahmer. História da Implantação da Educação Escolar Indígena na Comunidade Ñandeva-Guarani da Reserva Porto Lindo no Município de Japorã – MS. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar o processo histórico da educação escolar indígena na comunidade Ñandeva-Guarani, localizada na reserva Porto Lindo, município de Japorã (MS). Para tanto, utilizou-se duas fontes de dados: documentos e depoimentos orais. A partir de um mapeamento inicial do objeto de estudo, realizado com as fontes documentais, foram entrevistados seis professores – três indígenas e três não-índios. A pesquisa privilegiou o período de 1960 até os dias atuais, mas também utilizou dados documentais referentes à região que remontam ao período colonial do Brasil. A apresentação dos resultados tem início com uma retrospectiva histórica da comunidade indígena guarani no estado do Mato Grosso do Sul, do século XVI ao XXI, passando depois a pormenorizar os acontecimentos diretamente vinculados à criação da escola localizada na Reserva Indígena Porto Lindo, da comunidade Ñandeva-Guarani, foco deste estudo. A forma como se inicia a implantação da escola nessa comunidade, tendo como referência os dados documentais e os depoimentos recolhidos, e as práticas que ali vêm sendo efetivadas – especialmente quanto aos significados, assumidos pelas indígenas a partir dos saberes transmitidos pela educação ali praticada – permitiram identificar alguns dos problemas ligados tanto à questão da educação indígena, em geral, quanto aos problemas específicos da comunidade enfocada. Com isto, surgem indagações que, espera-se, auxiliem futuras pesquisas sobre educação indígena, em geral, e sobre os rumos da educação escolar entre os Ñandeva-Guarani, da reserva Porto Lindo, em particular.

Palavras-Chave: Educação, Educação Escolar Indígena, Ñandeva-Guarani.

COUTO, Cristiane Beatriz Dahmer. The History of the Implantation of Formal Aboriginal Education in the Ñandeva-Guarani Community of the Porto Lindo Reserve in Japorã, State of Southern Mato Grosso. 2006. Dissertation (Master Degree in Education) – Londrina State University.

ABSTRACT

The present study aims at accounting for the historical process of formal aboriginal education in the Ñandeva-Guarani community of the Porto Lindo Reserve, in the municipality of Japorã – MS. Two data sources have been used: documents and interviews. From the initial mapping of the issue under study based on the document sources, six teachers have been interviewed – three aborigines and three non-aborigines. Research focused on the period from 1960 up to recent days, though documental data going back to Brazil's colonial period related to the region have also been included. The presentation of the findings starts with a historical view of the Guarani community in the State of Southern Mato Grosso from the 16th up to the 21st centuries and then focuses on the Ñandeva-Guarani community itself and the creation of the school in the Porto Lindo Reserve. The way the implantation of the school has started in this community, as referred to in the documents and interviews, and the teaching practices – especially with regard to meanings taken on by the aborigines based on the knowledge transmitted therein – enable the identification of some of the problems related to aborigine education in general as well as to the education practiced in the community in question. Hereupon some questions have arisen that, as is hoped for, may help future researchers on both aborigine education in general and, in specific, on the course of formal education among the Ñandeva- Guaranis of the Porto Lindo Reserve.

Keywords: Education, Aborigine formal education, Ñandeva-Guarani

LISTA DE TABELA

Quadro 1 – Distribuição dos alunos e turmas na Escola Pólo José de Anchieta..... 50

Quadro 2– Metragem das salas de aula da Escola Pólo José de Anchieta..... 51

Quadro 3 – Dimensões das demais dependências da Escola Pólo José de Anchieta..... 52

Quadro 4 – Número de professores e respectivas funções e habilitação..... 54

Quadro 5 – Corpo técnico administrativo e sua formação..... 54

Quadro 6 – Extensão Dr. Nelson Araújo – distribuição de alunos por série..... 55

Quadro 7 – Dimensões das salas de aula..... 56

Quadro 8 – Extensão Dr. Nelson Araújo – distribuição e formação do corpo docente..... 57

Quadro 9 – Extensão Porto lindo – distribuição dos alunos por série e turno.. 57

Quadro 10 – Extensão Porto Lindo – dimensões da unidade escolar..... 58

Quadro 11– Extensão Porto Lindo – Quadro docente e gestores..... 58

Quadro 12 – Extensão Afonso Pena – distribuição dos alunos por série e turno..... 60

Quadro 13 – Extensão Afonso pena – dimensões da unidade escolar..... 61

Quadro 14 – os professores da extensão Afonso Pena..... 61

Quadro 15 – os alunos e as turmas da extensão Antonio Maria Coelho..... 62

Quadro 16 – salas de aula e cozinha da extensão Antonio Maria Coelho 62

Quadro 17 – Os professores da extensão Antonio Maria Coelho..... 63

Quadro 18 – organização curricular do Ensino fundamental 1º segmento..... 63

Quadro 19– organização curricular do Ensino Fundamental 2º segmento..... 64

LISTA DE FOTOS

Foto I – mapa da localização dos povos indígenas no MS..... 17

Foto II – legenda do mapa das terras indígenas no MS..... 18

Foto III - Mapa com destaque para o município de Japorã/MS, onde se localiza a Terra Porto Lindo Jacareí..... 43

Foto IV – Mapa da reserva Porto Lindo..... 48

Foto V – Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar, 2006..... 50

Foto VI – Extensão Drº Nelson de Araújo (Missão), 2006..... 56

Foto VII – Extensão Porto Lindo lado esquerdo, 2006..... 59

Foto VIII – Extensão Porto Lindo, 2006..... 59

Foto IX – Extensão Porto Lindo lado esquerdo, 2006..... 59

Foto X – Extensão Afonso Pena, 2006..... 60

Foto XI – o mictório utilizado pelos alunos da extensão Afonso Pena, 2006. 61

Foto XII – Extensão Antonio Maria Coelho, 2006..... 62

Foto XIII – a primeira escola da missão Caiuá na reserva Porto Lindo..... 66

Foto XIV – foto de uma das extensões em 1984..... 68

Foto XV – o mictório utilizado em 1984..... 69

Foto XVI – Escola Municipal José de Alencar no ano de 1983..... 70

Foto XVII – os missionários chegando na reserva Porto Lindo..... 77

Foto XVIII – a primeira escola para os índios na reserva Porto Lindo..... 79

Foto XIX – alunos ouvindo história em guarani no intervalo da alua..... 81

SUMÁRIO

1. Introdução **17**

1.1 Registrando a História da Educação Escolar Indígena Ñandeva-Guarani..... 17

2. Breve Histórico da Comunidade Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul..... 27

2.1 O Período da Colonização 28

2.2 O Período da Guerra do Paraguai 33

2.3 O Período da Exploração dos Ervais 34

2.4 O PERÍODO DAS MISSÕES EVANGÉLICAS E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 36

2.5 O PERÍODO DA "COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS – CAND" 39

3. No Tempo e no Espaço: A Escola 46

3.1 A Escola Hoje 47

3.1.1 Extensão Dr. Nelson de Araújo (Missão) 55

3.1.2 Extensão Porto Lindo 57

3.1.3 Extensão Afonso Pena 60

3.1.4 Extensão Antonio Maria Coelho 61

3. 2 A Escola Ontem 64

3.2.1 Escola Estadual Rural Reunida de 1º Grau “Padre Anchieta” 67

3.2.2 Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar 69

4. Conhecer Para Questionar..... 77

5. Impossível Concluir? 97

Referências..... 101

Anexos 106

Anexo A. Entrevista com o Reverendo Rubens Francisco Carneiro..... 107

Anexo B. Entrevista com o professor Venâncio Cáceres..... 115

Anexo C. Entrevista com o Reverendo Troques..... 119

Anexo D. Entrevista com reverendo o Professor Valdomiro Ortiz..... 121

Anexo E. Entrevista com reverendo com a Professora Lídia Javolski..... 126

Anexo F. Entrevista com o Professor Paulo Franjotte..... 129

Anexo G. Carta de Concessão dos Entrevistados 136

1. INTRODUÇÃO

1.1 REGISTRANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ÑANDEVA-GUARANI.

Hoje, há no Brasil 215 diferentes sociedades indígenas que somam cerca de 358 mil pessoas, falantes de 180 línguas distintas. Os índios vivem nos mais diversos pontos do território brasileiro e representam, em termos demográficos, um pequeno percentual (cerca de 0,24%) da população de 150 milhões de habitantes do Brasil. Todavia, são exemplos concretos e significativos da grande diversidade cultural existente no País (FUNAI, 2006).

O Estado do Mato Grosso do Sul (MS) tem a segunda maior população indígena do país, com cerca de 54.000 índios pertencentes a diferentes etnias, tais como Guarany [Kaiwá e Ñandéva], Kadiwéu, Terena, Guató, Ofayé e Atikum. Esses indígenas expressam-se em diferentes línguas, tais como Guarani, Guaná, Terena e outras (parafraseando Martins, 2002).

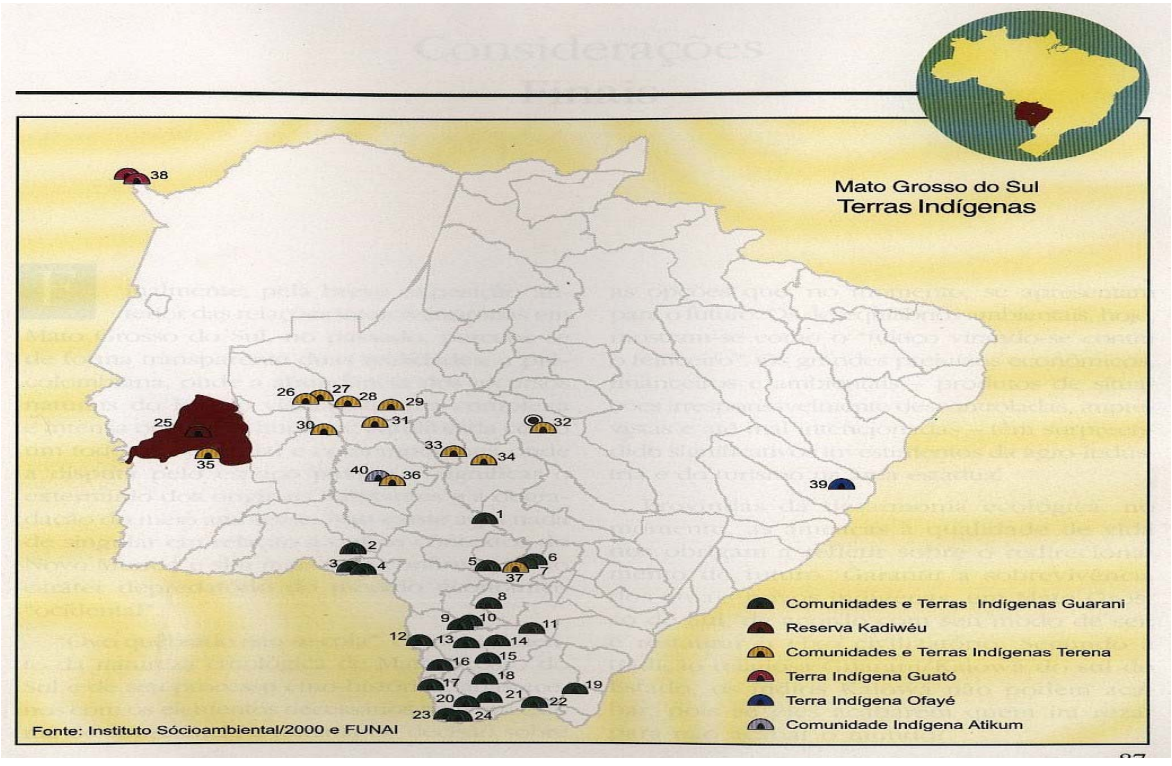


Foto I – mapa da localização dos povos indígenas no MS (MARTINS, 2002, p. 86 -87).

Nos últimos vinte anos, a população indígena sul-mato-grossense cresceu significativamente, recuperou sua auto-estima e passou a construir o seu próprio futuro.

	TERRA INDÍGENA	POVO	POPULAÇÃO (Nº, FONTE, DATA)	EXTENSÃO MUNICÍPIO (HA)
1.	Sucuriy	Guarani Kaiowá	84 PKG: 98	535 Maracajú
2.	Pirakua	Guarani Kaiowá	270 PKG: 98	2.384 Bela Vista
3.	Cerro Marangatu	Guarani Kaiowá	200 FUNAI	0 Antônio João
4.	Aldeia Campestre	Guarani Kaiowá	236 PKG: 98	9 Antônio João
5.	Dourados	Guarani Ñandeva / Terena / Guarani Kaiowá	6.758 PKG: 98	3.475 Dourados
6.	Panambi	Guarani Kaiowá	551 PKG: 98	2.037 Dourados
7.	Panambizinho	Guarani Kaiowá	253 PKG: 98	1.240 Douradina
8.	Caarapó	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	2.896 PKG: 98	3.594 Caarapó
9.	Guaimbé	Guarani Kaiowá	256 PKG: 98	717 Ponta Porã
10.	Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	505 PKG: 98	778 Ponta Porã
11.	Jarara	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	249 PKG: 98	479 Juti
12.	Guaçuti	Guarani Kaiowá	164 PKG: 98	930 Aral Moreira
13.	Amambaí	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	4.465 PKG: 98	2.429 Amambai
14.	Jaguari	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	150 FUNAI: 99	405 Amambai
15.	Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	390 Mangolin: 93	660 Amambai
16.	Taquaperi	Guarani Kaiowá	1.600 PKG: 98	1.886 Amambai
17.	Sete Cerros	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	230 Mangolin: 93	8.584 Cel. Sapucaia
18.	Sassoró	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	1.351 PKG: 98	1.923 Ponta Porã
19.	Cerrito	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	186 PKG: 98	2.040 Eldorado
20.	Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	360 FUNAI: 99	2.609 Paranhos
21.	Jaguapiré	Guarani Kaiowá	429 PKG: 98	2.349 Tacuru
22.	Porto Lindo	Guarani Ñandeva	1.859 PKG: 98	1.649 Mundo Novo
23.	Potrero Guaçu	Guarani Ñandeva	620 Rel. Identif.: 98	4.025 Paranhos
24.	Pirajuí	Guarani Ñandeva	1.879 PKG: 98	2.118 Sete Quedas
25.	Reserva Kadiwéu	Terena / Kadiwéu	1.592 Pechincha, M.T.: 98	538.536 Porto Murtinho
26.	Pilade Rebuá	Terena	1.391 FUNAI: 99	208 Miranda
27.	Cachoeirinha	Terena	3.500 Mangolin: 93	2.644 Miranda
28.	Taunay/Ipegue	Terena	4.601 FUNAI: 99	6.461 Aquidauana
29.	Limão Verde	Terena	675 PKG: 98	4.886 Aquidauana
30.	Lalima	Terena	1.137 FUNAI: 99	3.000 Miranda
31.	Aldeinha	Terena	328 Mangolin: 93	4 Anastácio
32.	Campo Grande	Terena	1.500 Gilson	– Campo Grande
33.	Buriti	Terena	1.783 FUNAI: 99	2.090 Dois Irmãos Buriti / Sidrolândia
34.	Burutizinho	Terena	320 FUNAI: 99	10 Sidrolândia
35.	Reserva Kadiwéu	Terena / Kinikinau	1.300 FUNAI	– Porto Murtinho
36.	Nioaque	Terena	1.980 Mangolin: 93	3.029 Nioque
37.	Dourados	Terena	300 FUNAI	– Dourados
38.	Guató	Guató	382 FUNAI: 99	10.900 Corumbá
39.	Ofayé	Ofayé	58 Funasa: 99	1.937 Brasilândia
40.	Nioaque	Atykum	70 Silva: 00	– Nioaque

Foto II – legenda do mapa das terras indígenas no MS.

Partindo do pressuposto que o estado do MS possui a segunda maior população indígena, poder-se-ia supor que os não-índios tivessem um maior esclarecimento a respeito desse povo e sua cultura, mas não é isso que se verifica: índios e não-índios estão territorialmente ligados, mas culturalmente distantes.

Os não-índios, na maioria das vezes, consideram os índios preguiçosos, incapazes, bêbados e totalmente inúteis – e crianças não-índias, muitas vezes, crescem ouvindo esse discurso. Quando essas crianças chegam à escola, muitas vezes acabam ouvindo o mesmo discurso nas aulas de história, confirmando que os não-índios, mesmo em vizinhança próxima dos índios, não os conhecem. Os livros didáticos “ensinam” que índio caça, pesca e mora em uma oca. A esse respeito, cabe citar Fleury:

> A luta contra os estereótipos e os processos discriminatórios, assim como a defesa da igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças não é um movimento simples, pois os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo do contexto e do jogo político em que se inserem, podem ser ressignificadas para legitimar processos de sujeição e exclusão (FLEURI, 2002).

Como habitante do MS, ao chegar à universidade e estudar as diversas modalidades de ensino, tive minha atenção despertada pela educação escolar indígena. Em palestra na UNIPAR, no ano de 2002, ouvi, da professora Drª. Beatriz Landa, que a população indígena tem direito a receber uma educação diversificada, que a língua materna de cada tribo deve ser respeita e mantida e que as pessoas que fossem trabalhar com o povo indígena deveriam fazer cursos especializados. Essa abordagem me encantou e me deixou uma visão romântica sobre essa educação diferenciada.

Mais tarde, tendo concluído a graduação, fiz um concurso municipal e fui trabalhar com os povos indígenas. A percepção de que na própria escola eles não eram bem vistos começou a me incomodar, pois, como alunos, eles são tão capazes de aprender quanto os alunos não-índios. Além disso, os índios possuem algo que, muitas vezes, é visto como um agravante – quando deveria ser visto como privilégio – que é fato de eles seres bilíngües.

Minha experiência mostra que isto é um agravante, pois não sei a língua guarani e, sendo professora do primeiro ano do ensino fundamental, para alfabetizar a criança indígena sem saber sua língua natural – o guarani – encontrei muita dificuldade na tentativa de realizar um trabalho de qualidade, porque o fato de os iniciantes ainda não saberem o português dificulta o diálogo e o processo ensino/aprendizagem.

A idéia romântica que eu tinha, *a priori*, de uma educação diversificada e bilíngüe foi sendo desmantelada e, com o passar dos dias, a prática que tenho vivenciado é de muito preconceito. Pessoas que atuam na educação escolar de crianças indígenas, em sua maioria, não estão preparadas para esse trabalho e não procuram conhecer e nem estudar para melhorarem sua postura profissional.

Assim, senti-me motivada para saber mais sobre esse povo, para poder contribuir com a comunidade escolar do meu município. Não sabia quais informações iria encontrar, mas, acreditando poder ajudar de alguma maneira,

busquei aprofundar meu conhecimento sobre a educação indígena. Tal interesse motivou minha vinda para o mestrado com um projeto que pudesse contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o processo de educação escolar nessa comunidade.

Como já afirmei, sou protagonista da educação escolar que vem sendo desenvolvida na comunidade indígena Ñandeva-Guarani e muitos são meus questionamentos com relação a essa educação.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 231, diz que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Conseqüentemente, a Lei de Diretrizes e Bases, LDB/96, em seus Artigos 78 e 79, obriga os sistemas de ensino a desenvolver currículos e programas específicos e materiais didáticos diferenciados, dando à população indígena o direito de manter-se como tal e, ao mesmo tempo, ter educação escolar diferenciada, intercultural e bilíngüe.

Como a lei garante aos povos indígenas o direito de manterem sua cultura, sua tradição e sua língua, por que a escola, assim como os projetos e programas existentes neste contexto, insistem em impor uma mudança cultural aos povos indígenas? A partir de quais informações e diagnósticos essas decisões foram tomadas? Será que foi realizado uma investigação com esse povo a respeito de suas aspirações ou de seu processo de inserção na sociedade dos não-índios, com relação à perspectiva de futuro ou mudança de vida? E a língua materna, vem sendo respeitada? E o direto a ela? E o indígena, o que pensa a respeito de manter ou não a língua materna? Como esse povo vê a escola? O que é educação escolar para eles?

Educação é um assunto polêmico, e essa polêmica aumenta quando confrontamos dois assuntos difíceis: educação e povos indígenas. Ouço, o tempo todo, que é perda de tempo estudar esse tema, pois indígena não serve para nada, é preguiço, bêbado e inútil. As crianças indígenas são vistas por grande parte da população não-índia como incapazes e incompetentes. Mas eu as vejo com outros olhos e esse foi um dos motivos para realizar essa pesquisa, na tentativa de ver de perto qual a concepção do povo indígena com relação a educação, escola, sociedade e mundo.

Tendo em vista as limitações relativas a uma pesquisa de mestrado, o foco da pesquisa foi definido como a tentativa de efetivar um levantamento histórico do processo de implantação da educação escolar para índios da comunidade Ñandeva-Guarani da reserva Porto Lindo para, a partir dos resultados obtidos, poder contribuir na construção de um projeto de escola indígena que atenda as reivindicações do grupo. Diante de minhas inquietações e nos limites impostos pelo projeto, o objetivo geral deste trabalho é compreender o processo histórico da educação escolar na comunidade indígena da reserva Porto Lindo, MS. Para tanto, são traçados os seguintes objetivos específicos:

- Sistematizar as informações relativas à história da implantação das escolas nessa comunidade, de seu início ao momento atual;
- Analisar as práticas pedagógicas propostas e/ou realizadas nas escolas da aldeia;
- Apresentar os profissionais mais envolvidos com a educação indígena dessa aldeia, nesse processo histórico.

Os objetivos explicitados para esta pesquisa caracterizam a busca da construção histórica da educação escolar indígena Ñandeva-Guarani do período de implantação até os dias atuais. Esta busca será de grande valia a comunidade indígena, pois, neste momento histórico, ela está tentando construir uma escola indígena, com representantes indígenas, professores indígenas e currículo diferenciado. Tais aspectos, que são garantidos por lei, nunca aconteceram desde a implantação da escola na década de 1960.

Para atingir os objetivos, utilizei como fontes de dados documentos e depoimentos. Com relação aos documentos, apoiei-me, basicamente, em Magalhães (1999), que aponta a pesquisa documental composta por dois conjuntos de documentos: Histórias Anteriores e Arquivo. O primeiro é composto por livros, artigos em periódicos, dissertações e teses referentes ao campo de estudo. O segundo refere-se ao conjunto de documentos internos da instituição escolar tais como: projeto de implantação das escolas, documentos legais relativos ao processo (decreto, resoluções, diário oficial, ata de resultados finais), censo escolar, regimento interno.

No caso das histórias anteriores, utilizei material referente a outras comunidades indígenas, pois a respeito desta comunidade não existem quaisquer trabalhos no campo educacional, apenas uma tese de doutoramento, no campo da arqueologia, que subsidia a minha pesquisa.

No arquivo, encontrei dificuldades, pois a escola existe há trinta anos e nunca houve uma preocupação em organizar a documentação. Os documentos não são informatizados e, muitos deles, estão em arquivo morto em várias repartições e pareceu haver pouca disponibilidade dos membros da comunidade escolar (administrativo) para a localização das fontes – muitas vezes pareceu haver intencionalidade em dificultar o acesso aos documentos.

Os documentos estão arquivados em caixas, não seguem uma ordem cronológica e ficam em uma sala, na secretaria de educação em Japorã, denominada de almoxarifado. Juntamente com os documentos são guardados alimentos, materiais de limpeza, materiais de expediente e outros fornecidos a Escola José de Alencar e suas extensões. Alguns documentos ainda se encontram em Mundo Novo e outros foram extraviados, segundo alegação de funcionários, quando da transferência das escolas que pertenciam ao município Mundo Novo e passaram a pertencer ao município de Japorã, com a emancipação deste.

Considerando a importância de tais documentos para a pesquisa e percebendo a relevância do material para a construção da história da escola local, tais dificuldades puderam ser contornadas e foi possível constituir um conjunto de dados oriundos de fontes primárias inéditas, um dos aspectos relevantes em uma pesquisa histórica.

Ainda que os dados documentais fossem da maior relevância, não permitiram um mapeamento inicial, exigindo complementação. Por isso, optei por trabalhar com história oral, buscando as informações junto aos sujeitos que fizeram e fazem parte deste processo educacional, através de coleta de depoimentos.

Utilizei a História Oral como metodologia de pesquisa, por avaliar ser esta a melhor forma de compreender esse processo. Para ampliar a compreensão de História Oral, recorro a Meihy (1996):

> História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistados, com o planejamento da condução das gravações, com a autorização para o uso,

> arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 1996, p. 15).

Meihy (1996) classifica a história oral em três modalidades: história oral de vida; história oral temática e tradição oral.

> História Oral de Vida – quando está em estudo o percurso de vida de uma pessoa, História Oral Temática – quando as entrevistas focalizam uma situação em que os sujeitos estiveram envolvidos e sobre a qual tem informações, Tradição Oral – quando a pesquisa procura recolher informações que, sendo advindas de um passado longínquo, permanecem transmitidas oralmente, de geração a geração (ABBUD, 2003, p. 26).

Este trabalho pode ser categorizado como História Oral Temática, considerando que o foco dos depoimentos é o processo histórico de instalação e funcionamento da escola junto aos Ñandeva-Guarani da reserva Porto Lindo. Para a escolha dos colaboradores da pesquisa, ou seja, daqueles sujeitos que participariam do processo e teriam condições de informar sobre ele, foi necessário, no primeiro momento, definir a colônia, formando a rede a partir do colaborador ponto zero, que baliza a seleção dos demais entrevistados.

Para melhor compreender o que é colônia, tomo a definição de Meihy (1996): colônia é o conjunto de pessoas que, em sua trajetória, compartilharam uma experiência. “A colônia é sempre a espécie, do qual a rede é o gênero”. No caso desta pesquisa, a colônia foi formada por professores, alunos, funcionários de nível administrativo e membros da sociedade.

A partir do momento em que se define a colônia, é possível a formação da rede, uma subdivisão da colônia a partir do estabelecimento de parâmetros para decidir quem entrevistar. Como não conhecia toda a comunidade que iria pesquisar, precisei delimitar meu ponto zero, um depoente que conhecesse a comunidade e que pudesse indicar alguns caminhos a percorrer.

Para este estudo, a professora Drª. Beatriz dos Santos Landa, doutora em arqueologia, aceitou ser minha colaboradora ponto zero. A professora pareceu-me, e realmente foi, a pessoa mais indicada para fornecer as informações necessárias. Em sua tese de doutoramento, “Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na terra indígena Porto Lindo/Jacarey, Município de Japorã/MS”, trabalhou junto à

comunidade, conhecendo-a e sendo por ela conhecida. Realizada a entrevista com a professora, obtive a indicação dos componentes da rede.

A professora Drª. Beatriz indicou-me as seguintes pessoas para formar a rede: O Reverendo Rubens Francisco Carneiro e o Reverendo Benedito Troques, que foram os primeiros missionários a trabalhar com a comunidade; os professores indígenas Valdomiro Ortiz e Venâncio Cáceres, que acompanharam o processo histórico como personagens do mesmo; a professora Lídia Rocha Javolski, uma educadora não-índia que está trabalhando na comunidade há vinte anos e, por último, o ex-secretario de educação municipal o Professor Paulo Franjote, que foi o tutor dos indígenas na primeira turma do projeto Ara Verá[1]. Assim então ficou definida a rede de entrevistas para esta pesquisa.

Iniciei a pesquisa e a coleta dos dados documentais realizando visitas à reserva Porto Lindo, em outubro de 2005, para fazer uma sondagem e manter conversas informais com os professores da reserva. A coleta de depoimentos por meio de entrevistas, e sua transcrição, foi realizada no período de abril a novembro de 2006, e seu registro encontra-se em anexo. Foi um período muito significativo para mim e tenho completa convicção que nesse tempo de convivência, que não foi muito, eu evoluí como ser humano, pois, só passando por uma experiência como essa é que se pode avaliar como o pré-conceito está entranhado em nosso cérebro e quão doloroso é derrubar certos paradigmas.

Foi e está sendo um tempo de muito conflito apesar de minha crença de que o individuo só muda seu modo de pensar e agir convivendo com o outro, pois só assim passamos a conhecer sua cultura e podemos entender seu modo de vida.

Sobre cultura, chamo o depoimento de Landa e o de Azevedo:

> Cultura é entendida como um sistema de significados e símbolos; o comportamento seriam as ações dentro de uma determinada cultura e a cultura material seria representada pelos produtos tangíveis do comportamento, incluindo, vestígios faunísticos e botânicos (LANDA, 2005, p. 40).
> Cultura é o dispositivo pro meio do qual as sociedades vão se organizando e se transformando. A cultura não é o ingrediente, mas

[1] O Curso Normal em Nível Médio de Formação de Professores Guarani/Kaiowá – PROJETO "ÁRA VERÁ" (espaço-tempo iluminado) – consiste em ação cujo objetivo geral é formar professores indígenas Guarani/Kaiowá em nível médio, com habilitação para a educação nas comunidades indígenas, educação nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil. Foi autorizado a funcionar por meio da Deliberação/CEE/MS n.º 6284 de 20 de julho de 2001(Rossato, 1999).

> o recipiente “a panela”, aonde o povo vai “beber o caldo da cultura” (AZEVEDO, 1999 apud NASCIMENTO, 2004, p. 46).

Nesse ponto de minha trajetória, lembrei de um filme chamado “Duelo de Titãs”, que assisti há pouco tempo, que trata do preconceito. Nele, o professor, para conseguir transformar uma certa realidade, obrigou seus alunos a conviverem um com o outro para só então tirar conclusões. No filme deu certo, mas, para que esse processo de transformação aconteça, acredito que todos passem por momentos conflituosos, pois, se não há um desequilíbrio, não há aprendizagem e não havendo aprendizagem não ocorre transformação.

A abordagem metodológica e os procedimentos adotados, a realização das entrevistas, sua transcrição e conferência, a categorização e a seleção de critérios de sistematização e análise dos dados, integram a metodologia do trabalho, cuja descrição consta do item 2, intitulado **Registrando a história da educação escolar indígena Ñandeva-Guarani.**

No item 3, cujo tema é **Breve Histórico da comunidade Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul,** faço um levantamento bibliográfico da comunidade indígena do estado até chegar à comunidade Ñandeva-Guarani. Relato como esses povos chegaram ao estado, quais os povos existentes, o número de habitantes, quais as línguas faladas pelos povos indígenas no MS, até chegar à aldeia Porto Lindo. Apresento o mapa com o povoamento indígena no estado. Este é um espaço que reservei para que possamos conhecer um pouco da história dos indígenas no MS, usando referências bibliográficas tanto de autores do estado como também de outros lugares. Considerei esta contextualização importante para então entrar na história da educação escolar na reserva Porto Lindo.

O título **No Tempo e no Espaço: a escola e a comunidade indígena** introduz o item 4, no qual apresento a atual situação da escola e como foi sua formação no decorrer dos anos, a partir de quando (ano) e como se instalou a escola – números de crianças; os professores (formação e de onde vieram); o espaço físico, como era e como é; a língua utilizada na escola e o que eles pensam disso; os projetos realizados na escola; a evasão escolar (se ocorre e o que é feito). Tudo isto a partir de dados coletados na documentação da escola e nas entrevistas.

Já no item 5, **Conhecer para questionar**, realizo uma análise do que os indígenas pensam e o que esperam da escola e da educação escolar, seus conceitos de educação, de sociedade e de mundo, sua reação à vinda da escola e o

que pensam do futuro. Utilizei as entrevistas e busquei debater com outros autores que trabalham com a temática indígena.

Para finalizar, ou melhor, para interromper este trabalho porque temos tempo a cumprir, são feitas as considerações finais com a seguinte questão: **IMPOSSÍVEL UMA CONCLUSÃO...** A pesquisa teve por objetivo compreender o caminho percorrido no processo de constituição da educação escolar entre os Ñandeva-Guarani da reserva Porto Lindo, ponto de partida para a reflexão sobre os rumos que essa escola terá que tomar, assim, a conclusão se apresenta permeada de novas perguntas. Há um caminho percorrido que indica a possibilidade de aproximação de uma educação escolar diferenciada, ao mesmo tempo em que aponta para as contradições presentes nesta possibilidade, ou seja, as dificuldades de inserir conteúdos escolares na educação indígena e, ao mesmo tempo, preservar costumes e tradições centenárias.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE GUARANI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O breve levantamento histórico da população Guarani[2], no Estado de Mato Grosso do Sul, que efetivo neste tópico tem por objetivo esclarecer fatos que ocorreram e que estão ocorrendo hoje com esse povo. O foco da pesquisa é o século XXI, mas, para entender o processo histórico, vou buscar informações em documentos produzidos em séculos passados e em esclarecimentos históricos e etnográficos do grupo Ñandeva/Guarani.

> Para Bartolomeu Meliá, em palestra na UCDB, em 2004, as características que todos apresentam é que falam a língua Guarani, são aldeões, migrantes, agricultores e religiosos, embora estruturem suas pautas culturais de maneira que se apresentam diversificadas, há uma continuidade que permite a realização de estudos que confrontem os dados arqueológicos já existentes, com a documentação produzida desde o século XVI, e as informações etnográficas obtidas junto às populações atuais, visando reconstruir uma história que explique melhor o que teria sido no passado, sem necessariamente assumir que essa "é" a verdadeira história deste povo indígena, e ao mesmo tempo obter dados etnográficos dos grupos no contexto do século XXI para melhor tentar interpretar os dados resgatados através das atividades arqueológicas em sítios ocupados pelos antecessores dos atuais representantes Guarani em solo brasileiro (LANDA, 2005, p. 35).

Este grupo sempre viveu em constante movimento e expansão, escolhendo se fixar em locais próximos dos rios navegáveis, em zonas de mata.

Segundo Prous,

> Nunca se interessou em progredir nas regiões secas atualmente (onde existem sítios, há um mínimo de um metro de precipitação anual) também não se adaptaram a terras frias, de altitude ou de latitude: jamais ficaram onde há mais de cinco dias de geada, noturna por ano; evitaram as regiões acidentadas, havendo raríssimos indícios de sua presença em altitudes superiores a 400 metros acima do nível do mar (...). (1992, p. 373).

Os movimentos migratórios constantes, o isolamento dos subgrupos da tribo e a ocupação do antigo território Guarani são fatores que propiciaram aos índios da

---

[2] Os Guarani, em Mato Grosso do Sul, estão representados pelas populações Kaiowá e Ñandeva, sendo que esta se auto-reconhece e é reconhecida pela denominação guarani, portanto, será tratada desta forma (VIETTA, 2003, p. 132).

tribo se envolver (não por vontade própria, mas através da imposição) em um contato cultural bastante diversificado.

Morais (1989) salienta que “os processos de aculturação que nossa história apresenta, que são múltiplos, mostram complexidades nada pequenas”. Afinal, algumas culturas distintas que entram em contato podem emergir de um tronco comum, como no caso das próprias relações interculturais dos povos indígenas brasileiros, relações que já ocorriam, ao que se apreende, mesmo antes da colônia.

O conceito de aculturação encobre a dominação econômica, a exploração do trabalho, a expropriação de terras, a proibição do uso de línguas e modos de vida e é insuficiente para explicar a condição dos índios e a diversidade de seus problemas e situações.

Em cada caso de transformação cultural, é importante examinar qual situação econômica, social e histórica está em jogo. Podemos conceituar aculturação, em sentido mais geral, como sendo o contato entre culturas diferentes e o resultado que essa influência tem para tais culturas. Em sentido antropológico, são as mudanças culturais iniciadas pela junção de dois ou mais sistemas culturais.

Para se compreender a Educação Escolar Indígena é preciso conhecer o contexto histórico no qual está inserida. Isto é justificado através das palavras de Brandão, que diz:

> Sob regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrada indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, nem inspetores especiais para a formação da juventude: esses papéis são desempenhados por todos os anciões e pelo conjunto das gerações anteriores. (BRANDÃO, 2005, p. 18-19).

O ponto de partida para a discussão e análise da educação escolar indígena é situar seu processo histórico. Há duas fontes de dados, documental e oral, utilizadas nos estudos de história indígena no país; a primeira são os documentos (cartas, diários de navegações, etc) grafados a partir de 1500 pelos colonizadores (ou os descendentes), viajantes e missionários e tratam de reconstituição de fatos presenciados ou vivenciados com esta população.

2.1 O Período da Colonização

As imagens dos nativos nos diferentes tipos de documentos sobre o Brasil e seus primeiros habitantes são as que os outros tiveram deles, o que não caracteriza,

necessariamente, narrativa fiel da realidade. São, na sua grande maioria, equivocadas, mas ainda presentes nos dias atuais. Os tupiniquins, primeiros nativos contatados pelos europeus em sua chegada, foram considerados selvagens, necessitados de religião e cultura (como se eles não as possuíssem), um povo imutável, sem história trajetorial e até então sem passado (este só se iniciaria com a chegada dos “salvadores”).

A análise de trechos da carta de Caminha a D. Manoel, rei de Portugal, evidencia o desrespeito para com os índios que aqui habitavam e a diferença é tida como sinônimo de inferioridade pelos brancos recém-chegados: “(...) gente bestial e de pouco saber. (...) Contudo o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me ser salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza aqui em ela deve Lançar”.

> A população indígena insere-se entre aqueles segmentos que têm sido sistematicamente silenciados, e cujas experiências não são valorizadas. É necessário iniciar-se a construir um discurso historiográfico que coloque os povos indígenas como protagonistas e agentes da sua história, e não como meros expectadores passivos dos eventos que têm se multiplicado rapidamente nos últimos 100 anos, devendo-se fazer um esforço no sentido de recuperar os momentos vividos por aqueles que participaram e viveram. O pesquisador Brand realizou suas pesquisas entre os Kaiowá e Ñandeva/Guarani no estado de Mato Grosso do Sul e destaca em seus artigos (1998, 1999a, 1999b, 2003) que há uma dificuldade por parte dos pesquisadores/as em superar a tendência de reduzir a história dos povos situados em uma tradição oral a nossas categorias ocidentais e concepções variadas como a linearidade, na qual procuramos enquadrar todos os eventos e experiências vividas pelo outro, e que “a percepção de que são povos com historicidade distinta e própria, é fundamental para a recuperação de sua história” (LANDA, 2005, p. 56).

Assim, pode-se concluir que o registro documental a respeito dos habitantes da terra descoberta foi feito do ponto de vista do não-índio e por isso precisamos tanto das fontes de dados orais, com a qual os povos indígenas mostram sua visão sobre os fatos ocorridos na história.

> A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente (NORA, PIERRE apud FERREIRA, 1994, p. 8).

A consulta às tradições e a mitologia dos índios têm como limite sua imprecisão cronológica, identificada pelo arqueólogo e historiador Neves: “para a tradição oral e a mitologia indígena, o limite é a dificuldade de se identificar ou alinhar cronologicamente os eventos narrados, já que esses discursos são gerados dentro de uma concepção do tempo variável e próprio de cada sociedade em particular” (NEVES, 1995, p. 177).

Estudos realizados indicam uma história de pelo menos 2000 anos desde a origem Amazônica dos grupos Guarani da Bacia do Prata, (vales dos rios) Uruguai e Paraná (BROCHADO,1984; NOELLI, 1993, apud, LANDA, 2005).

Quando os espanhóis chegaram, os indígenas constituíam verdadeiras províncias e foram identificadas como Guarani todas aquelas províncias que tinham uma proximidade lingüística e de organização social; era um povo muito numeroso.

Quando os espanhóis entraram na Bacia do Prata, os Guarani estavam em conflito com os índios do Chaco[3], motivo pelo qual é proposta uma aliança entre Guarani e espanhóis.

Tal aliança resulta na busca do estabelecimento de relações amistosas e acontecem casamentos entre espanhóis e indígenas. Ao perceberam que as intenções dos espanhóis não eram tão amistosas, e sim de colonização, acontecem revoltas em um movimento de resistência à entrada do colonizador.

As reduções jesuíticas tiveram uma importância grande na história do Brasil e ainda hoje nós temos algumas ruínas no Brasil, na Argentina, no Paraguai e na Bolívia. Existem produções acadêmicas importantíssimas sobre essa temática ou esse período, tais como o livro *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea* (Gadelha, 1999).

> Com os colonizadores vieram também os primeiros padres jesuítas que estavam vivendo o momento de afirmação da sua ordem: a Companhia de Jesus, recém criada por Inácio de Loyola. A vinda, para as terras portuguesas de além mar, possibilitava aos jesuítas concretizar sua imagem perante o Vaticano, tendo em vista que aqui poderiam conquistar novas almas para a Igreja e consolidar o próprio patrimônio, em razão de inúmeras vantagens econômica que lhes foram concedidas. Os jesuítas e as demais ordens religiosas que aqui se instalaram, sempre estiveram comprometidos com o

[3] Chaco é um território Paraguaio.

> sistema sóciopolítico e econômico da época. A vida política da colônia tinha caráter local, tendo em vista que a desorganização do sistema português impedia a centralização (CARVALHO, 2002, p. 139).

Essa tribo, que em séculos passados dominou grandes extensões dos estados meridionais do Brasil e territórios limítrofes do Uruguai, Argentina, Bolívia e do Paraguai, hoje se encontra dizimada e soma apenas alguns milhares de indivíduos, em sua grande maioria confinados[4] a pequenas reservas ou aldeias.

O europeu trouxe destruições às comunidades indígenas e, segundo Brand, “rouba as imagens desses povos”. Estima-se que dezenas de milhares de índios morreram decorrente do contato (direto/indireto) com “europeus” e as “doenças” por eles trazidas, pois não conheciam e nem possuíam imunidade para ambos. Brand (1997) nos informa que uma epidemia de varíola teria dizimado o aldeamento localizado nas vastas matas da margem direita do grande Rio Paraná.

A documentação histórica conta que os espanhóis ficaram encantados com a variedade e abundância de comidas que daria para alimentar um exército com a quantidade existente em uma aldeia. E então porque hoje os Guarani precisam de cestas básicas para alimentar suas crianças?

A história do povo Guarani tem muita coisa a nos ensinar especialmente sobre os caminhos que nós estamos trilhando hoje, em termos de políticas públicas para a questão indígena (BRAND, 1997).

Tentando discutir um pouco essa questão, vamos levantar as seguintes questões: os Guarani ficaram preguiçosos, trabalham menos hoje ou perderam a habilidade de trabalhar a terra? O que aconteceu?

A questão que mais preocupa é o que aconteceu com uma região densamente ocupada como mostra a documentação histórica.

O tratado de Madri e a expulsão dos jesuítas, com o conseqüente fim das reduções, implicam o quase desaparecimento dos povos Guarani da historiografia

---

[4] Para Brand (2004), por ‘confinamento’ entende-se aqui o processo histórico que se seguiu à demarcação das reservas pelo SPI (Serviço de Proteção Indígena), de ocupação do território por frentes não-indígenas, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado para a posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização da sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais (BRAND, 2004, p. 146).

brasileira. Os que não foram destruídos agregaram-se às populações do Paraguai, Argentina e do sul do Brasil; até hoje, na região da fronteira entre Brasil e Paraguai, 70% a 80% da população fala efetivamente o Guarani.

Uma parte do povo guarani, como se conhece da história, ficou na região de Maracajú, onde a mata era mais densa, desaparecendo do cenário historiográfico por algum tempo (Brand, 1997). Voltam a aparecer quando começa a questão dos limites da região. Fontes ligadas ao forte Iguatemi[5] relatam que essa região era toda espanhola em 1767 (Mater Mister, apud Brand, 1997). E hoje os vestígios do Forte Iguatemi estão localizados dentro de uma reserva indígena, Paraguassu, no Município de Paranhos.

Muitos afirmam que, quando seus pais chegaram aqui, não havia índios. Mas os índios estavam aqui, sim. Há uma documentação muito antiga que prova que eles estavam na disputa pela terra, em 1767.

Finalmente, quando vem a independência do Brasil, em 1822, constitui-se a Província de Mato Grosso, que incluía o atual estado de Mato Grosso do Sul, mas o povoamento não-índio iniciou-se em 1830, nos Campos de Miranda e Serra de Maracajú e entrando pelo rio Paranaíba, rio Sucuriju e Taquarassu, em 1835, chegando aos campos do rio Brilhante, em 1839, e ao rio Vacaria. Porém, para Gressler e Swensson (apud BRAND, 1997), “apesar do surto colonizador do ciclo do gado, o estado de Mato Grosso do Sul permanecia quase despovoado” (isto quer dizer, sem a presença do não-índio) até a Guerra do Paraguai.

No ano de 1845, o Barão de Antonina organiza uma expedição para descobrir uma via que ligasse o Porto de Antonina a Cuiabá, entre o Paraná e Mato Grosso. No ano de 1847 o sertanista João Henrique Elliot, integrante dessa expedição, escreve que:

> A oito léguas abaixo da barra do Vacaria com o Ivinheima, encontramos muitos vestígios de índio na margem direita: neste mesmo dia, dobrando uma volta, os avistamos de repente lavando-

[5] Em 1767, o Governo português criou o Forte Iguatemi (Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi), elevado à categoria de vila em 1771, transformando-se no mais antigo povoado de Mato Grosso meridional e o primeiro passo para a ocupação do atual Mato Grosso do Sul. Este forte, segundo pesquisas efetuadas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Relatório de registro de sítio arqueológico-etnográfico e histórico, 1987), localizava-se em território da atual aldeia Kaiowá Yvykuarusu/Paraguasu, às margens do Rio Iguatemi. Estes pesquisadores reportam-se a vários documentos históricos, indicando a presença de índios Kaiowá naquela região, já desde a fundação do Forte Iguatemi (BRAND, 1997, p. 52).

> se no Rio: Seriam cinqüenta, e correram para o mato da barranca, ficando alguns mais corajosos por serem somente uma canoa com quatro pessoas dentro. Confiado na fortuna que nos tem seguido passo a passo em todas estas explorações, nos aproximamos à praia, e saltando em terra os abraçamos, e os brindamos com mantimentos, muitos anzóis, facas, e alguma roupa que trazíamos de resto. Eram Caiuá da mesma família daqueles que encontramos nas margens do Rio Ivahy em 1845, tinham o lábio inferior furado, e traziam dentro do orifício um batoque de resina, que a primeira vista lembra, cobriam as partes que o pudor manda esconder com pano de algodão grosso; os cabelos eram compridos e amarrados para traz, (...) falei algumas palavras de língua guarany, e entenderam-me perfeitamente (...). Estes índios pareciam de boa índole, fáceis de reduzir, e podem ser muito úteis aos navegantes: resta que o governo dê boas providências a respeito, para que os não hostilizem, matando uns, capturando outros, e afugentando o resto. (ELLIOT, MONTEIRO, apud BRAND, 1997, p. 56).

Um outro sertanista integrante desta mesma comitiva, Joaquim Francisco Lopes, descreve as aldeias Kaiowá:

> Chegamos enfim ao aldeamento, impropriamente assim chamado, porque as casas acham-se disseminadas e como por bairros. Entramos em um rancho coberto de folhas de caetê, sendo outros cobertos de folhas de jerivá. A aldeia é colocada entre as suas roças ou lavouras, que abundam especialmente em milho, mandioca, abóbora, batatas, amendoim, jucutupé, carás, tingas, fumo, algodão, o que é tudo plantado em ordem; e toda época é própria, fora à sementeira (...). Os terrenos que habitam vão até o Iguatemi, junto a Serra de Maracajú, que tem aqui um caminho por terra que vai ao Paraná (LOPEZ, 1850, p. 320-21, MONTEIRO, 1981, p. 10-11 apud BRAND, 1997, p. 57).

2.2 O Período da Guerra do Paraguai

Nos anos seguintes, começam os aldeamentos dos indígenas residentes no Estado de Mato Grosso. Vários são os relatos de sertanistas que contam que índios Caiuá e Guarani são capturados e passam a ser escravos. Com a Guerra do Paraguai[6], os índios se dispersaram e o aldeamento foi extinto.

---

[6] O conflito oficialmente conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai, ocorrido entre os anos de 1864 a 1870, e que teve além do Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai como protagonistas, foi alvo, desde seu término, de inúmeras interpretações e manipulações ideológicas, vinculadas a diferenciados momentos da história política dos países envolvidos (SQUINELO, 2006).

> A guerra do Paraguai, em 1864, alterou o isolamento de parte da atual região da Grande Dourados. Campestrini e Guimarães (1991) calculam que um total de 1.200 soldados paraguaios teria circulado pela região do atual Mato Grosso do Sul, em 1866. Terminada a guerra, grande parte dos ex-combatentes, especialmente paraguaios, ficaram pela região e se tornaram mão-de-obra nos trabalhos da Cia Matte Laranjeiras, segundo testemunho dos informantes indígenas. Retornaram também os pecuaristas que haviam fugido durante o conflito (BRAND, 1997, p. 59).

A Guerra do Paraguai interveio muito na vida da comunidade indígena; o povo indígena sofreu um impacto do lado do Paraguai e do lado do Brasil, conforme Vasconcelos (1999).

> A participação indígena aconteceu, desde o começo do conflito, quando os paraguaios ocuparam a área situada entre os rios Apa e Blanco, em dezembro de 1864, onde os Paraguaios invadiram a vila de Miranda onde encontramos nos relatos de Taunay (1946, p.187) "*do lado dos índios houve igualmente algumas tentativas de resistência, embora* limitadas e parciais, mas que lhes custaram sempre certo número de vidas" os que eram capturados geralmente foram escravizados como nos ensina Esselin (2003 p. 218). "Os indígenas, sobretudo aqueles que eram objetos do intenso trabalho de catequese e que se prestavam a serviços em torno dos núcleos urbanos, ou fugiram, ou foram obrigados a prestar serviço às forças invasoras". Também eram utilizados como mão de obra pelas tropas Brasileiras "enterramos todos os nossos cadáveres em covas que mandamos abrir pelos índios" (VASCONCELOS, apud CORONEL, 2006).

2.3 O PERÍODO DA EXPLORAÇÃO DOS ERVAIS

Com o fim da Guerra do Paraguai, os indígenas ficam com território que vai das matas do Ivinheima, do Brilhante, do Dourados e do Pardo que, como Brand narra, são "vistas apenas como território de índios e as terras ao Sul do Ivenheima".

> Com o final da Guerra do Paraguai, uma nova comissão de limites percorreu a região ocupada pelos kaiowá/Guarani, entre o rio Apa e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, terminando seus trabalhos em 1874. O supervisor desta comissão era Tomás Laranjeiras. Este percebeu a grande quantidade de ervais nativos existentes nesta região e também a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível. Em 1882, através do Decreto de nº 8799, de 9 de dezembro, Laranjeiras obteve do Governo Federal o arrendamento das terras da região para a exploração da erva-mate nativa, porém sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais. Em 1892, fundou a Cia Matte Laranjeiras (BRAND, 1997, p. 60).

Com a implantação da Cia. Mate Laranjeira[7], toda a região que era habitada pelos indígenas passa a ser administrada pela companhia por um longo tempo. A companhia estava preocupada em explorar os ervais nativos com o qual obteve um poder econômico grande, em território Guarani.

> As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território Kaiowá e Guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Mate Laranjeira. Esta Companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras, foi, contudo responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita em novos e por vezes distantes ervais. Interferiu menos, ao que parece na estrutura social interna dos Kaiowá e Guarani do que as iniciativas posteriores. Tampouco constituíram problema mais sério as primeiras fazendas de gado que no final do século XIX e inicio do século XX se instalaram nas regiões de campo entre Amambaí, Ponta Porã e Bela Vista, pois, como já dito acima, os Kaiowá e Guarani localizam suas aldeias, preferencialmente, nas regiões de mata (BRAND, 2004, p. 139).

A Companhia Matte Laranjeira não estava interessada na terra e sim na exploração dos ervais, segundo muitos historiadores e pesquisadores que dizem que a companhia não permitia o ingresso de terceiros no território Guarani por eles arrendada e, nesse sentido, ela tinha um compromisso de não deixar as terras arrendadas serem apropriadas pelos imigrantes gaúchos que estavam vindo para a região de Ponta Porá, região dos campos, não os deixando entrar nos ervais. Ela teria retardado, de alguma forma, a disputa da terra ocupada pelos Guarani pois, durante a existência da companhia, os Guarani participaram ativamente dos trabalhos de colheita, como nos conta Serejo:

> O trabalhador da erva emerge claramente como única alternativa de trabalho “assalariado” e que as aldeias localizadas em regiões com ervais nativos engajaram-se amplamente nesta tarefa, atraídos pelos bens que a Cia Matte Laranjeiras oferecia: roupas e ferramentas. Consta que Tomás Laranjeiras, “com a descoberta de novos ervais”

[7] A Cia Matte Laranjeira instala-se em todo o território ocupado pelos Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, após a Guerra do Paraguai, tendo em vista a exploração dos ervais nativos, abundantes em toda a região. Antes disso, em 1767, o Governo Português instalara, às margens do Rio Iguatemi, em pleno território Kaiowá, o Forte Iguatemi (Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi), de curta duração (BRAND, 2003).

> resolveu introduzir os “bugres mansos e de bom trabalho“ na extração da erva (SEREJO apud BRAND 1997, p. 63).

Existem poucas publicações sobre o período em que a Cia Matte Laranjeira atuou em terras indígenas e, principalmente, sobre a presença dos índios no trabalho de colheita da erva-mate. Alguns falavam da mão-de-obra paraguaia esquecendo-se ou não querendo lembrar da mão-de-obra indígena, mas existe um relatório muito importante, que foi publicado pelo museu do índio, que traz relatos de 1927 sobre a presença do povo indígena na região.

Pimentel Barbosa, funcionário do SPI, descreve com detalhes a situação dos índios na região da Cia Matte Laranjeira, dando conta de que os índios participaram ativamente da colheita da erva e chegando a dizer que a mão-de-obra indígena Kaiowá e Guarani era de 70% a 80%, indicando que os indígenas participaram efetivamente do processo da colheita da erva mate.

Esse período da nossa história que merece ser mais estudado, especialmente no que diz respeito ao impacto dessa Cia sobre as populações indígenas – mas ainda há pouca pesquisa sobre a temática. A Cia Matte Laranjeira tem um peso enorme na história da região pois interferiu na política, na economia, na saúde, na educação e na nomeação de cargos, sem falar na documentação do estado do Mato Grosso, antes da divisão do mesmo.

2.4 O Período das Missões Evangélicas e do Serviço de Proteção aos Índios

A missão Caiuá começa a trabalhar no estado de Mato Grosso em 1928 e os missionários testemunham que realmente, de 1920 a 1930, constatou-se, entre os índios, a presença de muitas doenças. Este é um fato bastante compreensível se pensarmos que a CIA Matte Laranjeira deslocou para dentro desse território um contingente significativo de trabalhadores não-indígenas.

> A Missão Evangélica Presbiteriana, mais conhecida como Missão Caiuá, iniciou suas atividades na Reserva de Dourados, em 1928, ano em que se concluiu a demarcação das reservas. Seu trabalho de evangelização estende-se e se apóia em dois suportes: o atendimento à saúde e o ensino escolar. Considerando o quadro vivenciado pelos Kaiowá e Guarani, na época, a missão tornou-se o único local disponível para qualquer tipo de assistência. Na sua primeira fase, uma das maiores demandas era o atendimento á

> saúde, como foi apontado: as epidemias e a desnutrição provocam inúmeros óbitos. Assim, uma das suas primeiras ações foi à construção de um orfanato e de um centro de assistência á saúde, o qual, mais tarde, transforma-se no Hospital da Missão, como é comumente denominado, ocupando-se, prioritariamente, dos casos de tuberculose. Hoje, o hospital dispõe de atendimento diversificado e, ainda, é referência para o encaminhamento de índios, especialmente Kaiowá e Guarani, no Estado. Representa um dos únicos locais onde este segmento da população é atendido sem qualquer restrição ou preconceito. A assistência à saúde atraiu muitos índios para os trabalhos realizados pela missão. O hospital e a distribuição de remédios sempre foram vistos pelos fiéis como parte de uma relação de troca. Neste sentido, também se insere a escolarização, visando instrumentalizar especialmente as crianças para a leitura e para o estudo bíblico. Inicialmente voltada para o atendimento à saúde e posteriormente para o ensino fundamental, a Missão Caiuá, na década de 1930, constrói uma extensão em Amambaí, nos anos 50, lança as bases para o trabalho em Caarapó. No decorrer da década de 1960, se instala junto às reservas mais ao sul: Sassoró (Tacuru), Porto Lindo (Jacareí/Japorã) e Takuapery (Cel. Sapucaia). Embora sem dispor de sedes, também atende áreas menores, como Panambizinho, Campestre (Antônio João), Limão Verde (Amambaí), Jaguari (Aral Moreira), Guimbé e Rancho Jacaré (Laguna Caarapã), (VIETTA, 2003, p. 112-113).

O SPI (Serviço de Proteção aos Índios) foi criado em 1910 no Brasil e surge exatamente no bojo de reiteradas acusações de violência contra aos índios, oriunda do problema causado pelo choque da presença de colonos não-índios em território antes ocupado pela população indígena, entre 1915 a 1928.

> Informações coletadas a partir de dados demográficos entre os Kaiowá revelam que eles sofreram brusca redução demográfica entre as décadas de 1930-1950, devido à seqüência de epidemia de sarampo, gripes, catapora, varíola e tuberculose. Nesse período, varias parentelas se desintegraram e foram reduzidas a poucas pessoas, e muitas delas foram incorporadas por parentelas relacionadas mais bem estruturadas. Em período imediatamente anterior (1915-1930), haviam sido criados sete antigos postos indígenas do Serviço de Proteção ao Índio, e alguns deles, como Dourados, Caarapó e Amambaí serviam como pólo de atração para as parentelas das comunidades que tiveram suas terras ocupadas por fazendeiros (PEREIRA, 2004, p. 92).

O SPI vem para a região da grande Dourados e oito áreas de terra são reservadas à população indígena: a primeira é a reserva de Amambaí, a segunda a de Dourados e a terceira a de Caarapó – essas três reservas iniciais são para alojar os Guarani, neste momento já reconhecidos como muito numerosos. Ainda nos domínios da Cia Matte Laranjeira, o governo faz essa primeira ação indigenista

dirigida aos Guarani. O difícil é compreendermos, hoje, porque, com o volume de terras devolutas[8] então existentes, foram destinados pedaços tão pequenos para uma população indígena reconhecidamente numerosa.

> Segundo o Levantamento cadastral das terras indígenas, remetido pelo Chefe da I.R {5} ao Diretor do SPI, em 27 de outubro de 1965, conforme Oficio 2002/65, encontramos o seguinte quadro de terras e população Kaiowá/Guarani:
>
> | Reserva | Nº de hectares | População g/k |
> |---|---|---|
> | José Bonifácio (Caarapó) | 3.600 | 382 |
> | Francisco Horta (Dourados) | 3.600 | 1.463 |
> | Ramada | 2.000 | 144 |
> | Porto Lindo | 2.000 | 307 |
> | Takaperi (Cerro Perón) | 1.886 | 254 |
> | Benjamim Constant | 2.378 | 315 |
> | Área Compl (Limão Verde) | 660 | ----- |
>
> Não consta na relação do SPI a Reserva de Pirajuy, legalmente com 2.000 he. Não consta também onde foram parar os 240 hectares que faltam para chegar aos 900 previstos para complementar à área retirada da reserva de Benjamim Constant, nem qualquer referência ao problema das terras de Panambi e Panambizinho. Tinham então os Guarani e Kaiowá um total de 18.124 ha de terras. (BRAND, 1997, p. 121).

Relatório anterior a 1927 informa que, só no vale do Rio Iguatemi, os sertanistas avaliam que havia por volta de 5000 índios; essa informação foi coletada por Pimentel Barbosa em suas viagens com o objetivo de estudar a região com vistas à demarcação de mais terras para os Guarani. Como não foi feito nenhum censo nessas regiões, as informações só podiam ser coletadas pela ação dos sertanistas.

> Entendo por reservas oito pequenas extensões de terra que o Governo Federal reconheceu, entre os anos de 1915 e 1928, para usufruto dos Kaiowá e guarani, perfazendo em total de 18.124 ha, com o objetivo de confirmar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas (LIMA apud BRAND, 2003).

[8] Terra considerada pelos não-índios, vazia, desocupada que poderia se doada.

E aí vem a pergunta: se o governo sabia que havia uma população tão grande, se aquela terra era quase toda devoluta, portanto não havia disputa de títulos, porque pedaços tão pequenos? Para compreender essa situação, é necessário retomar a políticas do SPI, pautadas pela preocupação de demarcar terras para os índios para, na verdade, liberar terra para a colonização. Este dado é muito importante para esclarecer porque hoje há tantos conflitos de terra. A política do serviço de proteção ao índio voltada para liberar terra para a colonização tinha que tirar os índios e não é por acaso que toda essa área indígena demarcada pelo SPI é próxima a cidades e áreas de fácil acesso.

> É uma região com boas perspectivas para a agricultura e pecuária, além da riqueza em erva-mate e quebracho, duas indústrias ainda não exploradas pelo SPI. Como na Amazônia, a mão-de-obra para a coleta da erva-mate, a indústria dominante na região, é o índio Guarani e Kaiowá, que trabalham como assalariados das grandes empresas. Os Postos do SPI não poderão competir com estas empresas, mas poderão assegurar nas áreas reservadas, condições de trabalho e mercado que permitam ao índio, melhor remuneração e melhor assistência. (Brand, 1997, p. 119).

Esse é o nó da questão indígena da região, e um nó difícil de desatar, que está na raiz dos problemas indígenas vividos no estado do Mato Grosso do Sul: todos os problemas remetem à demarcação dos territórios. Passado o período da Cia Matte Laranjeira, vêm outras iniciativas que vão provocar problemas ainda maiores.

2.5 O PERÍODO DA "COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS – CAND"

O Presidente da República, Getúlio Vargas, com o projeto "marcha para o oeste", iniciava a implantação da CAND[9] (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) em 1941, através do decreto-lei nº 3059, reservando uma área de 300 mil hectares para transformar em lotes, garantindo assim a união entre os brasileiros.

---

[9] A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) situa-se no contexto da política de "marcha para o oeste", tendo em vista ampliar as fronteiras agrícolas mediante a integração de novos espaços (BRAND, 2003).

> Estas colônias eram ‘a menina dos olhos da política de colonização do Estado Novo’. Entende que a ‘conquista do oeste’, através da criação das colônias agrícolas e outras iniciativas, significava, para o regime de Vargas, ‘a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros’. E, neste sentido, ‘a ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformando em geradora de riquezas’, mas, através de ‘métodos cooperativos’, o redimensionamento das ‘relações sociais, de acordo com a orientação política vigente’ (LENHARO, apud BRAND, 1997, p. 73-74).

A CAND é implantada em pleno território, Caiuá ignorando a presença indígena. O governo desapropriou a área desrespeitando as disposições legais que dizia que seriam honradas as ocupações anteriores eventualmente incidentes sobre a área.

Os guarani e os caiuá que estavam na área buscaram manifestar-se de todas as formas possíveis, chegando a enviar uma liderança ao Rio de Janeiro, para falar com o presidente. Um livro muito importante, do início da década de 1950, de autoria de Egon Schaden, intitulado “Os aspectos fundamentais da cultura guarani”, narra pesquisa efetuada pelo autor e descreve o desespero dos caiuá nos anos de 1949 e 1950, com a chegada dos colonos, que simplesmente foram postos em cima da terra, praticamente em cima das casas dos índios.

A CAND foi uma instituição que causou impacto, de uma forma violenta e radical, sobre a história dos Caiuá e Guarani. Brand (1997) afirma que, se houvesse um mínimo interesse político federal na época ou em períodos posteriores, esse problema estaria resolvido e não teria sido necessário os colonos e os indígenas passarem por esse longo processo de sofrimento e incerteza, e, tampouco os índios precisaria passar, agora e no passado, por tantas situações de desrespeito.

Os conflitos sofridos pelo povo indígena do Mato Grosso do Sul são resultado da omissão das políticas públicas dos governos, especialmente o federal. Esse é o problema e não podemos esquecer que, desde a constituição de 1934, já se defendia o direito à terra por parte dos indígenas – reiterado na Constituição de 1988. Mas os governos continuam se omitindo com relação a este tema.

A CAND abrange a parte central do estado. O quanto à parte sul, após o término da CIA Matte Laranjeira, na década de 1950, começam a chegar às fazendas de café e gado.

> A instalação dos colonos em território indígena provocou, de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A partir da década 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território[10]. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas. A introdução da soja, a partir da década de 1970, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, dispensou a mão-de-obra indígena e provocou o fim das aldeias nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam[11]. Compromete a biodiversidade, substituindo os restos de mata, capoeiras e campos pela monocultura da soja (BRAND, 2004, p. 140).

Os fazendeiros começam a formar as fazendas e a derrubar as matas e encontram os indígenas nos fundos das fazendas, a beira dos córregos e dos rios. Inicialmente, essa comunidade é muito bem vinda porque é uma mão-de-obra importante para desmatar, porém quando a região está desmatada e formada a fazenda, essa comunidade se torna um estorvo, ela se torna dispensável e aí sistematicamente essas comunidades eram levadas pelo SPI ou diretamente pelos proprietários das fazendas para dentro das oito reservas demarcadas pelo SPI com o objetivo de reunir os índios, dispersos aos olhos dos não-índios.

Na medida que esse processo de uso do solo avançava, aumentava o número de índios nas reservas. Se olharmos a população das reservas, vamos ficar muito surpresos com o fato de ainda haver reservas, porque pesquisas mostram que, em uma reserva como a de Jacareí/Japorã, entre 1950 e 1960, havia apenas

---

[10] Segundo João Martins, no município de Naviraí, as derrubadas ocorreram em 1953-54, até 1960, sendo as terras destinadas ao plantio de café. Na região de Nova América, em 1958, também em vista do plantio, que foi "fracassando" a partir de 1960, cedendo lugar ao "colonião", planta exótica, e ao gado. Entre Amambaí e Ponta Porá, o desmatamento teria ocorrido, segundo este informante, durante a década de 1960. (BRAND, 2004, p. 146).

[11] A liberação de terras, após a criação do Território Federal, provoca uma corrida às mesmas, muito bem descrita por LENHARO (1986a) e FOWERAKER (1982). É Um processo de grande violência e desorganização. Segundo FOWERAKER (1982, p. 56), "a violência, a lei e a burocracia se complementam para mediar a luta pela terra na fronteira". A própria Constituição Estadual é alterada para favorecer interesses específicos de políticos e grupos econômicos do Rio Grande do Sul, São Paulo e da própria Cia Mate Laranjeira, na aquisição de terras na região, permitindo pessoas físicas comprarem até 10 mil há, quando o limite anterior era de apenas 500 ha. (Idem, p. 150). A especulação e a corrupção foram de tal monta que, segundo FOWERAKER (1982, p. 163), o próprio departamento de terras do estado de Mato Grosso foi fechado por três vezes: em 1950, 1961 e 1966 (BRAND, 2006, p. 146).

entre 80 a 100 índios. Em 2005, nessa reserva habitam mais de 4000 (quatro mil) índios, segundo a FUNAI[12].

O problema torna-se mais grave a partir da década de 1970, com a introdução da mecanização, no bojo da chegada do plantio de soja e também de uma segunda leva de imigrantes gaúchos. Vários trabalhos sobre essa questão mostram que a terra era até dez vezes mais barata nessa região se comparadas com as do Rio Grande do Sul.

Os colonos gaúchos vendiam suas terras no Rio Grande do Sul (RS) e compravam, no Mato Grosso (MT), áreas muito maiores e mecanizáveis. A mecanização, além de trazer profundas modificações ao meio ambiente, traz um impacto muito maior sobre os Guarani, porque, nesse processo de formação de fazendas, a eles resta apenas aqueles fundos de fazenda, onde a mata permanece enquanto a derrubada ainda não foi feita. E lá está o que Brand chama de “aldeia refúgio”, onde está uma população relativamente significativa de índios Caiuá e Guarani que vivem suas vidas, trabalhando, às vezes, na derrubada de matas e limpando pastos – um trabalho reconhecido como changa (trabalho temporário) – e vivendo nos fundos de fazenda. Esses fundos de fazendas permanecem até a década de 1980, no auge do processo de mecanização.

Nas décadas de 1970 e 1970, houve grande crescimento do número de nativos do povo Guarani dentro das oito reservas, porque havia aldeias dispersas por toda a região, cuja população foi empurrada para dentro destas áreas.

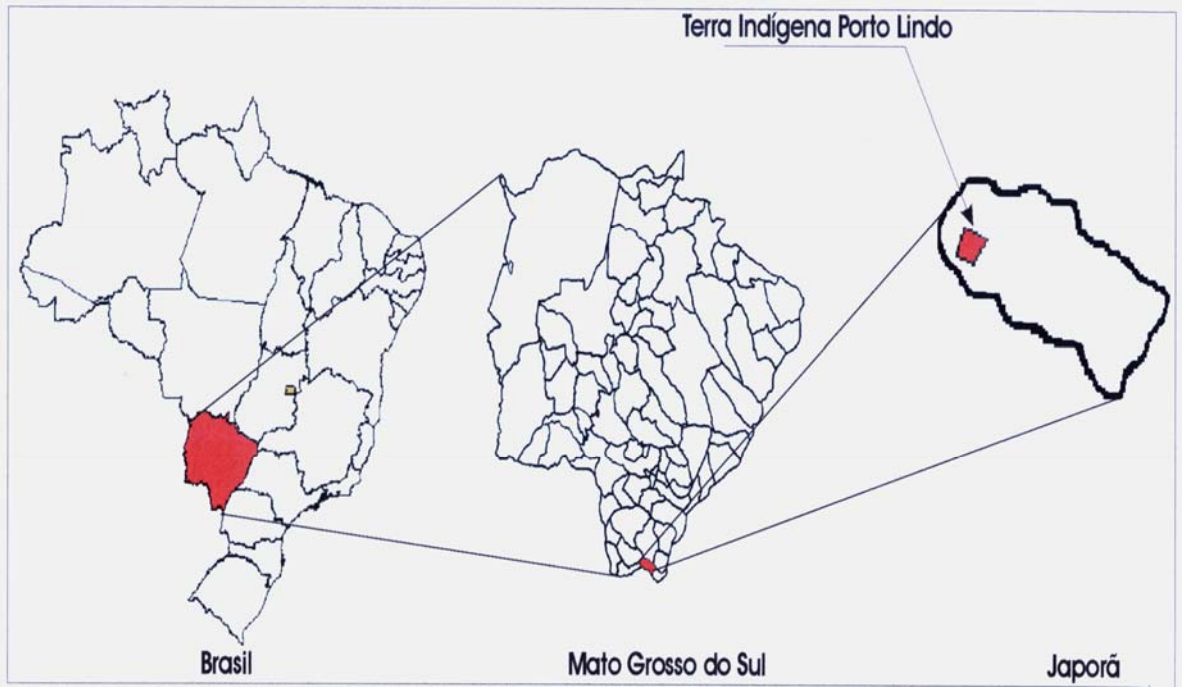
> A pressão sobre as reservas é tão forte que os próprios Kaiowá/Guarani falam em cercar-se dentro delas. Ou seja, a pressão exercida pelo entorno regional, atinge tais proporções, que parece estarem os próprios índios incorporando, naquele momento histórico, a estratégia do “grande cerco de paz”. (LIMA apud BRAND, 1997, p. 122).

[12] Em 1967 foi extinto o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que havia sido criado em 1910 com o objetivo de proteger os índios das crueldades e violências da expansão nacional e integrá-los ao conjunto da sociedade brasileira. Além de estar submerso em corrupção, este órgão não servia aos objetivos do regime militar. Em seu lugar, foi criada a fundação Nacional do Índio (FUNAI), cujo quadro dirigente expressa a militarização da questão indígena, por ser composta de elementos oriundos dos órgãos de segurança e informação. As comunidades indígenas e suas lideranças passam a viver sob forte controle (CARVALHO, 2002, p. 142).

A mecanização entra nas reservas, levada pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio – criada em 1967, com a extinção do SPI. Esse processo acaba com os recursos naturais, essa mecanização é introduzida sem nenhum cuidado com o meio ambiente, tanto por índios como por não-índios no Brasil.

> A data da destruição das aldeias está relacionada diretamente ao avanço do desmatamento e corresponde à implantação das fazendas. A destruição de parte delas foi anterior a década de 1950. Estão nesta situação as aldeias localizadas na área abrangida pela CAND. Porém, a maior parte das aldeias tiveram sua destruição concluída durante as décadas de 1950 e 1960 (...). Cabe ressaltar que, em muitos casos, o esparramo nem sempre foi resultado de uma ação direta de expulsão, mas de um progressivo processo de inviabilização da permanência dos índios naquele local. Este fato torna, por vezes, difícil o estabelecimento de referências cronológicas. (BRAND, 1997, p. 130-1).

No dia 14 de novembro de 1928, o governo do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul, em virtude de desmembramento ocorrido em 1977), através do Decreto nº 835, cria a Terra Indígena Porto Lindo. O mapa a seguir nos mostra a localização da reserva Porto Lindo no Brasil.



Célio L. Silva

Foto III - Mapa com destaque para o município de Japorã/MS, onde se localiza a Terra Porto Lindo município de Japorã (LANDA, 2005, p. 31).

À época, a reserva Porto Lindo era habitada, de forma marcante, pelos Ñandeva que, aos poucos, foram sendo empurrados para dentro da reserva, pois a Matte Laranjeira, os produtores rurais, os fazendeiros de gado e o processo político de criação de municípios foram encurralando-os. Iniciou-se o processo de extração de madeiras e assoreamento dos rios, dificultando a pesca e extinguindo a caça, deixando sem alimentos os indígenas. Mas, a ironia e o absurdo maior de toda essa situação foi o fato de que os indígenas atuaram como mão-de-obra em todas as etapas que culminaram na espoliação de seus territórios (BRAND, 1997; MELIA, 2004; LANDA, VALENTE, GRASSI, 2004).

Em depoimento oral, o reverendo Rubens nos diz que, no ano de 1960, quando chegou na região de Iguatemi, especificamente na reserva Porto Lindo, havia ali apenas 80 índios mas, anos depois, já se estimava a população da reserva em 1500 indígenas. Onde estavam esses índios e porque vieram para a reserva? O revendo nos apresenta a seguinte hipótese:

> *(...) quando chegamos lá havia apenas oitenta pessoas, era um grupo de oitenta pessoas, quando eu vim para Dourados, em 1976 a aldeia já contava com um número aproximadamente de mil e quinhentos indígenas, que fenômeno foi este? Os indígenas viviam espalhados por fazendas trabalhando, etc. Quando nós chegamos lá e começamos a dar a eles alguma assistência educacional, assistência de saúde, assistência de sentar com eles para conviver com eles, conversar com eles e orientar o trabalho que eles tinham que fazer na sua própria reserva e etc, esta notícia correu e o resultado foi que os indígenas começaram a retornar a sua aldeia e começaram a ter alguma assistência e algum cuidado por alguém que poderia fazer alguma coisa por eles (Reverendo Rubens Carneiro, 2006).*

Nos últimos anos, a população da reserva Porto Lindo teve um aumento considerável em sua população – de 2.300 pessoas, no ano de 1999, para 3.661 no ano de 2004 e, hoje (2006), estima-se 5.000 indígenas. “Uma das explicações dada por eles é de um grande contingente de ‘paraguaios[13] veio para o local, estimulado pelo atendimento de saúde diário, pela oferta de cesta básica dentro da área, e de

[13] Lembrando que estes paraguaios são índios Guarani. Em geral os que se deslocam tem algum parente ou conhecido na Porto Lindo, e dificilmente alguma família entra na área sem relacionar-se anteriormente com algum morador, até para garantir que tenha abrigo enquanto aguarda para construir casa local destinado pelo capitão (LANDA, 2005, p. 75).

condições de vida melhores do que as oferecidas pelo país” (LANDA, 2005). Além dos índios paraguaios, existem os indígenas de outras localidades que acabam vindo para Porto Lindo por diversos motivos como: casamento, disputas internas e religiosidade, entre outros.

> A documentação da FUNAI denomina de Porto Lindo esta terra indígena localizada à margem direita do rio Iguatemi, atualmente inserida no município de Japorã, ao sul do estado. Os Ñandeva/Guarani denominam esta área por Jacarey como uma referência ao córrego de mesmo nome que delimita a porção sul da mesma. A uma distância de apenas 5Km, há um distrito do município com este mesmo nome, cuja população é composta por aproximadamente 800 pessoas. Os adolescentes, a partir da 5ª série do Ensino Fundamental, no período diurno, assim como adolescentes e adultos que reiniciaram seus estudos freqüentam as salas de aula na escola local, no período noturno. Foram implantadas a 5ª e 6ª séries no ano de 2004, sendo que os alunos e alunas podem optar por continuar estudando na área ou deslocar-se até Jacareí (LANDA, 2005, p. 78).

Hoje, essa comunidade indígena está cercada por assentamentos e fazendas cujos proprietários se dedicam à criação de gado e ao cultivo agrícola de milho, soja, algodão e mandioca. Além destes, existe o trafego de carros e caminhões na estrada estadual MS-386, ao lado da reserva, que influencia na vida da comunidade.

Como já mencionado, a mecanização trouxe muito prejuízo a essa comunidade, pois a vegetação foi alterada, com extinção de caça e coletas que antes eram praticadas. Por isso, os indígenas continuam sendo mão-de-obra dos não-índios, como constatou Landa (2005): “alguns proprietários serve-se da mão-de-obra indígena em algumas tarefas, outros não permitem a entrada destes nas suas terras, impedindo-os mesmos de coletar madeira para fogo, e existem aqueles que mantém um relacionamento bastante amigável com eles”.

A comunidade Ñandeva/Guarani da reserva Porto Lindo que aqui foi apresentada é meu campo de pesquisa e o foco deste trabalho é saber como ocorreu o processo histórico escolar dessa comunidade – por isto se efetivou este “passeio” sobre o povo guarani no estado do Mato Grosso do Sul. Acredito que a educação e a história estão envolvidas em um movimento dialético no qual uma depende da outra e ambas se constituem simultânea e dependentemente.

3. NO TEMPO E NO ESPAÇO: A ESCOLA

Os projetos de escolas para os índios são tão antigos quanto o processo de colonização no Brasil. “O colonialismo, a educação para os índios e o proselitismo religioso são práticas que tem, no Brasil, a mesma origem e mais ou menos a mesma idade” (SILVA e AZEVEDO, 2004).

Os missionários foram os primeiros encarregados de sistematizar a educação entre os povos indígenas e tinham claro que, para que esse processo escolar tivesse sucesso, seria necessário, primeiro, estudar a língua indígena. Com esta estratégia, souberam aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar “civilizatória”.

Com a vinda da República, o quadro da educação indígena não muda, pois a educação escolar continua a cargo das missões religiosas. Segundo Silva e Azevedo:

> O panorama da educação escolar indígena foi um só, marcado pelas palavras de ordem ‘catequizar’, ‘civilizar’ e ‘integrar’ em uma cápsula, pela negação da diferença. E não se pense que este paradigma é coisa do passado. Grande parte das escolas indígenas hoje em nosso país tem como tarefa principal a transformação do ‘outro’ em algo assim como um ‘similar’ que, por definição, é algo sempre inferior ao ‘original’. (SILVA e AZEVEDO, 2004, p. 150).

Hoje, uma educação escolar diferenciada e de qualidade, intercultural e bilíngüe, é reivindicada por varias organizações indígenas, com base na Constituição Federal e na LDB, que lhes garante educação diferenciada e de qualidade. Existem inúmeras escolas nas comunidades indígenas, mas ainda são aquelas que os missionários implantaram e não houve mudanças em seus currículos e seus métodos. Segundo o Referencial Curricular para Escola Indígenas (RCNEI), o “cotidiano da maior parte dos povos indígenas no Brasil desenrola-se num contexto de tensão entre conhecimentos indígenas e ocidentais” (RCNEI, 1998).

Existem, atualmente, aproximadamente 1.591 escolas indígenas no Brasil. Todas oferecem o ensino fundamental (primeiro segmento) e algumas dezenas oferecem o segundo segmento, segundo o Referencial Curricular para Escolas Indígenas (RCNEI). Ao lado delas, há muitas escolas não-indígenas que atuam dentro das reservas como escola para o índio, como é o caso da *Escola Pólo*

Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar[14] e suas extensões.

Os documentos que integram o acervo dessa escola forneceram o ponto de partida para atingir os objetivos desta pesquisa. A partir deles, busquei elaborar uma trajetória histórica da Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar, responsável pela educação escolar dos alunos índios da reserva Porto Lindo.

3.1 A Escola Pólo Hoje

Fundada em 1977, a Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar fica localizada no Distrito de Jacareí, a 18 quilômetros da sede do município de Japorã, nas proximidades de dois assentamentos: Roseli Nunes e Indianópolis e da Reserva Indígena Porto Lindo.

Três das extensões localizam-se dentro da Reserva Indígena Porto Lindo e a quarta localiza-se na Missão Caiuá, ou simplesmente Missão, como é conhecida na região, localizada ao lado da reserva, como pode ser visto no mapa.

[14] Muitas vezes designada simplesmente por Escola Pólo, representa a sede onde todos os documentos estão organizados, onde as matrículas são realizadas e onde a direção faz os encaminhamentos. As reuniões pedagógicas são realizadas na escola Pólo e na extensão Porto Lindo. Reuniões de interesse de todos sempre são realizadas na sede, na Escola Pólo, que possui quatro extensões, uma ao lado da reserva e três dentro da reserva.

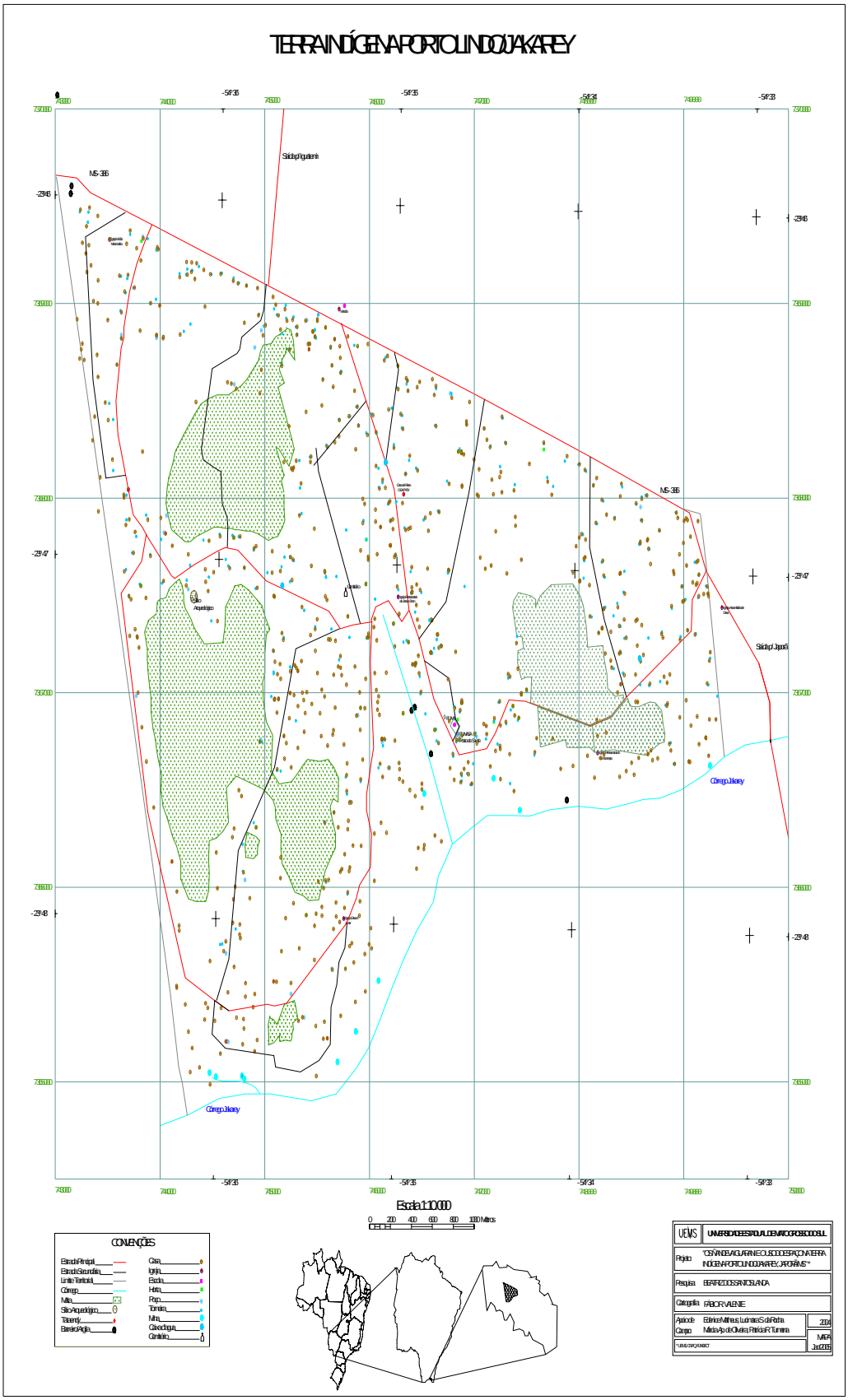


Foto IV – Mapa da reserva Porto Lindo.

A Unidade Escolar foi criada pela municipal número 028/77 com o nome de “Escola Municipal José de Alencar” e, naquela época, o Estado mantinha escolas Estaduais Rurais, instituições pequenas, situadas na zona rural. Essas escolas eram então dependentes do Executivo estadual; hoje, são de responsabilidade do município. Originalmente, funcionavam com salas multisseriadas.

Em 1994, as Escolas Estaduais Rurais foram unificadas administrativamente à Escola Municipal de 1º grau “José de Alencar”, ou seja, esta escola passa a abrigar todas as Escolas Rurais que integram a Rede Municipal de Ensino, determinando assim sua atuação como Escola Pólo, incumbida de operacionalizar a política municipal de ensino.

Na etapa da Educação Básica – Ensino Fundamental, a Escola Pólo atende 1700 alunos, na faixa etária de 05 a 30 anos de idade, distribuídos em 31 turmas na Escola Pólo e 35 turmas nas extensões. Nestas, é oferecido apenas o primeiro segmento do Ensino Fundamental, sendo que duas das extensões ainda utilizam o ensino multisseriado. Em 2005, a extensão Porto Lindo, que fica na sede da reserva, começou a oferecer o segundo segmento, em implantação gradativa a partir da 5ª série.

A Escola Pólo José de Alencar oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 1º e 2º segmentos. As turmas estão organizadas em séries e, como já afirmei, duas extensões ainda possuem salas multisseriadas. Os alunos indígenas, após conclusão da 4ª série, passam a estudar na Escola Pólo José de Alencar, distante 9 quilômetros da Reserva Porto Lindo.

No ano de 2005, pela primeira vez, houve concurso público para professor no município de Japorã – até então eram todos contratados em regime de “contrato temporário”. Após o concurso, os professores efetivos não foram suficientes para completar o quadro, restando ainda muitas vagas em aberto, para as quais foram feitos “contratos temporários”. É preciso ressaltar que, neste quadro, muitos professores estão ministrando aulas em disciplinas para a qual não tem formação.

Foto V – Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar, 2006.

Os turnos e turmas de funcionamento da Escola Pólo estão distribuídos conforme apresentado abaixo, no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição dos alunos e turmas na Escola Pólo José de Alencar.

Turnos	Série	Turma	Nº de alunos	Total
Matutino	Educação Infantil		14	
Vespertino	Educação Infantil		29	43 alunos
Matutino	1ª	A	27	328 alunos
	1ª	B	22	
	2ª	A	19	
	2ª	B	23	
	3ª	A	35	
	3ª	B	31	
	4ª	A	32	
	4ª	B	27	
	5ª	A	21	
	5ª	B	18	
	6ª	A	32	
	7ª	A	25	
	8ª	A	16	
	7ª	A	12	
	1ª	C	30	
	1ª	D	29	
	1ª	E	29	
	2ª	C	26	

Vespertino	2ª	D	24	347 alunos
	3ª	C	38	
	4ª	C	30	
	5ª	C	30	
	5ª	D	29	
	5ª	E	28	
	6ª	B	32	
	7ª	B	22	
Noturno	5ª	F	28	128 alunos
	6ª	C	40	
	7ª	C	30	
	8ª	B	30	
EJA Noturno	1º segmento	A	12	32 alunos
	2ª segmento	A	20	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

A Unidade Escolar possui prédio próprio doado, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) através de convênio com Prefeitura Municipal de Japorã/MS. A escola possui 11 (onze) salas de aula cujas dimensões são apresentadas no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Metragem das salas de aula da Escola Pólo José de Alencar.

Nº	Ambiente	Metragem
04	salas	6,00 x 8,00 (48m²)
03	salas	6,00 x 6,00 (36m²)
01	Sala	7,00 x 6,00 (42m²)
01	Sala	8,50 x 6,00 (51m²)
01	Sala	5,00 x 5,70 (28,5m²)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Há dependências de uso específico para direção, coordenação, secretaria, sala de professores, biblioteca e cozinha. A Escola possui 2 (dois) banheiros, 1 (uma) quadra descoberta e 1 (um) bebedouro com freezer, conforme especificado no Quadro 3, abaixo.

Quadro 3 – Dimensões das demais dependências da Escola Pólo José de Alencar.

Nº	Ambiente	Metragem
01	Sala da direção	4,00 x 3,00 (12m²)
01	Sala coordenação	3,00 x 5,00 (15m²)
01	Secretaria	3,00 x 7,50 (22,50m²)
01	Sala do corpo docente	7,50 x 5,50 (41,25m²)
01	Biblioteca	4,00 x 6,00 (24m²)
01	Cozinha e despensa	7,00 x 6,50 (45,50m²)
02	Banheiros	3,00 x 4,00 (12m²)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

A Unidade escolar possui área coberta entre os pavilhões que dão acesso às salas de aula, coordenação, biblioteca cozinha e banheiro. O mobiliário existente e em uso, da secretaria, sala dos professores, da coordenação, da biblioteca e direção está em perfeito estado de conservação. Nas salas de aula o mobiliário é composto por conjuntos de mesas e cadeiras individuais. A Escola possui materiais tecnológicos como: televisor, vídeo, retro-projetor, mimeógrafo, computador (para uso da secretaria), aparelho de som e filmadora.

Na biblioteca há livros de Literatura Infantil, Enciclopédia Ilustrada, Enciclopédia Barsa, Dicionários, Atlas Geográfico, Atlas de Anatomia e Saúde, livros de Eletrônica Básica, livros de Contos e Estórias, Dicionário de Inglês, Bíblia etc. Há também um acervo de fitas para vídeo abrangendo as áreas de conhecimento em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso, próprias para todas as séries do Ensino Fundamental. O material de expediente em estoque, tal como sulfite, papel de diversas qualidades, estêncil e outros e o material escolar, tal como caderno, lápis e borracha, apresenta quantidade suficiente para o atendimento aos alunos e aos professores.

A área destinada à secretaria abriga mobiliário no qual se encontra arquivada toda a documentação escolar na forma de ativo (alunos, professores e funcionários em atividade) e, em outro espaço na mesma sala, estão arquivados todos os documentos na forma de passivo (de ex-alunos, ex-professores e ex-administrativos).

A escrituração escolar e a organização dos arquivos que asseguram a verificação da identidade de cada aluno, bem como a regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar das extensões, na forma de ativo e passivo, estão arquivados na Secretaria de Educação em Japorã, onde há uma sala com 2 (dois) funcionários administrativos que realizam todo o trabalho relacionado às extensões, tais como matrícula, transferência, controle de freqüência dos alunos, organização dos arquivos e demais assuntos relacionados às extensões.

A Secretaria de Educação localiza-se a 18 km da reserva Porto Lindo. Se houver necessidade de algum documento de aluno que esteja arquivado lá, pode acontecer de passar dias antes que o mesmo esteja acessível. No início do ano letivo, muitas vezes, os alunos são colocados em salas trocadas e há demora em se corrigir a situação. Na sala em que leciono, já ocorreu do nome de aluno estar trocado e levar dias para que se descobrisse o nome correto. Não temos, no início do ano letivo, uma relação com nomes e data de nascimento correta e os professores precisam perguntar aos alunos suas idades. Também acontece de o diário de classe chegar apenas no final do segundo bimestre.

A Escola Pólo José de Alencar não possui Proposta Pedagógica, apenas um Regimento Escolar, com algumas adequações quanto a:

- A avaliação interna;
- Número mínimo e máximo de alunos portadores de necessidades especiais;
- Freqüência do aluno que ingressa após o inicio do ano letivo;
- Rendimento do aluno que ingressa após o inicio do ano letivo;
- Incineração;
- Forma de arquivo e outros.

A Unidade Escolar não possui projeto político pedagógico, não possui um currículo, uma filosofia, uma metodologia nem um sistema de avaliação direcionada a escola. Cada professor utiliza como base os Parâmetros Curriculares Nacionais para a elaboração de seu plano de anual de atividades, selecionando assim os conteúdos para as disciplinas que ministram.

O corpo docente da sede José de Alencar é formado por 20 (vinte) professores com contratos efetivos e 21 (vinte e um) professores com contratados temporários, conforme discriminação apresentada no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 – Número de professores e respectivas funções e habilitação.

Nº	Função	Habilitação
08	Professores	Letras
11	Professores	Geografia
07	Professores	Pedagogia
01	Professor	Educação Física
03	Professor	Matemática
02	Professores	Magistério
02	Professores	Biologia
01	Professor	Leigo

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Os gestores da escola Pólo José de Alencar são o Secretário Municipal de Educação, o Diretor da escola, um Diretor Adjunto, oito Coordenadores (sendo quatro na Escola Pólo e quatro nas extensões) e cinco Auxiliares de Secretaria (três atuando na Secretaria Municipal de Educação e dois na escola Pólo). Nas extensões não existem auxiliares de secretaria, conforme mostra o Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Corpo técnico administrativo e sua formação.

Nº	Função	Habilitação
01	Secretário Municipal de Educação	Geografia
01	Diretor	Geografia
01	Diretor-adjunto	Letras
08	Coordenadores pedagógicos	Magistério, Pedagogia, Geografia e Letras e Magistério Indígena.
04	Auxiliares de secretaria	Ensino Médio

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

A Escola Pólo José de Alencar atende alunos indígenas e não-indígenas desde a Educação Infantil até as séries finais do Ensino Fundamental. As extensões da Escola Pólo José de Alencar são em número de quatro: Extensão Dr. Nelson Araújo, localizada na Missão Caiuá, 5 km ao norte da sede; Extensão Porto Lindo, localizada na sede da reserva de Porto Lindo; Extensão Afonso Pena, localizada 3

km a oeste da sede da reserva e Extensão Antonio Maria Coelho, 5 km a noroeste da sede da reserva. Na seqüência, apresenta-se a caracterização de cada uma delas.

3.1.1 Extensão Dr. Nelson de Araújo (Missão)

Essa Unidade Escolar é uma extensão da Escola Pólo José de Alencar e atende alunos da Reserva Indígena Porto Lindo. Localizada a 5 (cinco) quilômetros da sede, escola Porto Lindo. Oferece Educação Infantil e Ensino fundamental totalizando 248 estudantes indígenas, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Extensão Dr. Nelson Araújo – distribuição de alunos por série.

Turnos	Série	Turma	Nº de alunos	Total
Vespertino	Educação Infantil		21	21 alunos
Matutino	1ª	A	27	126 alunos
	1ª	B	27	
	2ª	A	28	
	3ª	A	22	
	4ª	A	22	
Vespertino	1ª	C	30	101 alunos
	2ª	B	24	
	3ª	B	24	
	4ª	B	23	
Total de Alunos Indígenas				248

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Foto VI – Extensão Dr. Nelson de Araújo (Missão), 2006.

A Escola possui 5 (cinco) salas de aula e 1 (uma) sala adaptada na antiga igreja, discriminadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Dimensões das salas de aula.

Nº	Ambientes	Metragem
03	Salas de madeira	6,00 x 8,00 (42m²)
02	Salas de alvenaria	7,00 x 9,00 (63m²)
01	Sala	5,00 x 6,00 (30m²)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

O mobiliário das salas de aula é composto por conjuntos de mesas e cadeiras individuais, suficientes para todos os alunos. As salas de aula são bem arejadas, as janelas são grandes, há boa ventilação e iluminação tanto natural como artificial. A pintura das paredes está desgastada e as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias estão em estado regular, bem como as condições de limpeza e higiene. Os banheiros são insuficientes para o turno matutino, pois há apenas dois vasos sanitários e lavatórios separados por sexo, um para cada 79 alunos

matriculados. Há uma ampla área de lazer com gramado, para prática de Educação Física.

O Quadro 8 mostra a formação do corpo docente dessa extensão, composto por 10 (dez) professores, todos com contratos temporários, sendo 08 não-índios e apenas dois indígenas.

Quadro 8 – Extensão Dr. Nelson Araújo – distribuição e formação do corpo docente

Nº	Função	Habilitação
03	Professores	Magistério Indígena
02	Professores	Pedagogia
03	Professores	Leigo (Ensino Médio)
02	Professor	Leigo (cursando o Ensino Médio)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

3.1.2 Extensão Porto Lindo

A extensão funciona na sede da Reserva Indígena Porto Lindo e é constituída por dois blocos construídos em alvenaria, com banheiros, acesso à merenda e área de lazer. Funciona em três turnos: matutino, vespertino e noturno; oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental das séries iniciais, regime seriado e conta com um total de 486 alunos indígenas, distribuídos conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Extensão Porto lindo – distribuição dos alunos por série e turno

Turnos	Série	Turma	Nº de alunos	Total
Vespertino	Educação Infantil		21	21 alunos
Matutino	1ª	A	29	205 alunos
	1ª	B	30	
	2ª	A	37	
	3ª	A	25	
	3ª	B	28	
	3ª	C	15	
	4ª	A	24	
	4ª	B	24	

Vespertino	1ª	C	28	189 alunos
	2ª	B	38	
	5ª	A	31	
	5ª	B	29	
	5ª	C	27	
	6ª	A	36	
Noturno	1º seg.	A	18	71 alunos
	1º seg	B	18	
	1º seg	C	18	
	1º seg	D	17	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

A extensão possui 9 (nove) salas de aula em alvenaria, uma sala para professores e coordenadores, uma cozinha, banheiros com sanitários e lavatório separados por sexo, um bebedouro com duas torneiras, uma ampla área de lazer, com gramado e um campo de futebol para prática de Educação Física. As salas de aula contam com mesas e cadeiras individuais, suficientes para todos os alunos e mesas para os professores.

As paredes internas e externas estão desgastadas, há boa ventilação e iluminação, tanto artificial como natural.

Quadro 10 – Extensão Porto Lindo – dimensões da unidade escolar.

Nº	Ambiente	Metragem
09	Salas de aula	6,00 x 8,00 (48m²)
01	Sala de coordenação	3,00 x 5,00 (15m²)
01	Cozinha	4,00 x 8,00 (32m²)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

O quadro de docentes é composto por 20 (vinte) professores, sendo 17 (dezessete) indígenas e 03 (três) não-índios e 04 (quatro) coordenadores, sendo 03 (três) indígenas e apenas 01(um) não-índio. Estes coordenadores atendem as demais extensões: Afonso Pena, Antonio Maria e Dr. Nelson de Araújo.

Quadro 11 – Extensão Porto Lindo – Docente e gestores.

Nº	Função	Habilitação
12	Professores	Magistério Indígena
02	Professores	Leigos (Ensino Médio)

02	Professores	Pedagogia
01	Professor	Letras
01	Professor	Geografia
01	Coordenador	Geografia
02	Coordenadores	Magistério Indígena
01	Coordenador	Letras

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Foto VII – Extensão Porto Lindo lado esquerdo, 2006.

Foto VIII – Extensão Porto Lindo, 2006.

Foto IX – Extensão Porto Lindo lado direito, 2006.

3.1.3 Extensão Afonso Pena

Essa extensão atende alunos indígenas e está localizada a 3 (três) quilômetros da sede, escola Porto Lindo. Seus alunos pertencem às séries inicias do Ensino Fundamental, regime multisseriado, sendo turno matutino reservado a 3ª e 4ª série e o vespertino a 1ª e 2ª série, perfazendo um total de 58 alunos indígena.

Quadro 12 – Extensão Afonso Pena – distribuição dos alunos por série e turno.

Turnos	Série	Turma	Nº de alunos	Total
Matutino	3ª	A	19	29 alunos
	4ª	A	10	
Vespertino	1ª	A	16	45 alunos
	2ª E 4ª	MULTISSERIADA	29	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã, em 20/06/2005.

A escola possui uma sala de aula em alvenaria e outra em madeira. Não possui banheiro, apenas um mictório do outro lado da rua, e não há bebedouro, apenas água em torneiras. Possui uma área de lazer com gramado e um campo de futebol de chão batido, para as aulas de Educação Física.

Foto X – Extensão Afonso Pena, 2006.

Foto XI – o mictório utilizado pelos alunos da extensão Afonso Pena, 2006.

Quadro 13 – Extensão Afonso Pena – dimensões da unidade escolar.

Nº	Ambiente	Metragem
01	Salas de aula	8,00 x 6,00 (48m²)
01	Sala de aula	5,00 x 600 (30m²)
01	Cozinha	3,00 x 3,00 (m²)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Na escola trabalham 04 (quatro) professores – 03 (três) indígenas e 01 (um) não-índio – contratados em regime temporário, habilitados conforme mostra, abaixo, o Quadro 14.

Quadro 14 – os professores da extensão Afonso Pena.

Nº	Função	Habilitação
02	Professores	Magistério Indígena
01	Professor	Pedagogia
01	Professor	Leigo (cursando o Ensino Médio)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

3.1.4 Extensão Antonio Maria Coelho

Essa Unidade Escolar atende alunos indígenas e está localizada a 5 (cinco) quilômetros da sede da Reserva Porto Lindo. A escola oferece as séries iniciais de

Ensino fundamental em regime multisseriado, com a 1ª e 2ª série no turno matutino e, no turno vespertino, com 3ª e 4ª série, somando um total de 82 (oitenta e dois) alunos indígenas.

Quadro 15 – os alunos e as turmas da Extensão Antonio Maria Coelho

Turnos	Série	Turma	Nº de alunos	Total
Matutino	1ª	A	25	40 alunos
	2ª	A	15	
Vespertino	1ª	A	20	42 alunos
	3ª e 4ª	multisseriada	22	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

A unidade escolar possui 3 (três) salas aula de madeira, uma cozinha e apenas 1 (um) mictório, usado por ambos os sexos. Nela não há bebedouro, água apenas em torneiras. O mobiliário da sala de aula são mesas e cadeiras individuais.

Quadro 16 – salas de aula e cozinha da Extensão Antonio Maria Coelho

Nº	Ambiente	Metragem
02	Salas de aula	7,00 x 6,00 (42m²)
01	Sala de aula	5,00 x 6,00 (30m²)
01	Cozinha	3,00 x 3,00 (09m²)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Foto XII – Extensão Antonio Maria Coelho, 2006.

Os docentes que ministram aula na extensão são contratados (contrato temporário), exceto a professora Lídia, não-índia, que é funcionária efetiva de Mundo Novo (MS) e está emprestada à instituição há 22 anos, por pedido dos próprios indígenas, pois fala bem a língua guarani e tem bom relacionamento com os mesmos, como ela mesma afirmou em sua entrevista.

Quadro 17 – Os professores da Extensão Antonio Maria Coelho

Nº	Função	Habilitação
01	Professora	Magistério Indígena
03	Professores	Leigo (Ensino Fundamental)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de japorã (MS), em 20/06/2005.

O quadro curricular do ensino fundamental da Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar prevê carga horária de 200 dias letivos, com 4 aulas de 50 minutos, nos turnos matutino e vespertino.

Quadro 18 – Organização Curricular do Ensino fundamental - 1º segmento

Áreas de conhecimento	séries			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Língua Portuguesa Matemática Ciências Estudos	20	20	20	20
Educação Física	02	02	02	02
Recreio	02	02	02	02
Semanal em horas-aula	24	24	24	24
Semanal em horas	20	20	20	20
Anual em horas-aula	960	960	960	960
Anual em horas	800	800	800	800

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

Quadro 19 – Organização Curricular do Ensino Fundamental – 2º segmento

Áreas de conhecimento	Séries			
	5ª	6ª	7ª	8ª
Língua Portuguesa	05	05	05	05
História	03	03	03	03
Geografia	03	03	03	03
Matemática	04	04	04	04
Ciências	03	03	03	03
Educação Física	02	02	02	02
Língua Estrangeira – Inglês	02	02	02	02
Educação Artística	02	02	02	02
Educação Religiosa	01	01	01	01
Semanal em horas-aula	25	25	25	25
Anual em horas-aula	1000	1000	1000	1000
Anual em horas	834	834	834	834

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

3.2 A ESCOLA ONTEM

Neste tópico, faço uma viagem ao passado da educação escolar na comunidade indígena, tentando verificar como aconteceu a educação escolar do não-índio, pois eles ainda não possuem a educação diferenciada. Prevista em legislação, a escola que os índios da Reserva Porto Lindo possuem é uma escola pensada, e até há pouco tempo atrás, coordenada e ativada por não-índios.

A história da educação escolar indígena na reserva Porto Lindo teve início quando o município de Japorã ainda era Distrito de Iguatemi, que, anos depois, passou a ser Distrito de Mundo Novo, tornando-se município autônomo em 1992. Pelos documentos encontrados, o sistema escolar iniciou entre 1960 e 1970 e, na época, existiam escolas municipais e escolas estaduais consideradas escolas rurais. As escolas eram praticamente iguais com relação à estrutura física, documentos e apresentavam a seguinte definição: duas salas de aula, uma cozinha, uma área de

lazer coberta, um sanitário isolado, um poço para abastecimento de água e uma caixa da água para reservatório de água.

As salas eram multisseriadas, atendendo de primeira à quarta série. O início do processo de escolarização entre o povo guarani deu-se com a fundação da Missão Caiuá, em 1928, na área Indígena de Dourados. Essa Missão era ligada à Igreja Presbiteriana Americana e a escola chega à reserva Porto Lindo em 1960, quando foi instalada próxima da reserva indígena. O reverendo Rubens descreve, com clareza, como se deu este início:

> *Por volta de 63 ou começo de 64 nós começamos então a escola indígena na Missão, curiosamente considerando aquela situação no momento, nós começamos a escola do nada o primeiro quadro de giz foi um tambor de duzentos litros, que nós pintamos de verde. E nós escrevíamos as primeiras letras e palavras para as crianças começarem a ter noção das primeiras letras e depois nós fizemos um barracão rústico que ficava bem na beira da picada que fazia divisa entre a localidade da Missão e a própria reserva. Um barracão bem rústico, com parede de taquara, coberto com tabuinha e ali nós começamos a primeira escolinha e colocamos um quadro de giz e nós trabalhávamos então, eu assumi esta parte da educação e enquanto o Rev. Troques e sua esposa ficaram com a parte do ambulatório médico (Reverendo Rubens Carneiro, 2006).*

A Missão Evangélica Caiuá iniciou o trabalho de educação com recursos próprios e, em 06 de setembro de 1982, através da lei municipal nº 091/82, firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Mundo Novo, passando a oferecer 120 vagas para a 1ª e 2ª série, em dois turnos – matutino e vespertino – e em sala multisseriada, com professores leigos. A escola está situada na estrada que liga Mundo Novo a Jacareí, próxima à Reserva Indígena Porto Lindo. A Missão Caiuá tornou-se, então, responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mundo Novo e a escola recebeu o nome de “Dr. Nelson de Araújo”.

Foto XIII – A primeira escola da missão Caiuá, na reserva Porto Lindo.

A escola funcionou, por longo tempo, sem autorização do Conselho Estadual de Educação. Um dos motivos para esse atraso foi a irregularidade na documentação dos alunos que ali estudaram, na sua maioria indígena, cujos documentos dependiam da atuação da FUNAI, sediada em Campo Grande. Alguns desses documentos haviam sido extraviados e só foram recuperados em 1984, propiciando, então, a autorização e validação para funcionamento da escola.

Em 01 de outubro de 1986, a Secretaria Municipal de Educação solicitou ao Conselho Estadual de Educação a autorização de 1ª a 4ª série do 1º grau da Escola Municipal de 1º grau “Dr. Nelson de Araújo” – conforme projeto 16284/84 – e, também, a Validação de Estudos, referente aos anos letivos de 1982 a 1985, para alunos que cursaram de 1ª a 4ª série na referida Escola. Foi realizada Inspeção Escolar pelos técnicos da NSVERF/ARE (Núcleo de Serviço Vida Escolar da Rede Física / Agência Regional de Educação de Naviraí) que emitiram parecer favorável à Autorização de Funcionamento do Ensino de 1ª a 4ª série e Validação de Estudos dos anos de 1983 a 1985.

A Autorização para o Funcionamento do Ensino e Validação de estudos a Escola Municipal de 1º Grau “Dr. Nelson de Araújo” foi aprovada em 14 de maior de 1987, através do processo nº 7245/86, 7246/86 fl. 04, mediante a Lei Nº 173/86.

Em 1992, Japorã é emancipado e torna-se município. A Escola Dr. Nelson de Araújo – “a Missão” –, no dia 30 de abril de 1993, firma convênio com a prefeitura de Japorã, na gestão prefeito Luiz Bezerra dos Santos. O objetivo do convênio foi a

cooperação mútua entre município e missão para manter em funcionamento a escola Dr. Nelson de Araújo como uma extensão da Escola Municipal José de Alencar, com intuito de atender, preferencialmente, os índios Guarani do Posto Indígena Porto Lindo, situado na jurisdição territorial de Japorã.

3.2.1 Escola Estadual Rural Reunida de 1º Grau “Padre Anchieta”

Essa escola, construída dentro da reserva Porto Lindo anos depois da Missão, é o que chamamos de escola rural. Faz parte do grupo daquelas que são construídas na zona rural, muitas vezes em propriedades particulares, e são mantidas pela Secretaria de Educação do Estado ou do Município.

Em 1982, por força do Decreto nº 1.566, de 16 de março de 1982, foi criada a Escola Estadual Reunida de 1º Grau “Padre Anchieta”, sendo, portanto, todas as demais escolas consideradas salas anexas à referida escola. Informa ainda, o Acordo Especial de 23 de março de 1970, firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura/MT e o Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso, que todas as Escolas construídas na área abrangida pelo Projeto Iguatemi ficariam incluídas na Rede Estadual de Ensino.

Pela informação nº 1858/83 da CGVERF/SE (Coordenadoria Geral de Vida Escolar e Rede Física – Secretaria de Educação), foram encaminhados ao Conselho Estadual de Educação de MS, os Processos nº 3376/83 e 3377/83, este último composto por cinco termos, nos quais a direção da Escola Estadual Rural Reunidas de 1º Grau “Padre Anchieta”, localizada na região abrangida pelo Projeto Iguatemi (Decreto 63.631 de 18/11/68/SEC/MT), sediada no município de Mundo Novo/MS, solicita validação de estudos e autorização de funcionamento do ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série.

No ano de 1984, o CEE autoriza o funcionamento de ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série da Escola Estadual Reunidas de 1º Grau Padre José de Anchieta, que tem 42 (quarenta e duas) extensões, mas as que estão dentro da reserva indígena são três: Escola Rural Estadual “Antônio Maria Coelho”, Escola Rural Estadual “Afonso Pena”, Escola Rural Estadual “Tomé de Souza”.

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando o parecer CEE nº 067/87 aprovado em sessão plenária de 28 de maior de 1987 deliberou que ficava “reconhecido o ensino de 1º grau de 1ª a 8ª série, convalidando os estudos oferecidos pela Escola Municipal José de Alencar, referente ao ano letivo de 1985”. O mesmo aconteceu no ano de 1987, com a Deliberação do CEE nº 2006, de 07/10/1988 que consta no processo nº 8462/88, no qual a direção da Escola Estadual Rural de 1º Grau “Padre José de Anchieta” – Pólo, Município de Mundo Novo, requereu o reconhecimento de ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª série.

A escola, criada pelo decreto nº 1566/82 com a denominação de Escola Estadual Reunidas de 1º Grau “Padre José de Anchieta”, recebeu a atual denominação através do decreto nº 4282, de 21/09/87. O ensino de 1º grau, 1ª a 4ª série, foi Autorizado através da Deliberação CEE/MS nº 692/84 e pela Deliberação CEE/MS nº 1623, de 20/11/86, prorrogada por mais um ano e, posteriormente, ratificada através da Deliberação CEE/MS nº 1507, de 14/05/87.

Foto XIV – foto de uma das extensões em 1984.

A escola começou a funcionar em prédio próprio, de madeira, em estado regular de conservação e em boas condições de higiene. A escola possuía 42 extensões, com duas salas de aula, uma cozinha, um banheiro, um refeitório e pátio para recreação. A sede contava, também, com uma sala para diretor, uma secretaria e um banheiro.

Foto XV – o mictório utilizado em 1984.

Em 15 de agosto de 1994, a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul transferiu as extensões da Escola Estadual Rural de 1º Grau “José de Anchieta”, com sede no município de Mundo Novo e respectivos acervos escolares, para a Rede Municipal de Ensino do Município de Japorã.

O Município de Japorã aderiu ao programa de descentralização e fortalecimento do ensino de 1º grau, de que trata a Lei nº 1311, de 11 de dezembro de 1992, que decreta, em seu Artigo 1º: “ficam transferidas as extensões da escola estadual rural de 1º grau “Jose Anchieta”, criada pelo decreto nº 988, de 27 de abril de 1981 com 42 extensões no município de Mundo Novo”.

As extensões transferidas ao município de Japorã foram: as Extensões de Escola Rural D. Pedro II, ERE Jose Arão Feitosa, ERE Marechal Hermes, ERE Santos Dumont, ERE Rui Barbosa, ERE Pandiá Calógeras, ERE Barão do Rio Branco, ERE Machado de Assis, ERE Barão do Melgaço, ERE Monteiro Lobato, ERE Pedro Rufino, ERE Marechal Floriano, ERE Castelo Branco, ERE Carlos Gomes e as escolas dentro da reserva indígena Porto Lindo – ERE Antonio Maria Coelho, ERE Afonso Pena e ERE Tomé de Souza (Diário Oficial 12/08/1994).

3.2.2 Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar

A Lei de criação da Escola Municipal Rural José de Alencar é datada de trinta de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, prevendo funcionamento

para o ensino de primeiro grau de 1ª a 4ª série, em salas multisseriadas, no Distrito de Jacareí, município de Mundo Novo-MS.

A Escola foi criada pelo ato municipal de nº 028/77, sob a denominação de Escola Municipal “José de Alencar” – Distrito de Jacareí, Município de Mundo Novo e, pelo Decreto nº 278/81, passa a denominar-se Escola Municipal de 1º Grau “José de Alencar”.

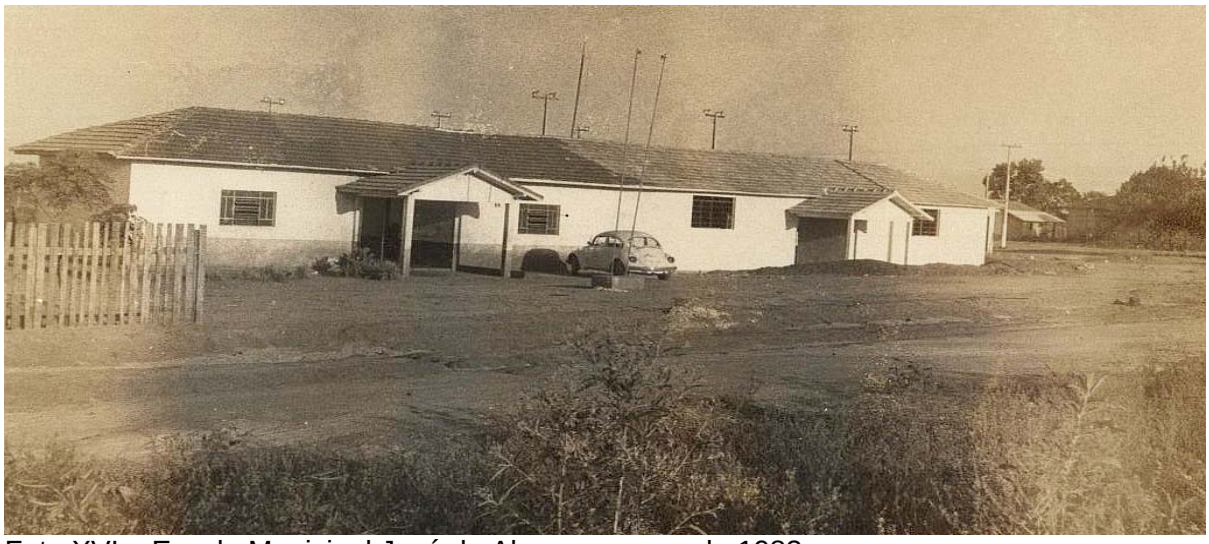


Foto XVI – Escola Municipal José de Alencar no ano de 1983.

Pela Deliberação do CEE (Conselho Estadual de Educação) nº 46, de fevereiro de 1980, a estrutura física das escolas da rede municipal deveria ser a seguinte: duas salas de aula, uma cozinha, uma área de lazer coberta, um sanitário isolado, um poço para abastecimento de água e uma caixa para reservatório de água.

A escola funcionava, inicialmente, em dois turnos, matutino e vespertino, com um total de 130 alunos. Os professores eram leigos e, pelo processo 08053/81, de 07/10/81, foram autorizados a trabalhar pelo prazo de 3 anos nessa condição, prevendo-se, para a complementação de estudos na área, o prazo final até 07/10/84.

Em 12/03/1982, foi encaminhado ao CEE o relatório da Escola Municipal Rural José de Alencar pedindo aprovação para funcionamento de turmas de 5ª e 6ª série, no período noturno, juntamente com a proposta de ampliação da estrutura física da escola e a titulação de professores, formados em Ciências, Estudos

Sociais, Letras, Ciências e Educação Física. A aprovação da 5ª e 6ª séries foi efetivada no dia 02/06/1982.

Em 1983, a Escola Rural José de Alencar passa a denominar-se Escola Municipal de 1º grau José de Alencar, com turmas regulares de 1ª a 4ª série funcionando desde 30/07/1977, de 5ª a 6ª desde 1983 e de 7ª a 8ª série, gradativamente, conforme parecer do Conselho Estadual de Educação nº 063/83.

No que diz respeito aos aspectos formais, a tramitação, entre 1980 e 1982, foi-se adequando às deliberações CEE/MS nº 46/80 e 307/82.

A situação física da escola e de seus anexos, na época era satisfatória, uma vez que se trata de Escola Rural: é de madeira e possui 1 (uma) sala de aula, 1 (uma) cozinha, 1 (um) refeitório e 1 (um) banheiro, embora alguns anexos não possuam refeitório. Funciona nos turnos matutino e vespertino.

O corpo docente está, em sua maioria, autorizado a lecionar, e quanto aos que não possuem autorização, existe tramitação para que a autorização aconteça. Uma boa parte dos professores é de leigos e convocados por contratos temporários.

O Regimento Escolar é o Regimento Padrão adotado pelas Escolas Jurisdicionadas pela a Agência Regional de Educação de Naviraí. O quadro curricular está aprovado pelo setor de currículo CGE/SE (Coordenadoria Geral Escolar/Secretaria de Educação) a partir de 1982, devendo a Escola providenciar novo quadro curricular, para o Ensino de 1º grau – 1ª a 4ª série – de acordo com a Deliberação nº 695/84.

O quadro curricular foi aprovado pelo setor de currículo da CGE/SE (Coordenadoria Geral Escolar/Secretaria de Educação) a partir de 1982, devendo a escola providenciar novo quadro curricular, para o Ensino de 1º grau – 1ª a 4ª série de acordo com a Deliberação nº 695/84.

A resolução nº 356/86/CGVERF/SF validou os estudos dos alunos que freqüentaram irregularmente a Escola durante o ano letivo de 1982. A prorrogação da autorização concedida à Escola venceu em 14/05/88, não consta, porém, dos autos a compatibilização das Atas de Resultados Finais de 1988; portanto, a escola deveria solicitar a validação dos estudos realizados, irregularmente em 1988, conforme Deliberação CEE/MS nº 307/88. Ficou aprovado por unanimidade, em Sessão Plenária de 09/06/1989.

Os arquivos, tanto da situação ativa quanto da passiva, encontram-se em condições satisfatórias, atendendo a legislação vigente.

A grade curricular foi aprovada conforme informação nº 0480/82, e deveria ser reestruturada para atender a Deliberação nº 1813/89.

Os componentes curriculares das escolas da Rede municipal de Japorã/MS, desde 1994, usando o módulo 37 nos turnos matutino e vespertino é:

Componentes curriculares	Carga horária			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Português	10	10	08	08
Estudos sociais	02	02	02	02
Iniciação ás ciências	02	02	03	03
Matemática	06	06	07	07
Total semanal em horas	20	20	20	20
Total anual em horas	740	740	740	740

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Japorã (MS), em 20/06/2005.

O prefeito municipal Luiz Bezerra dos Santos, através do Decreto nº 022/95, de 01 de setembro de 1995, decreta que a “José de Alencar” denominar-se-à Escola Pólo Municipal de Pré-Escolar e 1º Grau “José de Alencar”, ficando também inseridas as extensões já mencionadas (Decreto nº 022/95, 01/11/1995).

No ano de 1997, através do decreto nº 019/97, o prefeito municipal Sebastião Aparecido de Souza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46, da Lei Orgânica do Município decreta:

> Art. 1º - fica criada na Escola Municipal Pólo de 1º Grau “José de Alencar”, a extensão denominada Porto Lindo, sala 22, localizada na comunidade Indígena Guarani, terra pública da União, sob a jurisdição da Fundação Nacional do Índio – Funai, neste município. Art. 2º - compete ao Departamento Municipal de Educação e Cultura, tomar as providencias e instruir os processos necessários ao regular funcionamento da extensão escolar de que trata o artigo anterior no presente ano letivo (Prefeitura Municipal 28/05/1997).

No dia 13 de novembro de 2002 essa criação foi homologada pela Deliberação CEE/MS nº 6747, de 24 de outubro de 2002:

> Credencia a Instituição, autoriza o funcionamento da Educação Infantil, na Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino

> Fundamental José de Alencar, do Distrito de Jacareí, Município de Japorã, pelo prazo de 03 anos a partir de 2002 (CEE/MS 2002).

No ano de 2003, elabora-se o projeto de Lei nº 007/03 que solicita a extinção das salas extensivas na reserva Porto Lindo e a criação e denominação da Escola Pólo Municipal Indígena de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O prefeito Municipal Sebastião Aparecido de Souza, no uso de suas atribuições, sancionou a Lei aprovada pela câmara municipal, Lei Municipal nº 117/03:

> Art. 1º - fica criada e denominada a escola Municipal Indígena de Educação Infantil e Ensino Fundamental MBO'EHAO TEKOHA GUARANI Pólo com o objetivo de oferecer uma educação bilíngüe e intercultural aos povos Indígenas do Município de Japorã/MS, em concordância com os artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 9394/96 (LDB) campos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
> Parágrafo Único – ficam desativadas as extensões Porto Lindo, Tomé de Souza, Afonso Pena e Antonio Maria Coelho, passando a extensão Porto Lindo e Tome de Souza se chamar Escola Municipal Indígena de E. I. E. F MBO'EHAO TEKOHA GUARANI Pólo, integrando a ela as extensões desativadas que passaram a ter as seguintes denominações:
> Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental extensão MBO' EHAO ARANDU PORÃ.
> Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental extensão MBO' EHAO MARANGATU PORÃ.
> ART. 2º ficam criados os seguintes cargos públicos:
> I – Ajudante geral indígena;
> II – ajudante de serviços indígena;
> III – professor indígena de educação infantil;
> IV – professor indígena de ensino fundamental I;
> V – professor indígena de ensino fundamental II;
> Inciso 1º - os cargos nos inciso I e II, passaram a integrar o anexo V, tabela IV grupo ocupacional 4 – serviços auxiliares símbolo SAX regime jurídico estatutário da lei complementar nº 003/93 – Dispõe sobre a organização administrativa básica operacional da Prefeitura Municipal de Japorã.

	Quantidade	Cargos	Grupo	Carga-horária
Inci	10	Ajudante geral indígena	1	40
	10	Ajudante de serviços indígena	1	10

> Inciso 2º - os cargos criados passaram a pertencer ao grupo ocupacional 6 – Magistério símbolo MAG regime jurídico estatutário Lei complementar nº 003/93. Dispõe sobre a organização Administrativa Básica Operacional, esta estabelece o Plano de cargos e vencimento da Prefeitura Municipal de Japorã/MS.

Quantidade	cargos	Aula II	Atividades II
12	Professor indígena Ed. Infantil.	20	02
30	Professor Indígena Ens. Fundamental I	25	07
16	Professor Indígena Ensino Fundamental II	Variável	25%

> Inciso 3º - Os vencimentos dos cargos públicos criados acompanharam os respectivos da Lei Complementar nº 003/93. Dispõe sobre a organização administrativa básica operacional, estabelece o plano de cargos e vencimentos da Prefeitura Municipal de Japorã.

A criação da escola indígena ainda não foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação e a escola ainda é extensão da escola Pólo José de Alencar, não tendo direção, coordenação, regimento nem projeto pedagógico próprio.

Ainda no ano de 2003, o conselho Estadual de Educação devolveu o processo nº 29/027389/2003, que pedia a Autorização e o reconhecimento da Escola Pólo de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar, com instrução para que, a partir de 2004, sejam tomadas algumas providências, tais como: corrigir o regimento escolar, que apresenta falhas, elaborar projeto político pedagógico, providenciar habilitações e credenciamentos de alguns docentes que estão atuando em disciplina para quais não se encontram habilitados (SUPED/SED, 11/12/2003).

A Unidade escolar enviou, então, a seguinte justificativa:

> Num primeiro histórico destacamos que nosso município encontra-se em área de fronteira e detém um número de atualmente 7.000 (sete mil) habitantes com uma população extremamente rural, em percentual de mais de 75% morando em uma grande extensão territorial donde não dispomos de uma via de acesso com qualidade de tráfego, detendo ainda mais de 60 (sessenta) quilômetros entre seus extremos, além de não termos ligação asfáltica com o restante do estado. Não possuímos uma economia autônoma, sendo que a mínima produção vem da agricultura e pecuária de leite de pequenos produtores de subsistência. Detemos ainda uma aldeia indígena que tem uma população estimada em mais de 3.000 (três mil) pessoas tornando assim quase 50% da população total do município. Quanto à Escola Municipal em destaque, a mesma encontra-se em um considerado distrito municipal (aglomeração Rural) que fica de certa

> forma centralizada na divisão território de nosso município, contudo fica ainda, a mais de 20 quilômetros de nossa sede.
> Isto posto informamos, que o quadro docente da citada escola é feito basicamente de profissionais de nosso território municipal, haja visto, que cada início de ano letivo não dispomos de nenhum interessado, com a formação especifica em cada área, para sanar de forma legal didaticamente o quadro docente, conforme estabelecidos nos critério de atuação profissional.
> Nestes termos esclarecemos que todo o referido quadro docente tem somente garantia de cargo anual, devido à falta de estabilidade por critério de concurso sendo contratados pela Prefeitura. Desta forma, há falta de interesses de profissionais de outras municipalidades, além da estrutura que o considerado distrito dispõe a oferecer aos futuros moradores quanto a irregularidade do citado quadro, informamos, sem compromisso comparativo, que esta justificativa, depois de muito conteste, foi devidamente aceita pelo Tribunal de Contas do Estado, sanando uma exigência da polêmica Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº de 04/05/2000).
> Após relato, evidenciamos a possível mudança do quadro docente em obediência a normas legais vigentes na Educação, haja visto, que está determinado para o presente dia 15 de fevereiro de 2004 a prova que tem como objetivo legalizar, não somente o quadro docente da educação, mas como todo o funcionalismo municipal. Tal concurso municipal teve seu edital publicado no ano de 2003 e poderá solucionar, através nos termos formação, habilitação e atuação (SEC/ED/MUNICIPAL 05/01/2004).

Após a análise da justificativa do processo, que foi autuado em 13/11/2003, efetivou-se a entrada no Conselho, em 20/01/2004, registrados na fl. 02 a 152 dos autos, de toda a documentação necessária para legal para apreciação da matéria. A relatora do NUTEC/CEE/MS nº 226/04 concede à Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar a Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental, por 02 (dois) anos, a partir de 2004.

No ano de 2004, a Escola Pólo Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José de Alencar passa a oferecer, na Escola Pólo, o ensino fundamental de 5ª a 8ª série no período noturno e, na extensão Porto Lindo, a 5ª e 6ª série do ensino fundamental no período vespertino, ficando acordado com a comunidade da reserva que as séries seguintes serão gradualmente ofertadas.

Em 2005, os candidatos aprovados em concurso público foram nomeados e algumas adequações foram feitas com relação à habilitação dos professores.

A matriz curricular de 5ª a 8ª série da extensão Porto Lindo sofreu alteração, com inclusão da Língua Guarani, por opção da comunidade, pois a mesma atende

somente alunos indígenas. Não há referência à Língua Guarani no Regimento Escolar. O registro consta em ata assinada pela comunidade escolar.

A educação sistematizada na reserva Porto Lindo iniciou em 1960, com 30 alunos, como uma escola independente. Os anos foram passando, as modificações foram ocorrendo tanto na escola como em toda a comunidade. Hoje, esse ensino faz parte do ensino municipal e a Escola atende 1700 alunos, sendo 60% indígenas.

4. CONHECER PARA QUESTIONAR

“A escola para os índios é a instituição mais antiga no país e, desde o período colonial vem adequando-se aos diferentes contextos produzidos pelos grupos sociais na sua relação com o estado” (BERAGAMSCHI, 2004). No período colonial, a escola foi vista como um instrumento de domesticação através da catequese realizada por ações educativas.

Essas ações educativas iniciadas pelos Jesuítas vêm perpassando todos os momentos históricos da escola, com influências até o momento atual. A educação escolar para os indígenas na reserva Porto Lindo inicia-se na década de 60, em um ambiente semelhante ao período colonial, mas agora sem os Jesuítas; os responsáveis pela implementação do processo de escolarização foram os missionários presbiterianos que vieram com o intuito de evangelizar os indígenas.

> A Missão Caiuá pretendia levar ao indígena o conhecimento da palavra de Deus, o conhecimento do evangelho, para isso a missão sempre usou o que chamamos de tripé “educação, saúde e evangelização” a missão existe para isto e então nós fomos lá trabalhamos e foi um trabalho muito bom por anos seguidos a gente realizou este trabalho (Reverendo Rubens Carneiro, 2006).

Os missionários chegaram à reserva Porto Lindo pela primeira vez em 1961, com o objetivo de conhecer para o território e a clientela que pretendiam conquistar para sua obra de evangelização.

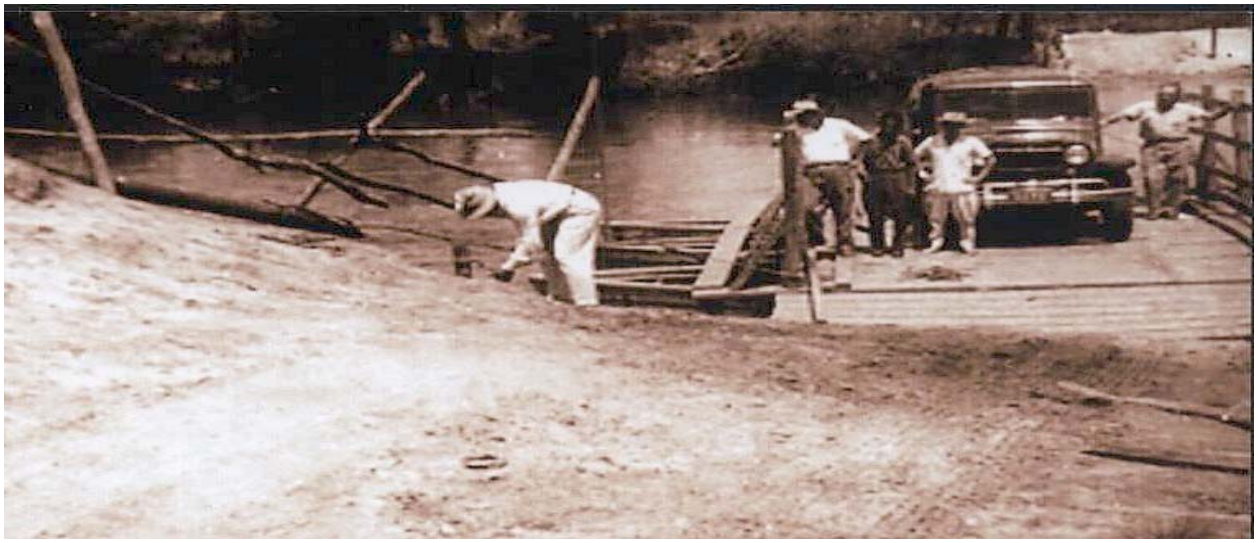


Foto XVII – Os missionários chegando à reserva Porto Lindo.

> A viagem de sondagem foi feita em 1961. Saí de Dourados e fui a Amambai então peguei a jardineira Bissa, que era um caminhão adaptado com alguns bancos e cobertura e atrás carregava a carga. Passei a noite na pensão do seu Mauro, lá em Iguatemi, e depois peguei um cavalo emprestado, foi o seu Bentinho que morava perto dos índios que arrumou aquele cavalo e nós fomos à aldeia. O cavalo atravessava a nado e a gente atravessava numa canoa até a aldeia Porto Lindo, que na época tinha dois nomes: Porto Lindo e Jacareí (Reverendo Troques, 2006).

O Reverendo Rubens e o Reverendo Troques relatam que, na década de 60, havia apenas oitenta indígenas residindo na Reserva Porto Lindo, muitos, naquela época, trabalhando na CIA Matte Laranjeira ou espalhados pelas fazendas.

> Havia poucos índios na aldeia e o seu Bentinho cuidava deles, era um voluntário, naquele tempo era o SPI e o funcionário mais próximo ficava em Amambai, chamava-se Pantaleão e então os índios estavam bem espalhados pelas fazendas, naquele tempo a CIA Matte Laranjeira atuava por ali no Rio Iguatemi, tinha um barracão onde guardava a erva para levar via fluvial. Em 1962, no começo, em janeiro, nós fizemos uma viagem de equipe; tinha uma caminhonete na sede da missão, o Rev. Rubens, o Rev.Osvaldo de Andrade e eu, Rev. Troques, e então foi decidido começar o trabalho lá na aldeia.

O trabalho começou com dois casais, no ano de 1962 – o Reverendo Rubens e sua esposa Vera e o Reverendo Troques e sua esposa Edite, que residiram por dois anos no município vizinho de Iguatemi. No ano de 1964, com o terreno comprado e a casa construída, mudaram-se para as instalações da Missão Caiuá, ao lado da reserva Porto Lindo, tornando-se então vizinhos dos indígenas Ñandeva-Guarani da reserva. No relato do Reverendo Troques:

> No começo do trabalho, fomos em dois casais: eu e minha esposa Edite o Rev. Rubens e dona Vera com dois filhos. A minha esposa Edite já estava esperando filho, e nós dividimos as tarefas assim: Reverendo Rubens e dona Vera com a parte da educação e Edite e eu, ficamos com a parte da saúde. Nós fizemos um treinamento no curso missionário para Higiene bucal e dentes estragados, fazíamos anestesia e distribuíamos remédios. Moramos um tempo em Iguatemi até que compramos um terreno próximo à aldeia, construímos a casa, furamos o poço e mudamos pra lá em 64 no dia que eclodiu a revolução de março de 64, foi no dia 31 de março de 64. Nós compramos o terreno do senhor Nabor Pontes que tinha a gleba lá, foi derrubado o primeiro alqueire, fizemos poço, as

> casinhas com o próprio material do mato lá e em 64 nos mudamos para lá e foi aí que começou a escola. E então o Rev. Rubens e a dona Vera ficaram incumbidos da parte da educação (Reverendo Troques, 2006).

Tais informações, juntamente com os dados coletados dos documentos, permitem concluir que o projeto de escolarização entre os indígenas inicia-se com os missionários da Missão Caiuá, no ano de 1964, em um cenário de pobreza e muitas dificuldades, pois não tinham recursos suficientes para o trabalho. Construíram a primeira escola com recursos naturais em um terreno que adquiriram ao lado da reserva Porto Lindo com a mão-de-obra dos próprios indígenas e matéria-prima da mata existente na época como descreve o Revendo Rubens:

> A primeira aula foi o Rev. Troques que ministrou, o quadro negro era um tambor de duzentos litros pintado de verde, em que começamos a escrever. Nas primeiras aulas eu estava viajando, por isso, Reverendo Troques assumiu as aulas por uns dias. Depois nós fizemos um barracão de taquarussu, (bambu rachado) na beira do mato, na beira da picada onde dava entrada para a reserva indígena e fizemos o primeiro local para funcionar a escola, e então colocamos um quadro de giz, fizemos as carteiras com troco fincado no chão e tábua, comecei a dar aulas para as crianças iniciando com as primeiras letras (Revendo Rubens Carneiro, 2006).

Foto XVIII – A primeira escola para os indígenas na reserva Porto Lindo.

O Revendo Rubens, assim como o professor Valdomiro, que na época era aluno desta escola, narraram que a escola da Missão iniciou seu trabalho utilizando como metodologia a língua guarani e somente depois que os alunos adquiriam domínio da leitura e da escrita em guarani é que passavam a ensinar o português, uma vez que acreditavam ser essa a metodologia mais facilitadora para a aprendizagem do aluno. A escola possuía um conjunto de oito cartilhas em guarani que eram utilizadas nas aulas como material de apoio.

> Como se tratava de um trabalho indígena, o que nós fazíamos, já em 63 e 64, era funcionar a escola no sistema que hoje chamam de bilíngüe, a missão tinha na época uma série de oito cartilhas e alguns livros de pequenas histórias na língua guarani e então nós usamos as cartilhas de número um a oito na língua guarani e no português. Porque nós usamos essa estratégia? É porque na língua guarani nós temos todas as vogais, todas as consoantes da língua portuguesa e sílabas, eu posso dar um exemplo bem claro há uma frase que ficou muito marcada em guarani que é OU TAPITI TAPE-RUPI, o coelho vem no caminho, você pode observar que o som das letras é igual – usava-se o guarani fazendo a tradução de modo que o resultado foi muito bom (Reverendo Rubens Carneiro, 2006).

Como já foi mencionado, a educação escolar na reserva Porto Lindo iniciou por volta dos anos 60, com a missão Caiuá. Os missionários chegam à aldeia com o objetivo de realizar trabalho de evangelização e, para isso acontecer, utilizaram o que o revendo Rubem chamou de “tripé”: educação, saúde e evangelho.

O reverendo Rubens Carneiro conta, na entrevista, que o trabalho foi muito difícil, mas também muito recompensador; iniciaram as aulas em guarani e, aos poucos, iam introduzindo o português, pois acreditavam ser fundamental ao indígena saber a língua portuguesa:

Na verdade, em outro tempo, a questão religiosa se mantém como justificativa para envolver os indígenas. Acompanhando os avanços científicos, apenas um elemento poder ser considerado novo nessa proposta: a preocupação com o atendimento à saúde, elemento inexplorado na atuação jesuítica do período colonial.

Foto XVIII – Alunos ouvindo história em guarani no intervalo da aula.

A missão Caiuá tem o objetivo de evangelizar e, para tanto, utilizou a educação escolar para alcançar o sucesso esperado. Hoje, a Missão Caiuá tem missionários indígenas e muitos membros da comunidade religiosa são indígenas. E então surge a pergunta: os missionários saíram de São Paulo para atuarem entre os indígenas com caráter salvacionista?

> Foi a primeira escola indígena a funcionar na região, foi um trabalho feito na verdade com dedicação, nós saímos da nossa cidade São Paulo capital e viemos para cá, viemos com esse propósito, esse objetivo de trabalhar com a comunidade indígena e como se trata do trabalho da Missão Caiuá ela tem um propósito colocado desde 1928 quando foi a sua fundação. A Missão Caiuá pretendia levar ao indígena o conhecimento da palavra de Deus, o conhecimento do evangelho, para isso a missão sempre usou o que chamamos de tripé "educação, saúde e evangelização" a missão existe para isto e então nós fomos lá, trabalhamos e foi um trabalho muito bom, por anos seguidos a gente realizou este trabalho (Reverendo Rubens Carneiro, 2006).

A escola da Missão Caiuá foi a primeira escola da região a atender os indígenas e também foi a primeira escola, entre os indígenas e não índios, a ter uma professora normalista, segundo o reverendo Rubens.

Este fato nos chama a atenção e nos faz questionar: o destaque dado à presença de uma professora formada. Isto aponta para o fato de que todos os outros eram professores leigos e, portanto, na região, na década de 1960, qualquer pessoa

podia ser professor? Se qualquer pessoa podia ser professor, qual seria o objetivo central da escola: instruir ou evangelizar?

O professor Valdomiro Ortiz foi aluno da missão naquela época e vem colaborar com a seguinte informação:

> Quando a gente começou a estudar, é quando era pequeno, eu estudei ali na Missão, e na época a Missão tinha uma educação assim um pouco, é, eu diria tradicional, porque onde o aluno tinha que aprender. Na cabeça dos professores da época tinha que aprender de um jeito ou do outro, tinha que saber ler e escrever, mas eu lembro que, na época, uma das coisas que foi importante, do pessoal da Missão, é que tinha livros escritos em guarani. Então, facilitou a leitura dos alunos indígenas, na época o pessoal falava cartilha, não era livro, então tinha número um dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito se não me engano, e então você conseguindo até a cartilha de número o oito e dando conta de ler os oito livros escritos em guarani, você já poderia estar começando estudar na língua portuguesa. E então foi assim que comecei a ler e escrever junto com o povo da Missão (Prof. Valdomiro Ortiz, 2006).

Que significados pode ter essa fala? Quando o colaborador diz que todos tinham que aprender, de um jeito ou de outro, estará sugerindo um ensino de certa forma autoritário? O que era obrigatório aprender era a ler e escrever e parece não haver referência a outros conteúdos escolares. Eles existiram? Ou a leitura e escrita eram importantes porque instrumentos de evangelização?

O ensinar na língua guarani vem perpassando todo o período da história da educação escolar para os indígenas. Entre eles, os conflitos são constantes e os pais querem que seus filhos estudem com professores não-índios, pois entendem que as crianças escolarizadas precisam destes conhecimentos para fazer parte da comunidade do não-índio, mas, ao mesmo tempo temem que seus filhos se afastem de sua cultura.

> Nós estamos enfrentando esse problema que alguns pais não querem entender que a língua guarani, eles pensam é que não dá nada, aquilo ali eu penso que eles falam assim as famílias aqui já falam a língua guarani já sabe, mas no fundo não sabe escrever a língua, quem estudar na língua portuguesa de 1ª a 8ª série e quiser vir trabalhar aqui não vai saber escrever na língua, vai escrever tudo errado então a língua pra gente estar ensinando, a língua correta, na cabeça dos pais, que só usam a oralidade – então aqui que está a grande dificuldade nossa, mas eu creio que com nossas reuniões

> dos pais já vai explicando como está funcionando este ensino em guarani (Profº Venâncio Cáceres, 2006).

Podemos perceber nas falas dos entrevistados que os conflitos com o uso da língua guarani vem de longa data. O distanciamento entre a linguagem coloquial, em guarani, e a linguagem escolar, em português, pode indicar uma questão interessante que será discutida um pouco mais adiante: as funções educativas diferenciadas entre família e a comunidade e a escola. A percepção, ou a expectativa, de que por meio da educação escolar o indígena passe a ter um espaço na sociedade não-índia, pode ser percebida no relato da professora Lídia, ao contar que quando começou a trabalhar na escola da reserva, em 1985, os pais preferiam que os alunos aprendessem em português.

> Teve um ano que o professor Venâncio queria ensinar só em guarani, e os pais começaram a tirar os alunos da sala dele e colocavam na minha, e começou a tumultuar a minha sala e a dele estava ficando vazia. E então eu falei para ele que temos que trabalhar as duas línguas porque o índio vai sair daqui, e vai vender um quilo de feijão ou um quilo de mandioca, ele vai vender para o branco em português, ele não vai vender para ele mesmo, aí foi que ele começou a alfabetizar nas duas línguas e dentro de dois, três anos aumentou muito o número de alunos e teve que contratar mais três ou quatro professores (Profª. Lídia Javolski, 2006).

O conflito em ensinar ou não a / na língua guarani está presente até os dias atuais. Alguns pais preferem que seus filhos estudem na escola fora da reserva, com professores não-índios. O professor Venâncio nos relata que esta realidade vem sofrendo algumas mudanças, pois os professores indígenas estão realizando reuniões e explicando aos pais a importância da língua materna na escola e na vida da comunidade. Explicam ainda a importância do registro, ou seja, a escrita, pois muitos dos indígenas sabem falar a língua guarani, mas não sabem escrever e na sociedade atual a escrita é algo fundamental. O prof. Venâncio diz que se não aprenderem a língua guarani na escola “vão escrever tudo errado e que na cabeça dos pais só a oralidade basta”.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), traz os seguintes objetivos para a inclusão da língua indígena no currículo das escolas que atendem alunos indígenas:

> * possibilitar que os alunos indígenas usufruam dos direitos lingüísticos que lhes são assegurados, como cidadãos brasileiros, pela Constituição;
> * atribuir prestígio às línguas indígenas, o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relações a elas, diminuindo, assim os riscos de perdas lingüísticas e garantindo a manutenção da rica diversidade lingüística do país;
> * favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito (RNCEI, 1998, p. 121).

Os professores índios passam a ter maior clareza sobre o ensinar a língua guarani e apresentam mais justificativas junto à comunidade depois que cursaram o magistério indígena, propiciado pelo projeto Ara Verá em uma parceria do estado com o município. O professor Paulo nos conta um pouco sobre o projeto.

> O projeto ARA VERÁ, quando começou a primeira turma com os professores Venâncio, Maciel, Valdomiro, Cristina e a Cirlene, eu era secretário de educação e tinha participação da secretaria de educação municipal e da secretaria do estado, onde o estado, paga o professor e a passagem dos alunos e a secretaria de educação do município arca com alimentação. É um projeto de educação à distância onde estudam em janeiro trinta dias e em julho mais quinze dias em tempo integral, nos outros dias faz-se um trabalho de pesquisa, trazem trabalho de casa onde o professor assistente, que no caso era eu, acompanhava os professores daqui e três professores da aldeia Cerrito de Eldorado (Prof. Paulo Franjote, 2006).

ARA VERÁ, que quer dizer “tempo Iluminado” é projeto que leva este nome porque emergiu de antiga reivindicação do Movimento dos Professores Guarani/Kaiowá e de outras instituições envolvidas com a educação escolar para os indígenas.

O governo estadual de Mato Grosso do Sul, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação, assumiram esta proposta que vinha ao encontro do projeto denominado “Educação Escolar Indígena: uma questão de cidadania”, que estava sendo elaborado pela secretaria de educação e que “pretendia construir participativamente a política educacional da diversidade étnica, proporcionando o resgate da história e o fortalecimento da identidade dos povos indígenas, valorizando suas culturas” (ROSSATO, 1999). O professor Paulo relata o seu ponto de vista sobre a relevância desse projeto para a comunidade indígena:

> Então o magistério trabalha isso, trabalha o valor do ser humano lá dentro da aldeia, tanto que em todas as etapas do projeto em Dourados onde as aulas são presenciais, cada semana a aldeia leva um casal de cacique para fazer a reza de manhã, na hora do almoço e à tarde e para contar um pouco história da aldeia deles, de como era a educação, de como era a vida há 60 anos atrás, pois os casais tinham entre oitenta a noventa anos. O magistério tem este trabalho de valorização e as pessoas que trabalham neste projeto são pessoas com características e aptidão para a educação escolar indígena, então lá não se pega para trabalhar no projeto quem é contra a educação indígena, porque tem que falar a mesma língua (isso não quer dizer o guarani), defender os interesses da comunidade e auxiliar os professores e incentivar para que permaneçam com o objetivo que o magistério tem, que era de alfabetizar a criança na língua guarani e também trabalhar a cultura, trabalhar a educação no campo (Prof. Paulo Franjote, 2006).

O projeto Ara Verá foi e está sendo uma referência entre professores indígenas da reserva Porto Lindo. Segundo o professor Valdomiro, 90% dos professores indígenas que estão atuando nas escolas da reserva fizeram o magistério oferecido pelo projeto Ara Verá, dando embasamento para eles continuarem seus estudos. Recentemente, vários desses professores foram aprovados em vestibular e em concurso público. Este projeto também auxiliou diretamente na aquisição do método utilizado pelos professores ao ministrarem suas aulas. Como esclarece o professor Valdomiro, muitos professores iniciaram seus trabalhos utilizando o livro didático como embasamento de aulas e só melhoraram a metodologia após o magistério indígena:

> Nós começamos a trabalhar de acordo com o conhecimento da criança que era do cotidiano deles, o que a criança conseguia observar, o que ela vê todos os dias, no caso dos animais, dos pássaros, né? eles observavam a gente trabalhando e eles trabalhando e a gente começou desenhando, escrevendo o nome dos produtos milho, mandioca, então, nesse ritmo, na língua guarani. (...) todos os alunos de sete anos se você pedir, por exemplo, pra ele desenhar um cachorro, vamos supor né? Ele perfeitamente desenha o cachorro, ele sabe o nome do cachorrinho dele, então são coisas assim do cotidiano deles. Você não vai falar, por exemplo, da girafa que ele nunca viu na vida que nem no Brasil existe, então pensando no passado acho que acertamos na mosca (Professor Valdomiro Ortiz, 2006).

Na década de 1970, a Funai instalou uma escola dentro da reserva Porto Lindo, na qual os professores geralmente eram os próprios funcionários da Funai ou a esposa desses funcionários. De acordo com a documentação analisada, no ano de 1982, essa escola, mantida pela Funai, a Porto Lindo, passou a ser uma extensão da escola Estadual Rural Padre Anchieta.

De acordo com o professor Valdomiro, as escolas da reserva começam a ter professores indígenas nos anos 90, a pedido dos próprios indígenas, amparados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Os primeiros professores indígenas a trabalharem na reserva foram: Valdomiro Ortiz, Venâncio Cáceres, Lucio Vilhar, Silvano Flores e Gerson Martins. Tais professores, após serem convocados, foram a Dourados, levados pelo CIMI, para fazerem um curso preparatório antes de assumirem as séries iniciais dentro da reserva.

Em 1994, o professor Venâncio começa a trabalhar em uma dessas escolas. Como ele mesmo nos conta, com falta de estrutura física: a sala de aula era embaixo de um pomar, o quadro-negro era amarrado entre um pé de goiaba e um pé de laranja, o terreno em que se localizava o pomar era em terra de não-índio, de um senhor chamado Rondon que autorizou a utilização do local. Somente após um ano de funcionamento começou a construção do prédio da escola. Como ele relata, foram anos difíceis, sem merenda escolar e sem carteiras e, quando chovia, ou se molhavam porque estavam distantes de casa ou então não tinha aula e contavam com a ajuda da comunidade para que seu trabalho continuasse.

Hoje, a disposição das escolas que atendem os indígenas é a seguinte: existem três escolas dentro da reserva, que são Escola Porto Lindo, Escola Antonio Maria Coelho e Escola Afonso Pena e uma outra escola, ao lado da reserva, que é a Escola Dr. Nelson de Araújo (escola da Missão), além da Escola Pólo José de Alencar, no distrito de Jacareí, a 9 KM do local.

A Escola José de Alencar foi criada no ano de 1977 e é mantida pela prefeitura municipal de Mundo Novo, estando localizada no distrito de Jacareí, cuja sede fica distante 9 km da reserva Porto Lindo, atendendo alunos índios e não-índios. No ano de 1992, Japorã torna-se município ficando com o encargo da Escola Municipal José de Alencar e as extensões da escola Estadual Rural Padre Anchieta passam a pertencer ao município, tornando-se a Escola José de Alencar a escola Pólo e as demais suas extensões, extinguindo-se então a Escola Estadual Rural Padre Anchieta.

Hoje, a estrutura física ainda é muito precária: duas das escolas não têm banheiros, água somente da torneira, algumas salas são de madeira e velhas, os profissionais que atuam reclamam que não há segurança – a merenda freqüentemente é roubada –, as carteiras são velhas e o material didático não é suficiente. Constata-se que as necessidades são imensas, mas, como disse o professor Venâncio, a educação acontece sem estrutura física.

> A educação escolar diferenciada é diferente na cultura, na crença, é na língua o modo de ensinar e o modo de estar alfabetizando. Então, tudo isso é educação indígena, é diferente porque está acontecendo uma educação indígena e o índio não precisa ter uma estrutura física boa que nem na cidade no centro urbano então qualquer lugar que a gente tiver, de manhã quando tiver nosso pai chama a gente tomando chimarrão ou tererê e vai dando aquela explicação como a gente pode viver, pode estar respeitando alguém ou da família ou que não seja da família e então tudo isso tem a ver com a educação diferenciada (Professor Venâncio Cáceres, 2006).

O professor Venâncio nos aponta dois elementos importantes: primeiro, por que os indígenas não precisam de uma estrutura como a da cidade? E, segundo, qual a compreensão da estrutura que envolve a educação diferenciada? Com base nos depoimentos, busco entender o processo de escolarização a partir do significado da escola para a comunidade indígena.

> O próprio termo educação indígena nos chama a atenção para tal interpretação exata, pois educação indígena acredito eu, já é tudo aquilo que impregna os valores puramente educativos da qual está prenhe a cultura dos povos indígenas. Até hoje se tem negado aos índios o direito e o respeito aos seus valores. O ensino alfabetizado deveria ser apenas um instrumento para fortalecer a compreensão desses valores aos índios e ao mesmo tempo servir de meio para que melhor possamos compreender as estruturas que regem o comportamento da grande sociedade e interpretá-la assim com captar as interferências dela sobre nossas sociedades (MENSAGEIRO[15], apud NASCIMENTO, 2004, p. 115).

Esta citação, assim como os depoimentos dos professores indígenas, indicam a necessidade de uma educação diferenciada, que possibilite respeito aos

[15] Afirmações expressas no jornal Mensageiro (fev. – mar./88). Esse jornal nasceu em Belém (PA) no ano de 1979, por iniciativa de cinco índios tuxauas (NASCIMENTO, 2004, p. 171).

costumes e valores dos indígenas e, ao mesmo tempo, amplie suas possibilidades frente à sociedade não indígena. Acredito que seria possível uma educação escolar diferenciada se ela acontecesse em período integral e que possibilitasse aos indígenas o estudo dos conhecimentos da tradição ocidental que lhes possibilitasse, por exemplo, o acesso à Universidade, ou outros fins, de forma semelhante aos objetivos pretendidos pelos não-índios, ao final do período de escolarização. A manutenção de seus costumes, crenças e mitos e de sua própria história poderia ocorrer em um outro período específico de educação indígena diferenciada, o que poderia fortalecer seus laços com a comunidade.

O cotidiano dos indígenas na reserva Porto Lindo desenrola-se em um contexto de tensão entre conhecimentos indígenas e ocidentais, entre políticas públicas e políticas da reserva. Estas tensões passam pela escola ou pelo posto, como chamado na comunidade, fazendo dela palco para o diálogo ou o conflito.

Dada a grande diversidade de problemas, constata-se, claramente, uma defasagem entre o avanço do discurso e da legislação sobre a educação escolar indígena e a realidade de grande parte das escolas indígenas do país. A educação se inicia antes da escola, como alerta Gersem dos Santos Luciano:

> A família e a comunidade (ou povo) são os responsáveis pela educação dos filhos. É na família que se aprende a viver bem: ser um bom caçador, um bom pescador, um bom marido, uma boa esposa, um bom filho, um membro solidário e hospitaleiro da comunidade; aprende-se a fazer roça, a plantar, fazer farinha; aprende-se a fazer cestarias; aprende-se a cuidar da saúde, benzer, curar doenças, conhecer plantas medicinais; aprende-se geografia das matas, dos rios, das serras; a matemática e a geometria para fazer canoas, remos, roças, cacuri etc.; não existe sistema de reprovação ou seleção; os conhecimentos específicos (como o dos pajés) estão a serviço e ao alcance de todos; aprende-se a viver e combater qualquer mal social, para que não tenha na comunidade crianças órfãs e abandonadas, pessoas passando fome, mendigos, velhos esquecidos, roubos, violências, etc. Todos são professores e alunos ao mesmo tempo. A escola não é o único lugar de aprendizado. Ela é uma maneira de organizar alguns tipos de conhecimento para ensinar as pessoas que precisam, através de uma pessoa que é o professor. Escola não é prédio construído ou as carteiras dos alunos. São os conhecimentos, os saberes. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída. (LUCIANO apud SILVA, 2006, p. 03-04).

Esse depoimento encontra-se no artigo escrito por Rosa Helena Dias da Silva com o titulo “O Estado Brasileiro e a Educação (Escolar) Indígena: Um Olhar sobre o Plano Nacional de Educação” embasado nos depoimentos de vários indígenas que participaram do IX Encontro de Professores Indígenas do Amazonas, Roraima, Acre e Manaus, em 1996. Nessa fala de Luciano, podemos perceber a proximidade do conceito de educação dos povos indígenas, mesmo estando em regiões distintas.

Os professores indígenas Valdomiro, Venâncio e, agora, Luciano afirmam que a educação ocorre na família e os pais são os responsáveis para que a criança se torne um cidadão responsável dentro da comunidade indígena. E, então, qual o papel da escola? Ou melhor, o que os indígenas esperam da escola?

O professor Venâncio apresenta sua opinião sobre a educação, dizendo que ela vai além das quatro paredes de uma sala de aula, é algo que acontece o tempo todo.

> A Educação, pra mim, é tudo que envolve o dia-a-dia em que a gente usa o espaço, por todo o lado, por todo o tempo; então, educação não só na escola, mas no espaço que a gente vive, no lugar que a gente está andando, está trabalhando, está em qualquer lugar que a gente tiver é preciso ter educação, mas não só na escola (Profº. Venâncio Cáceres, 2006).

A educação, para os indígenas, tem um papel bem mais amplo e a escola seria só mais um local para se adquirir instrução. Quando surge, a escola ocidental tem esse papel de instruir, ela é responsável por aqueles conjuntos de saberes específicos. Hoje em dia, com a omissão dos grupos familiares e sociais na tarefa educativa, a escola acaba sendo responsável por toda a educação.

Será que os indígenas não estão percorrendo um percurso próprio deles, de constituição de escola indígena com uma outra característica que não seja ocidental? Haverá ainda espaço para construção de uma escola com características e identidade particular no momento em que estão “subordinados” aos referenciais curriculares nacionais para as escolas indígenas, associados a um conjunto de normatizações?

Pode ser que os indígenas estejam querendo percorrer um caminho de construção de escola indígena, assim como o mundo ocidental construiu uma identidade de escola a partir do século XVI, no seu início, guardadas as proporções de tempo e contexto. Esta busca agora é dificultada pela regulamentação e tutela do Estado, em relação a essa escola e a seu funcionamento, criando empecilhos para que eles possam percorrer um caminho próprio.

> A escola ajuda a resgatar a cultura, a língua, porque, na verdade, a gente fala tudo misturado, a gente fala espanhol, fala um pouco de guarani e até palavra em português tem no meio; então, está tudo misturado, na nossa educação aqui, na aula de guarani a gente procura ensinar a língua que era antigo mesmo, para resgatar é muito importante ter aula de guarani para nós, apesar de que, agora os mais antigos já estão desaparecendo então cada dia que passa estamos perdendo aquele antigo que tem a língua própria (Prof. Venâncio Cáceres, 2006).

Algumas expectativas são pertinentes, tal como a do registro escrito da história de sua comunidade; outras são improváveis, tal como, por exemplo, a de que a escola vai ajudar a resgatar os rezadores. Como a escola vai ajudar a preservar suas tradições e artesanatos? Isto implicaria uma transformação violenta no currículo escolar e até que ponto esta transformação é possível?

É no processo de escolarização formal que a escrita passa a ser difundida entre as sociedades indígenas. A escrita, que até pouco tempo não era utilizada pelo índio, parece ser de fundamental importância, na visão dos indígenas. Como já foi mencionado pelo professor Venâncio, os pais ainda têm muita dificuldade em aceitar a língua guarani na escola, acreditando que precisam mais do português, pois o guarani eles já sabem. Mas, como lembra o professor Venâncio, sabem falar, mas não sabem escrever em guarani e, mais tarde, quando quiserem trabalhar dentro da reserva, não estarão habilitados.

Como já foi dito, por volta dos anos 90, os indígenas da comunidade Porto Lindo iniciaram o curso de capacitação para professores, através do projeto Ara Vera, uma luta de muitos anos das comunidades indígenas com lideranças não-indígenas para que os membros das comunidades assumissem a educação escolar dentro das reservas.

Muitos dos professores estão se capacitando, tanto em nível médio como em nível superior, pois eles reivindicam uma escola indígena e não uma escola para

índio, mas isto não quer dizer que estão recusando os conhecimentos ocidentais e sua importância na vida da comunidade, como demonstra o professor Venâncio.

A educação escolar indígena é algo desejado pelos Ñandeva-Guarani, os professores entrevistados e as conversas informais demonstram o interesse e as expectativas que eles depositam na educação escolar, mas as expectativas estão embaralhadas, como demonstra a fala do professor Valdomiro:

> O aluno indígena hoje tem que ter conhecimento de que ele é um cidadão, ele tem todo o direito que os não-indígenas têm, inclusive do espaço; por exemplo, a história de Porto Lindo, quem que foram os primeiros pioneiros daqui da aldeia Porto Lindo, de onde que vieram, se nasceram aqui mesmo ou não, a nossa divisa. A aldeia era somente isso aqui mesmo, ou era maior né? Até onde que a nossa aldeia era divisa, etc., então são essas coisas que o aluno tem que ter conhecimento. Se a casa de reza era só uma ou duas, se tinha mais de um cacique. Com a escola podemos estar mostrando pros alunos, inclusive para a comunidade toda, os artesanatos, apresentando os nomes, é uma forma de ser preservado a nossa cultura, já estamos perdendo os rezadores (Prof. Valdomiro Ortiz, 2006).

O professor Valdomiro inicia esse depoimento abordando uma questão jurídica, que até então não havia sido mencionada: será que o indígena tem o mesmo direito que os não-índios perante a lei? O senhor Wilson Matos da Silva, indígena residente na Reserva Jaguapiru, em Dourados, advogado, pós-graduado em Direito Constitucional e presidente do Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul, em sua coluna no Jornal *O Progresso*, de 20 de março de 2007, faz o seguinte comentário, com relação ao direito do índio:

> Nossos povos já enfrentaram vários tipos de massacre ao longo destes 506 anos: o físico (genocídio); o cultural (etnocídio); a discriminação racial (sem alma); e, nos dias atuais, a DISCRIMINAÇAO LEGAL. Mesmos nos considerando “integrados” do ponto de vista legal, a nós nos assiste um arcabouço considerável de normas ditas especiais (em tese deveria prevalecer sobre as demais), temos: a Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973; a Carta Magna com o capitulo VIII, onde abriga dois artigos de aplicações imediata: 231, com 7 parágrafos e o artigo 232; por ultimo a convenção 169 da OIT, com 44 artigos 10 seções, cujo país signatário, e um compilado de centenas de normas correlatas.

Assim, no tocante ao direto dos povos indígenas, o que a educação escolar pode oferecer a comunidade indígena? Como responder às reivindicações do professor Venâncio:

> A Escola indígena não vai depender mais da Pólo, que nem aqui a Pólo é em Jacareí, só que se chegar a ser uma escola nova indígena mesmo, aí não vai estar dependo mais da José de Alencar, aí vai estar trabalhando a estrutura física, o encaminhamento a documentação vai estar tudo aqui dentro já, as pessoas que vai trabalhar vai ser pessoa bem mais preparado mas que seja daqui só indígena, a não ser no caso para dar aula de 5ª a 8ª série no caso do português da matemática e outras matérias, que são mais difícil, então nesta parte até quando não tiver gente formada, mas quando tiver só gente nossa formada só os indígenas mesmo (Prof. Venâncio Cáceres, 2006).

Neste momento histórico, talvez o primeiro passo para a busca da escola indígena seja separação entre as diretrizes aplicáveis à escola do não-índio e as relativas à escola indígena, para que os índios possam planejar e estruturar a escola de acordo com seus princípios, escolhendo as pessoas que nela vão trabalhar segundo critérios que levem em conta o conhecimento dos assuntos da comunidade, ou seja, os professores devem ser oriundos da comunidade indígena, ainda que disciplinas como português e matemática, entre outras – segundo o professor Venâncio, as mais difíceis e para as quais ainda não existem pessoas formadas – possam ser ministradas por não-índios até que, como é crença entre eles, os próprios indígenas possam assumir as disciplinas referentes a todas as áreas do conhecimento ocidental. E então como será esta escola diferenciada?

> A escola indígena vai do pré até a 8ª série, vai estar trabalhando a língua indígena, vai ter um professor que vai estar ensinando só a língua guarani, mas sem estar deixando de ensinar o português, uma matemática, uma história, nesta parte de história eu creio eu que vai um professor trabalhar só a história indígena e um para trabalhar história do não-índio, quer dizer, o que não é nosso, para o aluno estar estudando os conhecimentos daqui e os lá de fora para estar comparando (Prof. Venâncio Cáceres, 2006).

A necessidade dos dois tipos de conhecimento, postulada pelos professores oriundos da comunidade indígena, é uma coisa instigante. Por um lado, parece impossível que possa haver uma escola diferenciada se ela tiver como objetivos, procedimentos e conteúdos o mesmo que a escola não-indígena tem. Por outro

lado, parece uma constante nas falas dos entrevistados a crença no poder da escola para a solução dos problemas identificados pela comunidade – os depoentes indicam a incorporação da idéia de escola salvacionista. Mas, em que medida e o que será salvo não parece estar claramente definido. Assim, resta uma pergunta fundamental: como será esta escola diferenciada?

Outro item que nos chama a atenção, no depoimento do professor Venâncio, é a visão apresentada quanto à pré-escola: os indígenas defendem a pré-escola? Porque, se pensarmos na idéia de educação infantil, ela aparece ter como motivação primeira o espaço para o cuidado com crianças cujos pais não podem propiciar, eles mesmos, esses cuidados. Mas, se os indígenas vivem em comunidade, qual o papel da pré-escola em suas comunidades?

O Decreto 1.904/96 instituiu o Programa Nacional de Direitos humanos e traçou, como meta, respeitar e defender os direitos das sociedades indígenas. Assim,

> Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. O conselho Nacional de Educação entende que uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no entendimento e demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas por suas particularidades. (SILVA, 2006, p. 12).

Pode-se, então, constatar que, inclusive no depoimento do professor Venâncio, a escola diferenciada ainda não tem um projeto, é algo sonhado, mas a prática gera muitos questionamentos porque esta escola, mesmo se tornando uma escola indígena, está sob a tutela do estado e da legislação estadual. Então, até que ponto esta escola seria diferenciada? E o material didático? Será que a comunidade indígena conseguiria produzir o seu próprio material voltado à sua realidade? Essa escola será uma escola diferenciada ou apenas uma escola indígena? Pois, como o professor Valdomiro já afirmou, o aluno precisa estudar através de sua realidade. E, se assim for, é fundamental destacar que os professores que atuam nas extensões

são frutos da escola tradicional. A professora Lídia, em seu depoimento, destaca que alguns dos funcionários da escola já foram seus alunos.

> Nesses vinte e dois anos, tenho alunos que foram para a universidade, o rapaz que dá aula aqui a tarde foi meu aluno, tem a professora Cirlene, o Rogério, o Adalto, o Maciel que trabalha aqui na escola, a Daiane que é coordenadora, as duas Maria, a Maria de Lurdes, a Maria da Rocha, eu fui professora delas e dos filhos delas, que agora já estão terminando o ensino médio em Jacareí, já tem uma segunda geração (Profª. Lídia Javolski, 2006).

As expectativas apresentadas com relação à educação escolar indígena são intensas, como visto, especialmente porque as dificuldades para manter os alunos na escola são muitas. O Profº. Valdomiro Ortiz aponta a mais difícil de resolver.

> Existe sempre dificuldade principalmente dificuldade financeira hoje o índio já não é como era o índio de vinte anos atrás, hoje ele quer vestir uma roupa melhor, um calçado do melhor, e aí então o aluno de terceira série, quarta ou quinta série vê o outro companheiro vestido assim, não bem vestido, mais ou menos, e se ele não tiver então ele fica com vergonha, então acaba desistindo ou acaba até, se for menina, acaba até se cansando e então desiste da escola mais não muito, em torno de trinta por cento (Profº. Valdomiro Ortiz, 2006).

Um dos problemas mais relevantes é o financeiro; há informações que indicam que muitos abandonam a escola por não terem roupas ou calçados adequados, passando a trabalhar para conseguir adquirir bens de consumo, de forma muito semelhante ao que ocorre na educação escolar do não-índio, que também sofre com a evasão escolar pelo mesmo motivo. Então, no que a educação diferenciada estaria ajudando o aluno indígena?

Diante dos problemas apresentados, a comunidade indígena está preocupada com o futuro de seus filhos e deseja que eles prosperem, estão sempre buscando auxilio para poderem amenizar os problemas enfrentados por todos os membros da comunidade indígena Ñandeva-Guarani.

No dia 10 de outubro de 2006, houve uma reunião na qual representantes da ONU (Organizações das Nações Unidas) – Hermann Gebauer e Caroline Fernandes – vieram à reserva Porto Lindo para discutir e formular um projeto, juntamente com a comunidade indígena e em parceria com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado para suprir alguma das dificuldades que essa comunidade

está vivendo. Como o foco desta pesquisa é a educação escolar indígena, acompanhei o grupo que representa a comunidade. Respondendo à solicitação feita aos membros da comunidade escolar, para que levantassem as dificuldades e os anseios em relação à educação escolar, após uma reunião de cerca de uma hora, foram apontados os seguintes problemas:

- Falta de biblioteca e videoteca;
- Não tem refeitório;
- Não tem área de lazer;
- Precisa-se de cursos profissionalizantes;
- A comunidade não tem acesso a jornais, revistas e livro diversos;
- Aumentar a escola para que possam ter o ensino fundamental e médio dentro da reserva;
- Melhoria das instalações das escolas e das extensões;
- Transporte para realização de intercâmbio com outros jovens, índios e não-índio.

Após a apresentação das dificuldades, os representantes da comunidade escolar apresentaram as expectativas de todos com relação à educação escolar, que são: Continuar estudando e não parar no ensino médio podendo freqüentar uma universidade e ter pessoas da comunidade habilitadas para trabalharem dentro da reserva Porto Lindo e a fundação e reconhecimento da escola indígena diferenciada e garantida por lei.

O que os Ñandeva-Guarani apontam como deficitário são as mesmas reivindicações da escola do não-índio e, então, surge a pergunta: o que há de particular na educação indígena? Como esta escola diferenciada vai ajudar a resgatar sua cultura, sua história e suas crenças para que a escola não seja “instrumento de imposição de valores?” Os indígenas têm o direito e é importante a regulamentação desta escola indígena, esta escola diferenciada representa um momento interessante do processo, mas a regulamentação, por si só, não garante uma escola diferenciada.

5. IMPOSSÍVEL UMA CONCLUSÃO...

Iniciei este trabalho com a seguinte pergunta: como ocorreu o processo de implantação da educação escolar na comunidade indígena Ñandeva-Guarani, na reserva Porto Lindo, município de Japorã – MS?

Para caracterizar a construção histórica do processo de implantação da educação escolar indígena, busquei os seguintes objetivos: Compreender o processo histórico da educação escolar na comunidade de Porto Lindo, MS; Sistematizar as informações relativas à história da implantação das escolas nessa comunidade, de seu início ao momento atual; Analisar os projetos e práticas propostas e/ou realizados nas escolas da aldeia; Apresentar os profissionais mais envolvidos com a educação indígena dessa aldeia nesse processo histórico;

O processo de implantação da escola começa com a intenção de evangelização e a escola entra “de carona” neste objetivo. Se pensarmos nos objetivos e funções que a escola está desempenhando, podemos nos perguntar quantas práticas estão sendo efetivadas com outros objetivos que não a educação indígena? Mas se pensarmos nas suas possibilidades, o percurso histórico mostra alguns avanços em relação a seu início, tais como a ampliação do número de escolas e de crianças atendidas.

Recordando que educação escolar para os indígenas da reserva Porto Lindo iniciou-se no ano de 1964 com uma escola, ou melhor, uma sala de aula, localizada fora da reserva e construída pelos missionários da Missão Caiuá, contando com a ajuda dos indígenas e matéria-prima local, podemos considerar significativo o fato de hoje termos escolas atendendo a comunidade, agora dentro da reserva. As informações coletadas indicam que tal ampliação foi motivada tanto pelo aumento populacional quanto pelas necessidades resultantes do contato entre os indígenas e o branco.

Na década de 1970, a Funai implantou a primeira escola dentro da reserva denominada Porto Lindo, seus professores eram os funcionários da Funai ou suas esposas, como relatado nos depoimentos. No ano de 1977, é criada a escola Municipal José de Alencar, no distrito de Jacareí, município de Mundo Novo e a 9 km da reserva, que passou a atender índios e não-índios.

No ano de 1982, as escolas dentro da reserva deixam de ser de responsabilidade da Funai e tornam-se extensões da Escola Estadual Rural Padre

Anchieta, (extinta em 1994), incorporando as extensões Dr. Nelson de Araújo (Missão), Afonso Pena, Antonio Maria Coelho, São Tomé de Souza (foi incorporada a Porto Lindo no ano de 2004) e Porto Lindo. A Escola Estadual Rural Padre Anchieta e suas extensões, em 1994, passa a pertencer à rede municipal de ensino do então município de Japorã.

A partir do ano de 1994, as extensões dentro da reserva passam a ter os primeiros professores indígenas. Esses professores buscam os seus direitos, embasados na Lei de Diretrizes e Base (LDB), como mencionado pelo professor Valdomiro. Foram convocados quatro professores para assumirem as aulas, mas primeiro foram levados a Dourados, onde fizeram um curso preparatório oferecido pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), em parceria com a prefeitura Municipal de Japorã.

Em julho de 1999, tem início a primeira turma do projeto Ara Verá, em Dourados, e vários professores da reserva Porto Lindo participam deste processo de capacitação, realizado em uma parceria entre a Secretaria de Educação Estadual e a Secretaria Municipal de Educação do município de Japorã, através de subsídios para que os educandos pudessem freqüentar o curso. As aulas são oferecidas em módulos, nas férias escolares, nos meses de janeiro e julho, para que todos os professores em regência que tenham o interesse possam participar.

Este projeto foi e está sendo de grande valia para a comunidade indígena, pois 90% dos professores da reserva Porto Lindo são habilitados no Curso Normal em Nível Médio de Formação de Professores Guarani Caiuá oferecido pelo Projeto Ara Verá.

O processo de escolarização inicia-se tímido, com alguns poucos alunos na escolinha da Missão, como é conhecida por todos, e hoje a Escola Pólo Municipal de Educação Infantil, Ensino Fundamental José de Alencar e suas extensões atende mais de 1700 alunos, sendo que 60% de sua clientela são indígenas.

Nestes 43 anos de educação para os índios, muitos frutos foram colhidos, pois hoje a comunidade escolar conta com vários professores indígenas com habilitações específicas como Normal em Nível Médio já mencionado (projeto Ara Verá) e outros cursando nível superior. Mas as expectativas ainda são intensas, com a busca de uma educação escolar indígena gerenciada pelos membros da comunidade, baseados na alegação de que só assim vão conseguir uma educação diferenciada.

No entanto, existe um dilema a respeito de qual língua deve ser utilizada no processo de ensino e de quais os conteúdos devem ser ministrados, pois, como foi dito nos depoimentos, os indígenas querem cursar um ensino superior e para isto existem conteúdos da base nacional comum que não podem ser esquecidos.

A questão em torno da educação diferenciada ainda não está bem clara: o processo de escolarização se iniciaria de forma diferenciada, mas o fim seria compatível com a educação do não-índio?

Ouso dizer que estamos vivendo um momento histórico e os indígenas da reserva Porto Lindo, na luta por sua autonomia, estão trabalhando pelo seu desligamento da Escola Municipal José de Alencar e pela conquista e reconhecimento da Escola Municipal Indígena de Educação Infantil e Ensino Fundamental MBOEHAO TEKOHA GUARANI – Pólo, criada no ano de 2003, mas que ainda não está em funcionamento.

Com a escola MBOEHA TEKOHA GUARANI em funcionamento, quais mudanças serão efetivadas na comunidade indígena? O que esta escola propiciara aos membros da comunidade? Os desdobramentos e resultados deste processo podem ser antevistos, mas dependerão, em grande parte, dos encaminhamentos que serão dados para a sua implantação e consolidação.

Os indígenas deram um primeiro passo importante no dia 04 de fevereiro de 2007, quando ocorreu o segundo concurso público no município de Japorã. Nesse processo seletivo, foram respeitadas as vagas das extensões Porto Lindo, Afonso Pena e Antonio Maria Coelho de 1º ao 5º ano aos indígenas que tivessem habilitação necessária para assumirem o cargo.

Mesmo considerando que tal concurso tenha sido realizado por exigência do Ministério do Trabalho, uma vez que o número de profissionais contratados em regime temporário era maior que os contratos efetivos, dos 84 professores que trabalham na Escola José de Alencar e suas extensões, somente 20 profissionais são do quadro efetivo, de acordo com a documentação fornecida pela escola. Podemos concluir que tenha sido um avanço a inserção da possibilidade de contratação de professores indígenas.

A necessidade de contar com profissionais habilitados para o magistério indígena é uma presença constante nas discussões sobre educação indígena. Como o professor Venâncio relatou em seu depoimento, enquanto não houver professores habilitados para ministrar aulas de 6º ao 9º ano, será inevitável contar com os

professores não-índios, mas, no momento em que os indígenas possuírem as habilitações em áreas específicas, como matemática, português, história, ciências, geografia, educação física e outras, as substituições serão realizadas, garantindo assim a condução da educação escolar indígena pelos próprios membros da comunidade.

A comunidade escolar indígena almeja uma educação diferenciada, mas em momento algum nega a necessidade dos conhecimentos ocidentais, pois se considera “integrada” à sociedade brasileira. Se os indígenas sentem-se integrados à sociedade brasileira, e, efetivamente, não possuem grande visibilidade enquanto grupo, pode-se perguntar se, muitas vezes, não somos nós, os não-índios, que os tornamos invisíveis? Partindo do pressuposto de que o estado do Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena, poder-se-ia supor que os não-índios tivessem um maior esclarecimento a respeito desse povo e sua cultura, mas não é isso que acontece. Os não-índios muitas vezes aprendem na escola que índio caça, pesca e mora em uma oca – e a escola que deveria, ou poderia, ser um espaço de reflexão e construção de uma sociedade sem preconceitos passa a ser geradora de formas de preconceitos e discriminações.

Como foi constatado nos depoimentos, a verdadeira educação para os indígenas, só pode ser adquirida no cotidiano da vida, no seio familiar e na comunidade em que vivem, marcada que é pelo seu processo histórico, social e cultural como um todo. Apenas nesse sentido entendem o viver em harmonia e a aprendizagem com significativa para cada indivíduo e para a comunidade como um todo. A partir dessas representações, qual seria o papel da escola? O significaria a instrução, entendida como domínio do conjunto de conhecimentos historicamente acumulados na tradição ocidental, objeto dos conteúdos escolares?

A pesquisa permitiu compreender o caminho percorrido no processo de constituição da educação escolar entre os Ñandeva-Guarani da reserva Porto Lindo, ponto de partida para a reflexão sobre os rumos que esta escola terá que tomar, assim, a conclusão se apresenta permeada de novas perguntas. Há um caminho percorrido que indica a possibilidade de aproximação de uma educação escolar diferenciada, ao mesmo tempo em que aponta para as contradições presentes nesta possibilidade, ou seja, as dificuldades de inserir conteúdos escolares na educação indígena e, ao mesmo tempo, preservar costumes e tradições centenários.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Maria Luiza Macedo. *Formação contÍnua de professores na "escola reflexiva" da PUC-SP*: Seus protagonistas revivem esta prática. Tese de doutoramento. Marília: UNESP, 2003.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. et al. (Org.) *A questão indígena na sala de aula*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Por que querem e por que não querem escola os Guarani?* TELLUS/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI, ano 4, n. 7, p. 105-120, out.. 2004. Campo Grande : UCDB, 2004.

BRAND, Antonio. O *impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*: Os difíceis caminhos da palavra. Tese (Doutorado) – Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC, 1997.

BRAND, Antonio. Programa Kaiowá/Guarani/UCDB. Antropologia em Perspectivas. In: *V Reunião de Antropologia do Mercosul*. Florianópolis: 2003.

BRAND, Antonio. Os *complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS*. TELLUS/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004. Campo Grande: 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRASIL. *Lei e Diretrizes e Bases*: As Novas Diretrizes da Educação Básica. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC/SEF), 1996.

CARVALHO, Ieda Marques de. *O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas*. In: TELLUS/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI, ano 2, nº 2, P. 137 -151, abr.2002. Campo Grande: UCDB, 2002.

CORONEL, Pedro Ramão Roja. *A Diluição dos Layana*. In: VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul. 2006, Dourados – MS. Dourados: ANPUH, 2006.

FERREIRA, Marieta de Morais. (Coord). *Entrevista*: abordagem e usos da historia oral. Rio de Janeiro: FGD, 1994.

FLEURI, R.M.; BITENCOURT, S.M.; SCHUCMAN, L.V. *A questão da diferença na educação: para além da diversidade*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambú. *Anais*. Caxambú: ANPED, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/25/sessoesespeciais/reinaldofleuri.doc> Acesso em: 27 janeiro de 2007.

GADELHA, Regina Maria A. F. *Missões Guarani*: impacto na sociedade contemporânea. São Paulo: EDUC, 1999.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LANDA, Beatriz dos Santos. Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na terra indígena Porto Lindo/Jacarey, Município de Japorã/MS. 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUC, Rio Grande do Sul.

MACHADO, Wilsom. Direitos dos Povos Indígenas do MS. Jornal *O Progresso*. Dourados – MS. 20 de mar. Coluna Especial, p.2.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: LOMBARDI, J.C. História da educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados/HISTEBR, 1999.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul*. 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2002.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. *Urucum, Jenipapo e Giz*. A Educação Escolar indígena em Debate. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. Loyola, São Paulo, 1996.

MORAIS, Regis de. *Cultura brasileira e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1889.

NASCIMENTO, Adir Casaro. *Escola Indígena*: palco das diferenças. Campo Grande: UCDB, 2004.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: Arqueologia e Historia indígena no Brasil.In: SILVA, Aracy da GRUPONI, Benzi; DONIZETE, Luis (Org). *A temática*

indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 1ª ed. São Paulo: Global: 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Do índio ao bugre*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PEREIRA, Levi Marques. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROSSATO, Veronice Lovato. *Normal em Nível Médio* – Formação de Professores Guarani/Kaiowá – Projeto Ara Verá. MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande: 1999.

SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. 3º ed. São Paulo: E.P.V. Ediesp, 1974.

SILVA, Aracy da GRUPONI, Benzi; DONIZETE, Luis (Org). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4ª ed. São Paulo: Global: 2004.

SILVA, Marcio Ferreira da AZEVEDO, Marta Maria. Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA, Aracy da GRUPONI, Benzi; DONIZETE, Luis (Org). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4ª ed. São Paulo: Global: 2004.

SILVA, Rosa Helena Dias da. *O Estado brasileiro e a Educação (Escolar) Indígena*: Um Olhar Sobre O Plano Nacional de Educação. Disponível em: <www.anped.org.br/24/T0528827681841 >. Acesso em: 10 de Out. de 2006.

SQUINELO, Ana Paula. *Produção técnico-científica acerca da guerra do paraguai em Mato Grosso do Sul*: um balanço historiográfico (1993-2006). In: VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul. 2006, Dourados: ANPUH, 2006.

VIETTA, Katya. "*Bom pastor dá conselho bom*": Missões evangélicas e igrejas neopentecostais entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul. TELLUS/

Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI, n. 4, p. 109-135, abr. 2003. Campo Grande – MS: UCDB, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

Depoimento do Reverendo RUBENS FRANCISCO CARNEIRO

Gostaria que o senhor me contasse como ocorreu a instalação e funcionamento da escola Dr. Nelson de Araújo a Missão na reserva Porto Lindo na comunidade Ñandeva-Guarani.

A primeira aula foi o Rev. Troques que ministrou, o quadro negro era um tambor de duzentos litros pintado de verde, que começamos a escrever. Nas primeiras aulas eu estava viajando nessa época. Depois nós fizemos um barracão de taquarussu, (bambu rachado) na beira do mato na beira da picada onde dava entrada para a reserva indígena e fizemos o primeiro local para funcionar a escola, e então colocamos um quadro de giz, fizemos as carteiras com toco fincado no chão e tábua, comecei a dar aulas para as crianças iniciando com as primeiras letras.

Como se tratava de um trabalho indígena o que nós fazíamos já em 63 a 64 era funcionar a escola no sistema que hoje chamam de bilíngüe, a missão tinha na época uma série de oito cartilhas e alguns livros de pequenas histórias na língua guarani e então nós usamos as cartilhas de número um a oito na língua guarani e no português.

Porque nós usamos essa estratégia? É porque na língua guarani nós temos todas as vogais, todas as consoantes da língua portuguesa e sílabas, eu posso ar um exemplo bem claro há uma frase que ficou muito marcado em guarani que é OU TAPITI TAPE-RUPI, o coelho vem no caminho, você pode observar que o som das letras são iguais, usava-se o guarani fazendo a tradução de modo que o resultado foi muito bom. Nós tínhamos uma noção da língua guarani, nossa formação foi em Minas Gerais tivemos lingüística, estudando fonética, fonêmica e morfologia sintática da língua, tivemos um informante indígena; estudamos a estrutura da língua.

E quando nós chegamos aqui nós tínhamos uma pequena noção da língua e depois recebemos auxílio de um professor que segundo informações, era catedrático

da Universidade do Paraguai que era amigo da missão o nome dele é Reinaldo La Rosa que nos deu três meses de uma noção mais básica da língua guarani.

Quando os indígenas tanto crianças como adultos conseguiam atravessar essas cartilhas de um até oito eles já estavam lendo em guarani e também em português essa transição era mais fácil e nós começamos a escola assim. E eu tenho alguns slaids que mostra o nosso trabalho.

Em 1962 havia oitenta pessoas e em 1976 quando saí de lá já havia mil e quinhentas pessoas. A escola da Missão Caiuá está localizada ao lado da aldeia Porto Lindo/Jacareí, descemos para trabalhar com a Missão Caiuá daqui de Dourados em 24 de março de 1962 nós nos mudamos para a vila de Iguatemi na época, juntamente com o Rev. Troques e sua esposa para começar o trabalho da Missão Caiuá com os indígenas da aldeia Porto Lindo/ Jacareí. Na época havia dentro da aldeia apenas oitenta pessoas (indígenas) começamos a visitar os indígenas passando a semana ao lado da aldeia e no fim de semana passando com a família na vila de Iguatemi.

Por volta de 63 ou começo de 64 nós começamos então a escola indígena na Missão, curiosamente considerando aquela situação no momento, nós começamos a escola do nada o primeiro quadro de giz foi um tambor de duzentos litros, que nós pintamos de verde. E nós escrevíamos as primeiras letras e palavras para as crianças começar a ter noção das primeiras letras e depois nós fizemos um barracão rústico que ficava bem na beira da picada que fazia divisa entre a localidade da Missão e a própria reserva. Um barracão bem rústico com parede de taquara coberto com tabuinha a ali nós começamos a primeira escolinha e colocamos um quadro de giz e nós trabalhávamos então, eu assumi esta parte da educação e enquanto o Rev. Troques e sua esposa tinham a parte do ambulatório médico.

E nós começamos a trabalhar, começamos a cuidar da área da missão que era um alqueire programando as construções e assim a escola começou.

E por alguns anos nós ficamos ali, na época a Missão Caiuá, tinha um conjunto de cartilhas em guarani, era um conjunto de oito cartilhas e três livros de história na língua guarani. E nós então começamos nesta fase o que hoje é chamado de escola bilíngüe, que nós já tínhamos uma noção da língua e então começamos a alfabetizar dentro destas cartilhas e quando a criança e o jovem conseguiam já ultrapassar as lições a até a cartilha de número oito nós tínhamos a

condição de fazer digamos assim um transporte para a língua portuguesa sem problema algum.

E devo dizer para você e se você observar a alguma coisa na língua guarani ou Caiuá você vai verificar que a língua guarani tem todas as vogais a as consoantes da língua portuguesa e conjunto de silabas e palavras e devo citar para você uma frase que tinha na cartilha que é muito interessante para ilustrar esta verdade tem uma frase que diz o seguinte OU TAPITI TAPE-RUPI isto traduzindo quer dizer o seguinte O COELHO VEM NO CAMINHO ou O COELHO VEM PELO CAMINHO então você pode observar que tem as vogais e as consoantes e um conjunto de sílabas e então é fácil você transportar para a língua portuguesa.

Então eles acabavam lendo e escrevendo na língua guarani e na língua portuguesa. E nós fizemos, considerando que não havia escola na época lá nós tivemos um resultado muito bom. E então nós temos ali desde aquela época, as crianças lendo e escrevendo nas duas línguas como tem ainda destas crianças de hoje, mamães, vovós e vovôs lá na reserva que podem ler e escrever na sua própria língua.

Então eu devo dizer a você isso não tenho qualquer dúvida que na região todo excetuando Amambai porque toda aquela região pertencia ao município de Amambai, então excetuando Amambai que havia um posto indígena aqui, toda região que nós temos e inclui a Porto Lindo, Cerrito, Sassoró enfim outras aldeias, a escola ali na Missão em Porto Lindo/Jacarei foi a primeira escola indígena a funcionar, foi um trabalho feito na verdade com dedicação, nós saímos da nossa cidade São Paulo capital e viemos para cá, viemos com esse propósito esse objetivo de trabalhar com a comunidade indígena e como se trata do trabalho da Missão Caiuá ela tem um propósito colocado desde 1928 quando foi a sua fundação.

A Missão Caiuá pretendia levar ao indígena o conhecimento da palavra de Deus, o conhecimento do evangelho, para isso a missão sempre usou o que chamamos de tripé “educação, saúde e evangelização” a missão existe para isto e então nós fomos lá trabalhamos e foi um trabalho muito bom, por anos seguidos agente realizou este trabalho.

Mais tarde é que nós pudemos melhorar as acomodações da escola, você vai perceber em algumas fotografias um pouco dessa evolução. Mais tarde nós pudemos construir uma escola um pouco melhor.

Depois pudemos construir uma cantina onde poderia ser preparado o lanche ou merenda escolar para as crianças. Aliás, você vai ver nestas fotografias que certo momento a merenda escolar era feita na própria cozinha da minha casa, minha esposa que fazia e então as crianças tomavam a merenda ali, mais tarde é que conseguimos melhorar esta condição de trabalho, melhorando as condições de alimentação das próprias crianças e jovens também.

Em linhas gerais foi assim que começou o trabalho da escola. Eu deixei este trabalho em 1976 quando me transferi aqui para a sede em Dourados para auxiliar o nosso diretor na época que era o Rev. Orlando Andrade. E então quem me substituiu foi o senhor Jader Emerique e sua família, e nesta fase nós tínhamos melhorado as condições de estrutura da escola, nós estávamos aqui em Dourados e dávamos uma supervisão na reserva Porto Lindo/Jacarei. E até hoje a Missa Caiuá, mantém este trabalho, como você conhece a escola tem um número considerado de alunos, as condições melhoraram e com relação ao tempo que nós chegamos lá.

Eu posso dizer para você que foi esse o trabalho começado desta forma. Alguém tinha que fazer, bom eu afirmei a você também, que quando chegamos lá havia apenas oitenta pessoas, era um grupo de oitenta pessoas, quando eu vim para Dourados, em 1976 a aldeia já contava com um número aproximadamente de mil e quinhentos indígenas, que fenômeno foi este?

Os indígenas viviam espalhados por fazendas trabalhando, etc. Quando nós chegamos lá e começamos a dar a eles alguma assistência educacional, assistência de saúde, assistência de sentar com eles para conviver com eles, conversar com eles e orientar o trabalho que eles tinham que fazer na sua própria reserva e etc, esta notícia correu e o resultado foi que os indígenas começaram a retornar a sua aldeia e começaram a ter alguma assistência e algum cuidado por alguém que poderia fazer alguma coisa por eles.

Só mais tarde depois da revolução de março de 64 na verdade eu me lembro que eu estava ainda fazendo a casa que depois ia morar com a família, no dia seguinte a minha esposa aproveitando uma pessoa que passaria por lá mandou um recado para mim, que havia acontecido alguma coisa e isso foi em março. No meio do ano sem que a casa estivesse totalmente pronta eu mudei com a família com os três filhos que tínhamos, uma menina com mais de um ano e os outros um pouco mais velhos. Fomos para lá e então é só depois disto é que nos vamos ter lá a chegada dos primeiros chamados auxiliar técnico indigenista, já enviados pela Funai

para trabalhar naquela aldeia, lembro me que o primeiro auxiliar técnico indigenista a trabalhar lá se chamava, Revaiu André Guedes bom moço ele trabalhou lá e havia este intercambio entre a Missão e a própria Funai que estava lá e o trabalho na aldeia assim se desenvolveu.

A escola continua com outros professores, com muito mais crianças estudando e a nossa alegria hoje é saber que nas escolas mesmo ali na missão e no próprio patrimônio de Jacareí que eu conheço e todos as outras aldeias, nos temos alunos já terminando o curso médio, outros que já estão nas faculdades.

Quando eu penso na aldeia de Porto Lindo/Jacareí eu costumo dizer que esse foi o nosso sonho, chegar trabalhar com eles, para abrir um caminho pelo qual eles pudessem crescer e pudessem desenvolver e nós ficamos alegres, isto me parece que conseguimos.

A escola para nós significa abrir esses caminhos para eles poderem desenvolver se, viviam lá sem qualquer assistência, tanto é que havia um grupo pequeno na aldeia e depois vieram e na verdade não foi tão simples assim e não posso dizer que foi tão fácil começar e dar continuidade ao trabalho.

Uma questão que eu queria dizer e estava me esquecendo, uma das coisas à saber quando uma pessoa vai trabalhar com uma comunidade como esta, é ganhar sua simpatia ganhar sua amizade e ter por eles respeito e ser respeitado por eles e eu posso dizer que ainda hoje, eu já não morro mais lá, não trabalho mais lá, mas ainda quando vou a aldeia sinto que eles têm grande respeito por mim, assim como eu os respeito. Isto que é gratificante ver que eles podem andar por suas próprias pernas.

Eu sou filho de padeiro, e era alfaiate e foi nesta fase que senti minha vocação que queria trabalhar como missionário, trabalhar com a comunidade indígena, fui, desafiado a isto então, tomei rumo para a cidade de Jacutinga localizado no sul de Minas Gerais e lá esta o seminário que tem o nome de Instituto Evangélico Missionário (PENIEL.), Por onde passaram mais de dois mil alunos e está escola tinha como objetivo além da parte teológica dar preparo para os alunos poderem servir a comunidade indígena.

Lá fiz curso de lingüística, estudando primeiro à parte da língua que é fonética, fonêmica, morfologia e sintaxe e nós analisamos várias línguas indígenas tanto daqui do Brasil como fora do Brasil.

Eu me lembro quando nós terminamos o curso, nossos professores eram missionários, hoje conhecidos como CIL que na época era instituto Lingüístico de Verão é uma missão que se dedicava e se dedica para a tradução de línguas indígenas e nós fizemos então a análise da língua guarani com informantes do litoral Paulista e então quando nós viemos para o Mato Grosso, nós já tínhamos uma pequena noção da língua guarani.

Bem a esposa do nosso diretor aqui em Dourados, Dona Loide falava muito bem à língua guarani e agente ficou aqui de outubro de 1961 até janeiro de 1962, nos preparando para descer para essas aldeias que nós tínhamos que abrir trabalhos novos e nesse período nós pudemos conhecer através da Missão, um professor que segundo meu conhecimento era Catedrático da Universidade do Paraguai, ele estava na Missão e Dourados e nos deu, várias aulas, passava uma semana, duas semanas ali a pedido da esposa do diretor e então ele deu aula para nós em guarani.

A gente usa a língua, você sabe que para aprender uma língua, você não pode ter medo, você tem que chegar e falar e quando nós falávamos errado no caso do indígena é interessante quando você fala algo errado eles riem e riem muito, se divertem e agente não pode se inibir com isso, é a maneira de você se jogar para aprender e daí eles vêm e ensina o certo. E então nós já tínhamos uma noção, facilitando o nosso trabalho. Nós já tínhamos passados por alguns anos de ouvir, ler e falar sobre línguas indígenas e fechando nós tínhamos uma pequena noção da língua guarani.

E chegando na Missão Porto Lindo/Jacareí nós tínhamos algum material e ainda hoje nós falamos a língua guarani e poço me comunicar com certa facilidade com eles, tenho uma das filhas que cresceu com eles que fala a língua e então a escola para nós significou exatamente isso, abrir caminho para eles que pudessem crescer é o que se prega hoje, a solução de uma sociedade é a educação.

Uma das questões fundamentais em um trabalho assim é adquirir a confiança deles, com isso nós conseguimos e como eu disse as primeiras letras e palavras passadas a eles em um tonel de duzentos litros e eles nunca tinham ido a escola e como eles foram se chegando e foram sentindo gosto naquilo e foram aprendendo.

Nós tínhamos o material na língua guarani como desenhos e tudo, nós falávamos as frases e textos, líamos para eles na língua e então isso os atraiu, eu

leio kaiowá e guarani tanto com leio em português, tão fluente como o português, tenho bíblia em guarani. E então a comunicação não foi tão difícil e eles foram atraídos para isso e começaram a aprender e na medida que a criança ou o jovem começa a aprender a coisa anda.

Estudar não é fácil a qualquer pessoa significa abnegação, renuncia de muita coisa, tenacidade, muito esforço, enfim significa muita luta, tem que lutar para chegar a algum lugar. E então acho que a evasão na época não era uma situação como hoje, não era! Mas havia aquela criança que começa e daqui a pouco desistia e nós tínhamos que voltar e conversar com eles. Tínhamos que reanimá-la a prosseguir. Mas até porque na época não havia tanta preocupação com a evasão escolar e nem com a reprovação eu me lembro que depois de muito tempo lecionando não só em escola indígena é que começou se falar em currículo e que você tem obter 75% de presença, nesta época não tinha tanta preocupação assim com o índice.

E vou fazer uma declaração que não tem nada a ver com a escola indígena só para você saber, você vai ver em algumas fotos da escola em uma data cívica as crianças trajadas com roupas, vamos dizer tradicional, roupas indígenas, uma questão que eu gostaria de ressaltar que dávamos ênfase na questão cultural desde aquela época e você vai ver pelas fotos que nós fazíamos isto, nos lecionávamos na língua e eles faziam suas danças e temos fotografias que mostram que eles estão em desfile em Iguatemi uma coisa que empolgou a população que na época as crianças tocando instrumentos de fanfarra.

Quero fazer uma afirmação para você que trabalhei no ginásio de Iguatemi na verdade não havia professores formados, não havia na época, mas a dedicação dos professores daquela época era espetacular, se eu disser para você que meu segundo filho fez o ginásio lá em Iguatemi e você vai ver o prédio do ginásio ele prestou o último ano do exame de admissão, foi o último exame de admissão que teve no país, depois o levei para a cidade de Itajubá uma cidade universitária, a intenção é que ele fosse cursar o SENAI, ele fez curso de eletrotécnica e a base foi no ginásio em Iguatemi e ele nunca teve dificuldade. E depois fez o curso de História aqui na UFMS.

Aliás, a primeira normalista da região trabalhou na Missão Caiuá, eu a trouxe de São Paulo, para lecionar na escola da Missão, hoje ela mora nos E.U.A. casou se

com um americano e foi morar lá. Como eu, ela é negra, ela se chama Maria Aparecida da Silva a primeira normalista da região.

A escola de posto indígena foi construída e começou a funcionar na gestão do auxiliar técnico indigenista Sr. Hélio de Melo Palmeira, mas eu não posso precisar o ano que começou a funcionar. A escola foi construída por uma questão administrativa a sede do posto ficava no centro da aldeia e daí irradiava para todos as direções, pois a escola da Missão fica distante do centro da reserva.

Washington Luís dizia que “governar é abrir estradas”, para mim, educar é abrir estradas e a educação é que vai resolver os problemas da sociedade. Então, a escola vai possibilitar esta visão da vida e pela educação. Com a educação os indígenas iriam se auto-avaliar e se auto-criticar, evidentemente olhar para o futuro com maior segurança e acredito que isto aconteceu.

Quando afirmei para você que me sinto feliz, quando vejo alunos indígenas formados em direito, pedagogia, letras e são tão preparados quando eu e você. Fizeram faculdade com eu fiz e então pra mim o significado era este, abrir estradas para que eles pudessem caminhar. Creio eu que a perspectiva deles é a mesma que a nossa, porque estudam entendendo que isso é importante a eles que esta é a solução e o caminho a todos os cidadãos.

Na escola da Missão tem um professor que foi nosso aluno o Marcos é um rapaz de uma inteligência é pedagogo, um dos meninos da escola.

Nos temos um que é biólogo e trabalha aqui em Dourados no Hospital Evangélico, temos técnicos agrícolas, chefe de posto e então eles andaram foram atrás procuraram estudar.

E hoje os indígenas querem estudar, muitos já estão na universidade.

ANEXO B

Depoimento de VENÂNCIO CÁCERES

Professor Venâncio, conte-me como iniciou o processo histórico da educação escolar aqui na reserva Porto Lindo.

Quando eu comecei estudar primário já existia escola na Missão e na aldeia apenas uma sala em cada escola. A escola da aldeia a comunidade deu o nome de escola Porto Lindo, até hoje continua com o com o mesmo nome.

Escola da missão Drº Nelson de Araújo. FUNAI era responsável pela Escola da Porto Lindo e da escola da missão era Missão Evangélica Caiuá parceria com a prefeitura de Mundo Novo na época.

Eu estudei 1ª a 4ª série na Missão e 5ª a 6ª série na escola Jose de Alencar de Jacareí, depois fui para Dourados e conclui 7ª a *ª lá.

Na década de 1970 começou o movimento dos professores indígenas e a estruturação de diferentes organizações indígenas, com o objetivo de defesa dos territórios e de luta por outros direitos. O movimento ganhou corpo e visibilidade nacional com as grandes reuniões, organizadas pela União da Nações Indígenas, juntando um numero expressivo de povos indígenas. A partir daí estruturaram-se igualmente associações e organizações de professores e de agentes de saúde indígenas.

Desde então intensificou se em todo o país a realizações de “encontros de professores Indígenas” nos quais eram discutidos questões relativas a escola que os índio queriam para suas comunidades. Depois, de tantas lutas em 2000 o MEC aprovou para que acontecesse o magistério indígena com o objetivo de preparar professores indígenas. Portanto, fui fazer o magistério indígena e conclui o 2º grau no Ara Verá.

Eu iniciei o trabalho de professor em 1994, primeiro eu entrei trabalhar lá no fundo onde hoje é a escolinha do Alfredo, lá eu trabalhei por três anos, quando eu

entrei não tinha sala, estrutura mesmo não tinha nada ai só tinha um senhor chamado Rondon e então ele tinha um pomar bem grande e ali como tinha falta de professor lá estava precisando os pais e as mães pediram e eu fui trabalhar lá, mais antes de começar trabalhar eu fui fazer uma preparação lá em Dourados junto com o CIMI que promoveu esse programa e ai eu comecei a trabalhar e um ano depois começou a fazer aquela escola, mas era difícil eu é, não tinha merenda, não é todo dia que tinha era difícil quando tinha não tinha gente para fazer ai eu pedi ajuda das mulheres dali.

E levaram um quadro bem grande e eu amarrei num pé de laranja com o de goiaba e eu trabalhava, ai quando o temporal vinha tinha que vazar embora e era longe dali que eu moro, sabe onde tem a venda, um pouquinho para cima dali eu tinha que ir lá todo dia e ai, eu trabalhei por três anos depois me chamaram para trabalhar aqui.

Naquela época eu dava aula só em português é porque naquela época ainda não tinha educação indígena só tava assim um pouquinho começando mais ainda não tava chegando aqui à liberação para estar ensinando, nos três anos que trabalhei foi em português de 1ª a 4ª série.

Depois que eu vim para cá começou a mudar em 1995 começou o movimento dos professores indígenas, mas só que antes disso tinha 3 ou 4 professores que estava trabalhando para arrumar esta escola indígena mais não estava em funcionamento, poucos professores estavam trabalhando para isto até que em 2000 começou bastante, com o magistério indígena e a gente foi lá à primeira turma, foi quatro anos de sacrifício, nas férias não tinha pra nós, nós trabalhávamos aqui e nas férias ia para Dourados ficava lá 20 dias ou 28 dias ai retornava e começou a trabalhar de novo, mas graça a Deus a gente agora esta bastante avançado e creio eu que vai dar tudo certo e vai cada vez melhorando.

Sociedade para nós é viver junto é, por exemplo, um grupo de pessoas, um de etnias que a gente pode estar envolvendo, por exemplo, se nós aqui chegar um grupo de índios de Amambai então se for guarani a gente já recebe com melhor maneira, agora se for uma outra tribo que a gente não conhece a língua já fica meio assim, como a gente pode falar fica meio afastado porque a gente conhece a língua.

A Educação pra mim é tudo que envolve no dia-a-dia que a gente usa o espaço por todo o lado por todo o tempo então educação não só na escola mais no

espaço que a gente vive o lugar que a gente esta andando, ta trabalhando ta em qualquer lugar que a gente tiver é preciso ter educação mais não só na escola.

E educação escolar diferenciada é diferente na cultura, na crença, é na língua o modo de ensinar e o modo de esta alfabetizando então tudo isso tem haver com educação indígena, é diferente porque esta acontecendo uma educação indígena e o índio não precisa ter uma estrutura física bom que nem na cidade no centro urbano então qualquer lugar que a gente tiver, de manhã quando tiver nosso pai chama a gente tomando chimarrão ou tererê e vai dando aquela explicação como a gente pode viver, pode estar respeitando alguém ou da família ou que não seja da família e então tudo isso tem haver com a educação diferenciada.

Eu espero que nós professores damos a educação assim ensinar pra ta melhorando a vida pra ta avançando mais e nunca deixar de ser índio e manter a cultura a nação índio.

A escola ajuda a resgatar a cultura a língua porque na verdade a gente fala tudo misturado e a gente fala, espanhol fala um pouco de guarani e até palavra em português tem no meio então esta tudo misturado, na nossa educação aqui na aula de guarani a gente procura ensinar a língua que era antigo mesmo, para resgatar é muito importante ter aula de guarani para nós apesar que agora os mais antigos já estão desaparecendo então cada dia que passa estamos perdendo aquele antigo que tem a língua própria.

Nós estamos enfrentando esse problema que alguns pais não querem entender que a língua guarani, eles pensam é que não da nada aquilo ali eu penso que eles falam assim as famílias aqui já falam a língua guarani já sabe, mais no fundo não sabe escrever a língua, quem estudar na língua portuguesa de 1ª a 8ª série e quiser vir trabalhar aqui não vai saber escrever na língua, vai escrever tudo errado então a língua pra gente estar ensinando a língua correta na cabeça dos pais ta que só usa a oralidade então aqui que esta a grande dificuldade nossa, mas eu creio que com nossas reuniões dos pais já vai explicando como ta funcionando este ensino em guarani.

Eu mesmo não sabia escrever em guarani porque fui alfabetizado em português lá na missão, ensinava a língua guarani misturada com caiuá inclui bastante assim é falar assim nhande escreve nhande tipo palavra em português para nós é til ñande que é nós, então ai que esta a dificuldade e então depois eu fui

estudando guarani, guarani ai comecei a melhorar muito, com esse magistério indígena comecei a melhorar bastante.

Quando comecei ensinar guarani aqui na aldeia primeiro eles não queriam aceitar muito, então nas reuniões que a gente vem conversando com os pais e mães então a gente vai divulgando o que a gente pensa e o que a gente ta trabalhando e em que ocasião ta trabalhando á língua e então já deixaram um pouquinho mais pra gente ta trabalhando inclusive agora nossa escola ainda não é escola indígena própria mais eu creio que até ano que vem já ta tudo as papeladas a gente vai estar trabalhando mais em cima para funcionar a escola indígena mesmo.

A Escola indígena não vai depender mais da Pólo, que nem aqui a Pólo é em Jacareí, só que se chegar a ser uma escola nova indígena mesmo ai não vai ta dependo mais da José de Alencar, ai vai estar trabalhando a estrutura física, o encaminhamento a documentação vai estar tudo aqui dentro já, as pessoas que vai trabalhar vai ser pessoa bem mais preparado mais que seja daqui só indígena, a não ser no caso para dar aula de 5ª a 8ª série no caso do português da matemática e outras matérias, que são mais difícil então nesta parte até quando não tiver gente formada, mas quando tiver só gente nossa formada só os indígenas mesmo.

A escola indígena vai do pré até a 8ª série vai estar trabalhando a língua indígena vai ter um professor que vai estar ensinando só a língua guarani, mas sem estar deixando de ensinar o português uma matemática uma história, nesta parte de história eu creio eu que vai um professor trabalhar só a história indígena e um para trabalhar história do não-índio quer dizer o que não é nosso, para o aluno estar estudando os conhecimentos daqui e os lá de fora para estar comparando.

Hoje ainda a escola Porto Lindo é uma extensão de José de Alencar, mas, a partir do ano que vem se tudo correr bem a escola Porto Lindo não Pertencera mais a Pólo de José de Alencar.

ANEXO C

Depoimento do REVERENDO TROQUES

Reverendo Troques, gostaria que o senhor me contasse como foi que vocês chegaram à reserva Porto Lindo.

A viagem de sondagem foi feita em 1961, saí de Dourados e fui a Amambai então peguei a jardineira Bissa, que era um caminhão adaptado com alguns bancos e cobertura e atrás carregava a carga. Pensei na pensão do seu Mauro lá em Iguatemi e depois peguei um cavalo emprestado, foi o seu Bentinho que morava perto dos índios que arrumou aquele cavalo e nós fomos à aldeia.

O cavalo atravessava a nado e a gente atravessava numa canoa até a aldeia Porto Lindo, que na época tinha dois nomes. Porto Lindo e Jacareí. Havia poucos índios na aldeia e o seu Bentinho cuidava deles, era um voluntário, naquele tempo era o SPI e o funcionário mais próximo ficava em Amambai, chamava-se Pantaleão e então os índios estavam bem espalhados pelas fazendas, naquele tempo a Mate Laranjeira atuava por ali no Rio Iguatemi, tinha um barracão onde guardava a erva para levar via fluvial.

Em 1962 no começo em janeiro nós fizemos uma viagem de equipe tinha uma caminhonete na sede da missão, o Rev. Rubens, o Rev.Osvaldo de Andrade e eu Rev. Troques e então foi decidido começar o trabalho lá na aldeia.

No começo do trabalho fomos em dois casais eu e minha esposa Edite e o Rev. Rubens e dona Vera com dois filhos. A minha esposa Edite já estava esperando filho, e nós dividimos as tarefas assim o Reverendo Rubens e dona Vera com a parte da educação e a Edite e eu, ficamos com a parte da saúde.

Nós fizemos um treinamento no curso missionário para Higiene bucal e dentes estragados, fazíamos anestesia e distribuíamos remédios.

Moramos um tempo em Iguatemi até que compramos um terreno próximo a aldeia, construímos a casa, furamos o poço e mudamos pra lá em 64 no dia que eclodiu a revolução de março de 64, foi no dia 31 de março de 64. Nós compramos o

terreno do senhor Nabor Pontes, que tinha a gleba lá foi derrubado o primeiro alqueire, fizemos poço, as casinhas com o próprio material do mato lá e em 64 nos mudamos para lá e foi aí que começou a escola. E então o Rev. Rubens e a dona Vera ficaram incumbidos da parte da educação.

ANEXO D

Depoimento do professor VALDOMIRO ORTIZ

Professor Valdomiro, por favor, conte-me como ocorreu o processo histórico aqui, na reserva Porto Lindo.

Quando agente começou a estudar, é quando era pequeno eu estudei ali na Missão, e na época a Missão tinha uma educação assim um pouco é eu diria tradicional, porque onde o aluno tinha que aprender. Na cabeça dos professores da época tinha que aprender de um jeito ou do outro tinha que saber ler e escrever né, mas eu lembro que na época uma das coisas que foi importante do pessoal da Missão é que tinha livros, escrito em guarani então que facilitou a leitura dos alunos indígenas na época o pessoal falava cartilha não era livro né, então tinha número um dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito se não me engano, e então você conseguindo ler até a cartilha de número oito e dando conta de ler os oito livros escritos em guarani você já poderia ta começando estudar na língua portuguesa. E então foi assim que comecei a ler e escrever junto com o povo da Missão.

A Funai quando eu comecei a minha primeira série a Funai já tinha implantado esse colégio na sede, então praticamente esse colégio já existia e os professores que trabalhavam aqui recebiam o material didático da Funai né, trazia da Funai, e geralmente quem dava aula aqui era mulher do chefe da Funai na época né então foi assim que começou aqui.

No ano 90 a 92 começou a ter professores indígenas, quando a gente descobriu que tinha uma lei através da lei de educação a nova LDB que dava todo o direito pra onde existem aldeia pra que o cidadão que tivesse condição de trabalhar em sala de aula tinha todo o direito de lecionar. E a nossa escola aqui pertencia ao município de Mundo Novo, e a diretora desta escola que morava em Mundo Novo ela tinha conhecimento que também esta escola era ligada na época no núcleo regional de Naviraí então esta escola de Porto Lindo é a primeira pessoa responsável Por esta escola depois do pessoal que mora em Mundo Novo, tinha

também conhecimento que em 91 e 92 essa aldeia já tinha todo o direito de escolher um professor índio, dois ou três no máximo, o número que precisasse pra ta trabalhando dentro da sala com o próprio indígena.

Eu né tem o companheiro Venâncio, agora vou lembrar do Lucio, tem o Lucio Vilhar que não esta aqui, esta na aldeia do Cerrito, tem outro companheiro nosso que foi embora para Amambai o Silvano Flores que na época começou a trabalhar com nós, e o Gerson Martins que morra aqui na aldeia Porto lindo.

E então nós quatro fomos convocados na época pra gente ta assumindo a sala de aula, mais primeiro nós teríamos que fazer um cursinho de preparação. Então esse cursinho que a nossa diretora que morava lá em mundo Novo não sei se não tinha possibilidade ou não tinha recurso pra ta vindo até aqui, ou levando nós ate lá pra preparar e nós fomos chamados por um grupo de em Dourados que na época e o ao pessoal do CIMI.

Então o CIMI agente costuma falar pelo nome que é Conselho Indigenista Missionário, então são uns grupo de pessoas também responsáveis pela causa indígena, não só na época, mas também até agora né, só que ali em dourados na época então que tinha o grupo desse CIMI eles era bem interessados de formar é principalmente índio pra ta assumindo escola nas aldeias e na época agente tivemos sorte de sermos chamado por lá e ser preparados por aqueles grupos pra ta assumindo a sala de aula. Quando agente começou a trabalhar aqui graça a força do pessoal do CIMI que se colocou a disposição de ajudar nos quatro aqui na aldeia pra ta começando a trabalhar aqui na aldeia pra trabalhando na área da educação.

Nós de acordo com o nosso conhecimento na época, agente era mais costumado de trabalhar com o livro, mas como era a primeira série que agente assumiu pra trabalhar e geralmente foi à primeira série é nós começamos a trabalhar de acordo com o conhecimento da criança. O que era do cotidiano deles né, o que a criança conseguia observar, vê todos os que nem dias no caso dos animais dos pássaros né, que mais que eles observavam é agente trabalhando eles trabalhando o que agente começou mais é desenhando, escrevendo o nome dos produtos milho, mandioca, então nesse ritmo, na língua guarani.

Depois quando agente viu que eles já tava conseguindo escrever né, agente pediu o livro pra secretaria e pra Funai pra ta trazendo pros alunos e por ai agente foi trabalhando na língua portuguesa também ma sem deixar a língua guarani né, então foi bem interessante o nosso inicio de trabalho, que todos os alunos de sete

anos se você pergunta, por exemplo, pedir por exemplo pra ele desenhar um cachorro vamos supor né, ele perfeitamente desenha o cachorro ele sabe o nome do cachorrinho dele né, então são coisas assim do cotidiano deles você não vai falar do, por exemplo do girafa que ele nunca viu na vida que nem no Brasil existe né, então por ai agente é hoje pensando no passado agente acho que acertou na mosca.

E hoje agente tem ate livros que tem guarani os alunos gostam muito, quarta série e quinta série tão muito bem interessado tão lendo, tão perguntando quem que fez, quem que ajudou a fazer então foi bem interessante.

A questão de estudar em Jacareí ou na aldeia eu não diria são vários os problemas, mas existem é, existem meios mais fácil pra gente estar se deslocando inclusive né, por exemplo, quem morra beirando a estrada indo pra Jacareí com certeza ele vai optar de ir para Jacareí até porque é mais perto né e tem a quinta série lá e tem a quinta série aqui no centro da aldeia que se for pra ta vim pra cá, tem que ta vindo de bicicleta ou de cavalo então ele opta por ficar lá esperando o ônibus na beira da estrada ai consegue chegar a Jacareí com facilidade, por isso que muitos alunos vão lá.

E aqui dentro dessa aldeia a quinta série começou ano passado, então toda vida aula para quinta série a aula era só fora da aldeia mesmo, então não tinha como é fundar aqui uma sala de quinta série e estufar de alunos, então seria impossível teria que ir trazendo devagar.

Agora já começou um projeto de ensino médio aqui em Jacareí né, então os alunos que tão terminando a oitava série tão continuando em Jacareí o ensino médio. Eu fiz em Japorã eu tinha que ir em Japorã né, pra ta cursando o ensino médio.

Um outro projeto que teve e começou em 97 ou 98 se não me engano, que foi um projeto inclusive em parceria com a Prefeitura e Estado e a Missão também que conseguiram por via MEC é adquirir recurso pra ta formando professores índios no ensino médio pra que possa depois é aqueles que quiserem continuar no ensino superior pra que tenha uma diploma pra poder ta apresentando como ter cursado o ensino médio, então foi esse projeto que é 90% dos professorada daqui da região teve né, pra poder ter o ensino médio, esse curso que to falando é o projeto Ara Vera.

Geralmente no meu ponto de vista a é escola ensina o aluno é ler e escrever isso é pensando na escola não indígena, a escola convencional qualquer escola, qual é o objetivo da escola é ensinar o aluno a ler e escrever então portanto se é assim aqui na aldeia não vai ser diferente, agora quando se pensa em uma escola diferenciado com professor índio com participação dos pais dos alunos ai pode ser que a escola venha ter outro objetivo outra finalidade.

Por exemplo: eu acho que o aluno indígena hoje tem que ter conhecimento de que ele é um cidadão ele tem todo o direito que os não indígenas tem, inclusive do espaço pro exemplo a história de Porto Lindo, quem que foram os primeiros é pioneiros daqui da aldeia Porto Lindo, de onde que vieram, se nasceram aqui mesmo ou não, a nossa divisa. A aldeia era somente isso aqui mesmo ou era maior né, até onde que a nossa aldeia era divisa, etc., então são essas coisas que o aluno tem que ter conhecimento. Se a casa de reza era só uma ou duas, se tinha, mais de um cacique.

Com a escola podemos estar mostrando pros alunos, inclusive a comunidade toda os artesanatos apresentando os nomes, é uma forma de ser preservando a cultura, já estamos perdendo os rezadores.

E é uma tradição uma cultura nossa que não pode estar se deixando de lado e a cultura do índio a tradição ele é viva em qualquer canto do Brasil pode se em casa na estrada, pode ser chovendo ou não chovendo, pode ser sábado, domingo, deu vontade de fazer um Guaxire se organiza e faz um Guaxire precisou fazer uma reza o solicita os demais companheiros e faz reza pode ser na terça, na quarta, casa do cacique ou na casa do compadre e na casa da comadre é assim, esses valores para nós é muito importante, tem vários tipos de Guaxire, mas resumindo o Guaxire seria uma grande alegria, uma grande festa do povo guarani/ kaiowá. Agora já o Diroke é diferente, Diroke é a reza, aí somente o cacique pode fazer essa reza e os demais só acompanha.

Pra ser um cacique segundo o cacique que agente tem conversado muito com ele, ele já é uma seria assim um indivíduo que nasceu aqui na terra pra ser cacique, portanto no meio de quarenta ou cinqüenta pessoas, ou seja, criança né, desde criança ele já uma pessoa um pouco diferente, já não vai ser aquela criança que gosta de brincar, não é arteiro e a partir de dez onze anos ele já vai sendo deferente, ele vai gosta de reza, começar a fazer os artesanatos da reza vai conversar geralmente com o cacique e segundo os caciques a pessoa que vai ser

um cacique ele sonha e através de seu sonho ele busca o diálogo com o Anderutupã que fala o povo guarani né, e então a pessoa não vai ser cacique por ele ter um paixão de ser cacique não é assim que funciona.

Essa benção vem de Deus e então a partir do momento que Deus mandou ele, porque tudo o que vem aqui pra terra ele tem anotações lá em cima, por exemplo no meio de João, Pedro, Manoel tem uma pessoa que foi escolhido pra ser cacique um dia na vida dele então o Deus não tá esquecendo dele, então qualquer hora dele ele vai sonhar e vai conquistar e daí você ta preparado você não esqueceu sua missão era isso e aquilo tal né é por ai. E segundo o cacique se a pessoa que veio aqui na terra pra ter esse conhecimento e ser esse indivíduo e se ele recusar de obedecer ele fica doente né, e começa a ficar doente e não tem cura pra ele não tem médico então é por aí as coisas.

Existe sempre dificuldade principalmente dificuldade financeira hoje o índio já não é como era o índio de vinte anos atrás, hoje ele quer vestir uma roupa melhor, um calçado do melhor, e ai então o aluno de terceira série, quarta ou quinta, série se ele vê o outro companheiro vestido assim, não bem vestido mais ou menos, e ele não tiver então ele fica com vergonha né, então acaba desistindo ou acaba até, se for menina acaba até se cansando e então desiste da escola mais não muito em torno de trinta por cento.

ANEXO E

Depoimento da professora LÍDIA ROCHA JAVOLSKI

Professora Lídia, gostaria que a senhora me contasse sobre a escola e o seu trabalho nesses vinte e dois anos aqui na reserva Porto Lindo.

Em 1985 quando comecei a dar aula, nós tínhamos na primeira série sessenta alunos e nas outras séries tinha mais ou menos uns cinqüenta entre segunda, terceira e quarta série. Daí fiquei com a as duas turmas da primeira e o finado João ficou com as outras séries.

Eu trabalhei dois turnos até noventa, por aí, eu era funcionária da prefeitura de Mundo Novo, e sou ainda, estou emprestada para Japorã. E na época como eu tinha outros vários cursos na língua indígena, o guarani, aí o chefe (o capitão) não deixou eu ir embora estava tudo pronto para eu ir embora, mas não deixaram eu ir. Eu trabalho com as duas línguas, eu entendo as duas, para trabalhar com crianças de primeira série, se você não entende o que eles falam não tem como trabalhar é essencial o domínio da língua guarani.

A criança indígena não tem muita responsabilidade com o estudo, nunca teve, tanto que depois da merenda eles fugiam da escola, eles iam embora, se eu não ficasse cuidando a maioria ganhava o mato e ia embora mesmo. E na época tinha muito colonião em volta da escola, eles largavam o prato e se mandavam para o mato.

E se hoje não tiver merenda eles também não vêm, a merenda é um incentivo, mas eles não têm muita responsabilidade, você tem que estar cobrando no dia-a-dia, para você ver, hoje eu aplicando trabalho valendo nota do bimestre e faltaram cinco alunos, eles não têm aquela responsabilidade. Bom, o branco também não tem, eu tenho percebendo nesses longos anos em que eu trabalho aqui, eles falam o seguinte: “eu já sei ler e eu sei escrever não preciso mais”. Levei a vida inteira incentivando pedindo para eles não faltarem, eles não tem uma perspectiva

de futuro eles pensam no dia de hoje, se eles hoje tiver, tudo bem, mas amanhã, para amanhã eles não guardam nada isto é próprio deles mesmo.

Eu nunca tive problemas com eles nem com as crianças nem com os pais, os pais são bem participativos e só mandar chamar que eles vêm, que é um diferencial do branco. Outra coisa é o comportamento, é mil vezes melhor trabalhar com o índio, a aprendizagem é igual do branco, porque tanto faz ser branco como índio a criança não tem muita responsabilidade com a educação a aprendizagem é a mesma, tem aqueles que se interessam em aprender e aqueles que não estão nem ai e essa é a realidade nossa.

Nesses vinte e dois anos, tenho alunos que foram para a universidade, o rapaz que da aula aqui a tarde foi meu aluno, tem a professora Cirlene, o Rogério, o Adalto, o Maciel que trabalha aqui na escola, a Daiane que é coordenadora, as duas Marias, a Maria de Lurde, a Maria de Rocha, eu fui professora delas e dos filhos delas que a agora já estão terminando o ensino médio em Jacareí, já tem uma segunda geração.

Esta escola é aquela que esta numa região de conflitos, mas todas as salas de aula são bem numerosas. Hoje em dia eu trabalho com a terceira série, então os alunos aprendem guarani na primeira e segunda série e na terceira usamos mais o português, quando a criança não sabe o português então eu auxilio no guarani, mas hoje em dia é difícil a criança que na terceira série não saiba o português.

Hoje em dia eles já vem para a escola sabendo falar as duas línguas, não dominam o português corretamente, mas dá para o gasto. E então dá para usar as duas línguas, preparamos eles para estudar lá fora, porque eles não encontram o guarani.

Teve um ano que o professor Venâncio queria ensinar só em guarani, e os pais começaram a tirar os alunos da sala dele e colocava na minha, e começou a tumultuar a minha sala e a dele estava ficando vazia. E então eu falei para ele que temos que trabalhar as duas línguas porque o índio vai sair daqui, e vai vender um quilo de feijão ou um quilo de mandioca, ele vai vender para o branco em português, ele não vai vender para ele mesmo, aí foi que ele começou a alfabetizar nas duas línguas e dentro de dois, três anos aumentou muito o número de alunos e teve que contratar mais três ou quatro professores.

E a escola que teve só o guarani eu sei lá, é a cultura deles eles tem que preservar, mas a criança que é alfabetizada aprende o português ela também fala

em guarani, ele não perde. Quando eu entrei as filhas do capitão seu Carlos eram minhas alunas na primeira série e eu ensinava em português, porque naquela época eu só ensinava em português e então elas me ensinavam o guarani e eu as ensinava em português, foi uma troca entre eu e elas.

Existe uma escola em outra aldeia que só ensina na língua guarani, e agora chegou um aluno na escola de Iguatemi que eu também trabalho, e ele está na sexta série e só fala guarani e agora as pessoas não sabem o que fazer, pois é uma escola de branco onde todos só falam em português eu não sei o que vai ser daquele menino.

E a escola não sabe o que fazer, pois já ligaram na secretaria de educação do estado e a criança tem que continuar na sexta série, não pode voltar. Na época em que o Venâncio foi dar aula na escola de Porto Lindo, nós não tínhamos ninguém, era só nós, e como eu estava há mais tempo era à mais velha ali, aí todos me obedeciam e então eu pedi pra ele ensinar as duas línguas, porque os pais queriam que os alunos aprendessem as duas línguas e ao sair daqui eles vão dominar o português e poderão negociar com o branco, porque eles pegam a mandioca, o milho e vão vender em Iguatemi.

E agora tem bastantes alunos, quando eu entrei aqui era pouco uma base de 20 a 30 alunos cada sala. Quando eu entrei tinha esta escola e a do posto (Porto Lindo) e a missão já tinha também com duas salas de aula, depois foi feita a escola do Alfredo com uma sala de aula, hoje todas as escolas estão maiores e com muitos alunos.

ANEXO F

Depoimento do Professor PAULO FRANJOTE

Professor Paulo, gostaria que o senhor me contasse sobre a escola e o seu trabalho junto à comunidade indígena na reserva Porto Lindo.

Em mil novecentos e noventa e oito eu assumi a educação no município e eu tinha feito um levantamento para o prefeito em noventa sete sobre as necessidades e as dificuldades que os índios enfrentam. Não quis ser secretário apesar de ser professor do estado aí no final de noventa e oito o prefeito voltou a me convidar para assumir a secretaria e aí em noventa e nove eu assumi a secretaria.

Com a meta de melhorar a educação indígena, começar a trabalhar lá dentro e ver a dificuldade do professor e principalmente a dificuldade do aluno no aprendizado e também a dificuldade dos alunos indígenas tanto dos alunos que estudam na escola em Jacareí, quanto os dos alunos das escolas internas.

Em uma temporada do ano eles param de estudar, na época do frio eles freqüentam muito pouco a escola, então essas foram as primeiras dificuldades, mas também na alfabetização, a dificuldade na freqüência e a dificuldade quando já vão se tornando adolescentes, então essas foram as primeiras dificuldades que a gente encontrou dentro da comunidade, eu fez até um trabalho para a UNICEF para levantar os problemas e as soluções da desnutrição e do suicídio.

Então eu estive conversando muitas vezes com alguns idosos e a gente percebeu que a origem daquela aldeia foi final da aldeia de Guaíra, Mato Grosso e Paraguai, então com a extinção daquela aldeia que pegava hoje a reserva da Itaipu e foi o surgimento essa aldeia, onde subia o rio Iguatemi a cima e acamparam ali. O processo histórico que a gente tem conhecimento dos livros, a aparição da erva e a Companhia Mate Laranjeira, veio vindo a toda a região e acabou surgindo aldeia ali.

O processo educacional surgiu, eles tinham já o sistema de educação que os velhos contam, mas com a entrada dos municípios e a diminuição do espaço digamos assim geográfico de cada município, o primeiro foi Amambai, depois

Iguatemi, Mundo Novo e Japorã, enfim foi surgindo à necessidade do branco entrar lá e começar a educação, mas começou muito devagar, começou onde a pouco tempo o índio tomou mais ou menos uma noção do que é alfabetização, que maneira se chegava ao conhecimento, a educação indígena começou em torno de dezoito a vinte anos, foi onde a Dona Lídia começou um trabalho lá dentro, o próprio Valdomiro, mas assim numa freqüência muito fraca e num apoio mas fraco ainda, onde os municípios tinham lá um objetivo de tentar alfabetizar uma meia dúzia e não alfabetizar em um processo histórico, tanto que a gente chega na aldeia hoje e vê numa faixa etária de 35 a 40 anos muitos e muitos analfabetos, porque não existe alfabetização bem na verdade.

O projeto ARA VERÀ, quando começou a primeira turma com os professores Venâncio, Maciel, Valdomiro, Cristina e a Cirlene eu era secretario de educação e tinha participação da secretaria de educação municipal e da secretaria do estado, onde o estado, paga o professor e a passagem dos alunos e secretaria de educação do município arca com alimentação. É um projeto de educação à distância onde estudam em janeiro trinta dias e em julho mais quinze dias em tempo integral, nos outros dias faz-se um trabalho de pesquisa, trazem trabalho de casa onde o professor assistente que no caso era eu, acompanhava os professores daqui e três professores da aldeia Cerrito de Eldorado.

Quando comecei a acompanhar já vi que o projeto era interessante porque acaba nos orientando professores não-índio como eu, que vamos trabalhar na aldeia, a maneira mais fácil de se alfabetizar um indígena é na língua materna, porque o índio ele tem uma facilidade muito grande de falar outros idiomas, por exemplo, a criança fala português e guarani e na escola a gente tem acompanhado que ele aprende o inglês mais fácil que o não-índio, mas o raciocínio de todo ser humano é na língua materna, eu falo português e outro idioma, na hora de ordenar meus pensamentos é no português, e a gente percebeu que o indígena também é dessa maneira. Então para alfabetizar para eles a maneira mais fácil é na língua e o magistério indígena trabalha o resgate e a preservação da cultura, da crença pra que o índio ele volte a olhar para ele como cidadão que pode sim ter evoluído na vida como nós brancos, conseguir seus objetivos, ter capital conseguir ter uma vida melhor, mas trazer para aldeia e não sair da aldeia e virar branco, igual se queria na época da Ditadura Militar e se queria por vários governos.

Então o magistério trabalha isso trabalha o valor do ser humano lá dentro da aldeia, tanto que em todas as etapas do projeto em Dourados onde as aulas são presenciais, cada semana a aldeia leva um casal de cacique para fazer a reza de manhã, na hora do almoço e à tarde e para contar um pouco história da aldeia deles, de como era a educação de como era a vida a 60 anos atrás, pois os casais tinha entre oitenta a noventa anos. Então era um pouco da valorização da cultura deles, para que o novo que tem lá na aldeia hoje não fique tentando ser não-índio, porque a gente percebe que quando a menina vem para a cidade vem para a escola ali acontece só uma exploração sexual dela via os brancos.

O magistério tem este trabalho de valorização e as pessoas que trabalham neste projeto são pessoas com características e aptidão para a educação escolar indígena, então lá não se pega para trabalhar no projeto quem é contra a educação indígena, porque tem que falar a mesma língua (isso não que dizer o guarani), defender os interesses da comunidade e auxiliar os professores e incentivar para que permaneçam com objetivo que o magistério tem, que era de alfabetizar a criança na língua guarani e também trabalhar a cultura, trabalhar a educação no campo.

Este projeto é uma demanda antiga, o magistério indígena é uma demanda antiga que os indígenas já vinham se organizando desde 85, eles já estavam em uma briga nacional, nem estadual era, eles começaram no Mato Grosso, os índios do Mato Grosso digamos assim são mais organizados e aí com a chegada do governo Zeca ele gostou da idéia, e já tinha na secretaria de educação pessoas que já trabalhavam no projeto e a secretaria de educação do estado através do Pedro Kemp que era o secretario na época que também se assemelha com a causa indígena digamos assim, ajudou montar o projeto e reuniu os professores fez vários debates de como seria a metodologia, como ia trabalhar e fundou esse projeto onde ele tem etapa extensiva, onde eles ficam na casa Marçal em Dourados como eu já falei.

Com esse projeto e depois dessa discussão toda começou com primeira turma que terminou o curso em 2000, com segunda turma com inicio em 2001 e se formaram esses dias e já estão trabalhando na formação de uma terceira turma.

Então não é um projeto onde o estado pensou o estado idealizou, os não-índio pensaram, não foi uma luta dos indígenas, onde eles participaram com reuniões, mas enfim conseguiram implantar um projeto diferenciado voltado para a

cultura deles, lógico que dentro do trabalho a gente encontra dificuldades onde uns não concordam com a metodologia usada, mais a grande maioria eu acredito que com a mudança de governo não vão perder o espaço já conquistado, vai ser uma nova luta para que o projeto seja ampliado, o início do projeto foi como eu te falei antes, o governo teve como meta do Zeca ou do PT não foi, foi uma briga antiga que eles, índios vinham arrastando e no decorrer dos anos conseguiram.

A administração de Japorã hoje é contra o magistério indígena, então o tempo que eu fui secretario eu lutei pela legalização e a criação da escola indígena lá na aldeia. Eu elaborei o projeto da criação da escola indígena passei ao prefeito Sebastião e ele encaminhou para a câmara municipal que foi aprovado. Tive problemas na prefeitura e fiquei afastado por quase um ano e quando voltei continuei com o projeto, é um processo à longo prazo demoraria de 3 a 4 anos para ter toda a documentação da escola.

Então a primeira etapa que foi a criação da escola foi para que o município passasse a contar os alunos no senso escolar indígena, porque se o aluno estuda na escola de branco, na do não-índio ele conta como não-índio e o recurso do índio é maior na merenda e maior no FUNDEF enfim, de maneira totalmente diferente.

Com a criação da escola os alunos que estudam nas escolas dentro da aldeia eles são contados no senso como escola indígena, todas elas têm nome próprio, o MEC reconhece, elas como escola indígena, o MEC reconhece como escola indígena, mas a Secretaria de Educação do Estado não reconhece, porque o processo é outro, porque quando cria a escola você tem que mandar o decreto de criação da escola, criar a proposta pedagógica própria, o regimento interno específico não pode ser copia do não-índio, mandar para a Secretaria de Educação para ela fazer o reconhecimento, ela vai analisar todos os documentos e se estiver de acordo ela vai reconhecer a escola como escola indígena e então vai vir toda a documentação. Mas se você pegar o senso escolar que um livrinho específico de cada escola para o MEC ela é uma escola indígena, mas para a secretaria de estado o processo parou, quando entrou esse prefeito, o secretario de educação do município de japorã não tem conhecimento nenhum do que é Escola Indígena infelizmente, e não procura ter conhecimento.

E a administração é contraria porque hoje dificulta aos indígenas irem estudar, por exemplo, quanto à formatura deles que foi semana passada, eles

precisavam de ônibus para irem para Dourados e a prefeitura enviou uma kombi onde nem todos os formandos puderam ir.

No vestibular que foi neste final de semana passado em nível superior específico à prefeitura dificultou de novo onde só foram cinco alunos. E por todos estes motivos ela ainda não é reconhecida e acredito que vai passar mais uns dois anos sem ser.

Antes de sair eu fiz três reuniões para discutir o projeto político pedagógico e ficou lá, tudo rascunhado, eu não sei se ainda existe lá na escola. Ficou tudo rascunhado, nós fizemos debates e a grande dificuldade que eu percebi quando era secretario e até depois é que os professores não se disponham em trabalhar fora do horário e para se construir uma escola diferenciada, uma educação indígena, você tem que chamar a comunidade fora do horário de aula.

A gente percebeu no trabalho feito na educação dois objetivos, primeiro objetivo foi que a escola do não-índio o professor despreparado pra assumir o cargo dele lá na aldeia ele pregou sempre o que índio tinha que se formar se alfabetizar e mudar para a cidade, então infelizmente muitos ainda pensam dessa maneira e também de estudar se alfabetizar mais ou menos e ir para a usina, que a gente vê que eles pegam uma certa idade eles têm esta utopia, de trabalhar no corte de cana.

E hoje aqueles que freqüentavam o magistério aqueles que tem parente professor pensam diferente e então a gente percebe que eles pensam em se formar e trabalhar na aldeia, então eles pensam hoje o objetivo do magistério, que eles sim se formem não só em professores, mas, como agrônomos, veterinários, advogados e voltem para ajudar a comunidade, o que não teve a mesma chance, o que é mais velho sofre lá dentro, então hoje a gente percebe que já tem uma boa parcela deles que tem um objetivo, de quer se formar, estudar e voltar para ajudar, então a gente os vê com esses objetivos.

E nós educadores mesmo não-índios temos que ajudar neste sentido, eu sempre comparo eu e eles, porque eu sou nascido em Japorã, sou filho de agricultor, meu pai trabalhou na roça até morrer e o sistema o país nunca teve uma política voltada para que meu pai me preparasse para também ser agricultor você tinha na cabeça eu vou ficar aqui nessa vida brava só até eu arrumar um emprego na cidade muitos e muitos foram para a cidade e hoje estão na BR atrás de terra e hoje estão nas favelas.

Então eu tive um destino diferente os vejo lá na mesma situação porque o índio da cidade você pode perceber de que 80% dos que estão na cidade estão na periferia, estão usando drogas ou são alcoólatras porque eles se frustraram com a aldeia com as oportunidades que não tiveram, então o nosso objetivo de educar é que eles se fortaleçam lá dentro e a única maneira disso acontecer é a educação é conscientização da criança da importância do trabalho dela ali depois e não desprezar que pra o índio a coisa mais importante que tem é o líder mais velho do grupo familiar então essa criança reconhecer o professor que for trabalhar lá dentro que é não-índio ele tem isso como objetivo de respeitar a tradição a crença deles a cultura que só assim pode-se melhorar a aldeia como um todo, porque pra gente que esta aqui fora vai lá uma vez a cada seis meses ou uma vez para passear é fácil criticar, muito fácil criticar.

Pra quem convive lá como eu convivi lá como eu convivi com a educação você chegar dentro de uma escola num dia que deveria estar uns 4 ou 5 graus e você a professora dançando guaxire uma dança típica para a criança esquentar e a criança não conseguir ficar sentado na carteira. A gente fica muito triste quando chega dentro de uma escola e você sente um odor forte de fumaça, porque tiveram que passar a noite toda em volta de um fogo, aí a gente tem que voltar um pouquinho e se colocar no lugar desta pessoa, você freqüenta a escola da aldeia você vê 80% das crianças de camisetas, então a gente tem que arrumar um mecanismo de resolver isto.

O mecanismo de mudar isso é a educação não tem outra forma sem querer transformá-los em branco, porque o jeito de ser deles é diferente, muitos políticos aí saindo um pouquinho da educação para você entender melhor quando eu falo assim, de indígenas eles falam índio, é difícil de mexer com índio, eu até hoje eu não me decepcionei de nenhum tipo, então é muito difícil de mexer com eles não só na época que você quer ser favorecido.

Quando eu entrei na educação na aldeia para você ter uma idéia eles me cumprimentavam lá na aldeia aqui na rua eles não me cumprimentavam e eu comecei perceber e resolvi questionar, um dia e aí eles me falaram que eles têm vergonha porque na maioria das vezes eles cumprimentam e o branco não responde, e então a gente passou a ter um relacionamento de convivência com muitos deles, eles me chamaram para ir ao aniversário do filho deles, eles vem na minha casa e eu ir a casa deles.

Eles reclamaram que o branco nunca foi lá perguntar o que eles queriam o branco leva pronto, todos os projetos o branco leva pronto de preferência para nós nos darmos bem o não-índio anda paralelo ao lado mas nunca juntos ou na frente nunca e então eles falavam na questão do suicídio, já se tentou vários tipos de projeto até um senhor falar que: “o branco vem aqui conversa muito trás projetos, faz investimentos, gasta dinheiro e a hora que o branco vai embora meu filho pega uma corda e se enforca”. E então o porque disso eu acredito que é porque a solução do problema não veio de lá, existe cesta básica na aldeia e existe desnutrição, mas que dia que o governo parou para discutir com a comunidade o que realmente ela quer na cesta básica, nunca.

Existe a casa de apoio e existe desnutrição, a casa de apoio não chega a toda comunidade, chega há alguns grupos de pessoas, existem aqueles que são mais favorecidos, porque são os que têm coragem de estar na frente todos os dias. E a educação é a maior fonte que a gente tem de transformar isso na sociedade e a maneira de transformar é lá trabalhando com eles, com a criança, com o adolescente e com os pais.

Eu sou a favor da educação indígena dentro das aldeias até o final do ensino médio porque lá entro são todos iguais quando você vem para escola do não-índio a criança está com um tênis mais bonito no pé, com a calça boa e camiseta, na maioria das vezes muitos não tem, aí ele vai para uma usina para tentar comprar uma e ele para de estudar, infelizmente essa é a realidade que a gente encontra lá dentro.